

Cadernos de Turismo

Editorial

Ana Duque Dias | António Carrizo Moreira
Diagnóstico Estratégico do Destino Turístico Terra Quente

Daniela Alves | Hélder Barbosa | Jorge Ricardo Pinto
O Potencial do Turismo Militar para a Cidade do Porto: o caso da Segunda Invasão Francesa

Ana Maria Guimarães da Mota | Carla Kiyokawa Wolff | Elizabeth Kyoko Wada
Laiz Lofiego | Mariana Queiroz Pereira Brasil
Hospitalidade e Stakeholders: estudo de serviços hoteleiros para idosos – São Paulo - Brasil

Lídia Aguiar
Memória do Contrabando e Emigração Clandestina em Melgaço: Patrimonialização E Musealização

António Manuel Brites Salgado | Fernando Manuel Florim Ribeiro De Lemos
Maria João Pires da Rosa
A importância da Gestão Turística no Ensino Superior em Portugal

Adalberto Dias de Carvalho
The islands as tourist destination: between the reality and imaginary - A brief approach

Percursos & Ideias, Revista Científica do ISCET

Número 7 - 2ª série online

Diretor

Adalberto Dias de Carvalho

Diretor Adjunto

Eugénio Francisco dos Santos

Sub-Diretor

Jorge Ricardo Pinto

Conselho Editorial

Adalberto Dias de Carvalho - ISCET /GFE-IF, Univ. Porto

António Carrizo Moreira -DEGEL, Univ. Aveiro

Artur Villares - ISLA

Carlos Melo Brito - Faculdade de Economia, Univ. Porto

Christian Bataillou – Univ. Perpignan, França

David José Geraldes Falcão - Inst. Politécnico de Castelo Branco

Encarnación González Vázquez - Univ. Vigo, Espanha

François Gillet - Haute École de Bruxelles, Bélgica

Helena Theodoropoulou - Univ. Mar Egeu, Grécia

Jan Cobbenhagen - Univ. Maastricht, Holanda

José Antonio Fraiz Brea – Univ. Vigo, Espanha

José Pedro Teixeira Fernandes - ISCET

Luís Ferreira - ISCET

Maria Luísa V. Alves - ISCAP

Mercedes Vila Alonso - Univ. Vigo, Espanha

Paula Campos - APG

Revisores deste número

Cristiana Oliveira - Universidade Europeia, Espanha

Eugénio dos Santos - ISCET

Isabel Baptista - Universidade Católica do Porto

José Alberto Rio Fernandes - Faculdade de Letras UP

José Alvarez - Universidade da Estremadura, Espanha

José Henrique Mourão - ISCET

Veronique Jourkes - UTAD

Supervisão: CIIC

Fotografias (capa e contracapa):

Francisco Vidinha

Editor:

Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo

Propriedade:

Facultas S.A.- Gestão de Estabelecimentos de Ensino Superior

Rua de Cedofeita, 285 | 4050-180 Porto | Tel.: 22 205 36 85 | Mail: iscet@iscet.pt

Periodicidade: Anual

Número de registo: 125750

Depósito Legal: 125198/98

ISSN: 0874131X

Registada no Index Copernicus Journals Master List e na Latindex.



Editorial

O presente Caderno de Turismo da revista científica “Percurso & Ideias” demonstra, através dos textos que a compõem, realizados por diferentes investigadores da área, a transversalidade temática do Turismo, enquanto domínio científico que alguns “teimam” designar como turismologia. De facto, os estudos em torno do turismo permitem abordagens centradas sobretudo no ponto de vista económico do fenómeno, fundadas em algarismos e operações matemáticas, como possibilitam debates e reflexões históricas e geográficas, antropológicas ou sociológicas, aprofundadas em tópicos como o património, a cultura e a arte. Mas é também espaço de discussão sobre infraestruturas, transportes, fluxos, sobre gestão e recursos humanos, sobre natureza e cidade. É, por isso, o turismo, uma imensa tela de cores diferentes com imensos espaços ainda por preencher que este Caderno pretende ajudar a “pintar” com conhecimento, reflexão e análise.

Como prova deste desígnio, o Caderno abre com o artigo “ Diagnóstico Estratégico do Destino Turístico Terra Quente”, em que os autores, Ana Duque Dias, da Câmara Municipal de Alfandega da Fé, e António Carrizo Moreira, da Universidade de Aveiro, analisam o destino turístico Terra Quente, para apontar as principais linhas de ação estratégica para aquele território, focando a sua atenção nos recursos e atrações naturais e culturais com potencial turístico, nos equipamentos, nas infraestruturas e nos serviços turísticos, bem como na procura turística do destino.

Por sua vez, Daniela Alves, Hélder Barbosa e Jorge Ricardo Pinto, investigadores do projeto CHIP, integrado no CIIIC - ISCET, propõem uma reflexão em torno do turismo militar com o texto intitulado: “As Invasões Francesas e o Turismo Militar - O caso do Porto”. O trabalho, para além de discutir os conceitos relativos a esta tipologia, faz análise ainda ao caso específico das Invasões Francesas, que ocorreram no princípio do século XIX em Portugal, e ao seu legado em termos de património material e imaterial na cidade do Porto. O artigo finaliza ainda com a proposta de um itinerário cultural que se organiza em busca das marcas deixadas no território pelas referidas Invasões Napoleónicas.

O terceiro texto que compõe este caderno foi elaborado por um conjunto de investigadoras da Universidade brasileira de Anhembi Morumbi, Ana Maria Guimarães da Mota, Carla Kiyokawa Wolff, Elizabeth Kyoko Wada, Laiz Lofiego e Mariana Queiroz Pereira Brasil. O artigo intitulado “Hospitalidade E Stakeholders: Estudo de Serviços Hoteleiros para Idosos - São Paulo - Brasil” é um estudo exploratório de natureza qualitativa, que tem como principal objetivo compreender o papel dos stakeholders na qualidade de vida dos idosos que usufruem dos serviços hoteleiros.

Regressando novamente aos temas relacionados com o turismo cultural, Lídia Aguiar, docente do ISCET, apresenta o trabalho “Memórias de Fronteira em Melgaço: Contrabando e Emigração - Patrimonialização, Musealização e Fruição Turística”, onde a autora contextualiza a problemática do contrabando e da emigração em Melgaço, no Norte de Portugal, ao longo do século XX. De certa forma, o artigo é um resgate de memórias em risco de desaparecimento, com o intuito de as divulgar mas também de as poder transformar em produtos turísticos para a fruição do turista cultural, valorizando um património imaterial esquecido, abandonado, frequente e injustamente menosprezado.

Como ponto final deste Caderno de Turismo da revista “Percurso & Ideias” é apresentado o artigo “A importância da Gestão Turística no Ensino Superior em Portugal”, de Manuel António Brites Salgado (Instituto Politécnico da Guarda), Maria João Pires da Rosa (Universidade de Aveiro) e Fernando Manuel Florim Ribeiro De Lemos (Instituto Superior Politécnico Gaya), que pretende compreender o estado da educação em Turismo no ensino superior em Portugal, decifrando as transformações que surgiram no âmbito do Processo de Bolonha, sobretudo na avaliação e acreditação dos ciclos de estudos nesta área científica.

A abordagem da problemática das ilhas enquanto destino turístico é, por fim, objeto de uma intervenção antropológica de Adalberto Dias de Carvalho que nos convida a iniciar uma viagem, entre a fantasia e a realidade, que as ilhas sempre nos convidam a fazer.

Jorge Ricardo Pinto

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO DESTINO TURÍSTICO TERRA QUENTE

Ana Duque Dias
Câmara Municipal de Alfândega da Fé
António Carrizo Moreira
Universidade de Aveiro

Resumo

O desenvolvimento de um destino turístico passa frequentemente pela implementação de estratégias de diferenciação, que devem estar alicerçadas num diagnóstico estratégico que dê relevância ao ciclo de vida dos produtos turísticos, às tendências da procura, à utilização dos recursos endógenos que conferem unicidade a esses destinos e à procura dos objetivos de diversificação da oferta que maximizem a utilidade para os turistas. Este artigo tem como objetivo principal fazer o diagnóstico estratégico do destino turístico Terra Quente, de forma a poder apontar as principais linhas de ação estratégica deste destino turístico. Para tal, foram analisados os recursos e atrações naturais e culturais com potencial turístico, os equipamentos, as infraestruturas e os serviços turísticos, bem como a procura turística do destino Terra Quente. É possível identificar dois tipos de produtos turísticos estratégicos, um na fase “embrionária” e outro numa fase de “pré-consolidação”, o que significa que há uma clara necessidade de se concertarem políticas intermunicipais e de se envolverem promotores e agentes na formatação de novos produtos competitivos capazes de transmitir uma imagem agregada de um destino único, onde os novos projetos nas áreas do alojamento, restauração, animação e cultura estão na base de um verdadeiro cluster de desenvolvimento turístico.

Palavras-chave

Diagnóstico Estratégico, Serviços e Produtos Turísticos, Estratégias Locais

Abstract

The development of a tourist destination often involves the implementation of differentiation strategies, which must be grounded in (a) a strategic diagnosis that gives relevance to the life cycle of tourist products, demand trends, the use of endogenous resources that give uniqueness the destination and (b) in the search of diversification of supply objectives that maximize the utility for tourists. This article aims to make the strategic diagnosis of Terra Quente Transmontana tourist destination, so you one point out the main strategic action lines of this tourist destination. As such, the natural and cultural resources and attractions with tourist potential were defined, as well as the main equipment, infrastructure, tourist services and demand trends. One can identify two types of strategic tourism products, one in the “embryonic” phase and another in a phase of “pre-consolidation”, which means that there is a clear need to intertwine municipal policies and to engage developers and agents in order to create new competitive products capable of transmitting an aggregate picture of a unique destination, where new projects in the areas of accommodation, catering, entertainment and culture are the basis of a true tourism development cluster.

Key-words

Strategic Diagnosis, Tourist Product and Services, Local Strategies

1 - Introdução

Diferentes motivações e novos segmentos procuram produtos turísticos inovadores e alternativos ao tradicional produto turístico de “sol e praia”. A promoção do desenvolvimento de territórios com vocação turística implica a adoção de medidas de diagnóstico, planeamento e gestão, traçando objetivos e potenciando a requalificação e/ou manutenção de elevados níveis de qualidade e de diferenciação. Embora para concretizar aqueles objetivos seja fundamental conhecer aprofundadamente o sistema turístico, onde se inclui a oferta e a procura, é igualmente essencial compreender as dinâmicas locais e as relações que se estabelecem entre os vários agentes envolvidos no fenómeno turístico (Baptista, 1997; Cunha, 2003).

O presente trabalho pretende contribuir para um melhor conhecimento do sector do turismo na Terra Quente (TQ), através da concretização dos objetivos seguintes:

- Caracterização demográfica e socioeconómica do território-alvo de análise;
- Identificação e hierarquização dos recursos turísticos;
- Identificação de produtos turísticos estratégicos;
- Definição de um conjunto de recomendações estratégicas locais.

No final do presente artigo será possível apresentar, com base num diagnóstico do fenómeno turístico local, uma série de contributos válidos e orientadores da definição de uma estratégia turística de qualidade para a Terra Quente. O artigo está dividido em seis seções. A primeira seção apresenta uma introdução. A segunda seção aborda o contexto estratégico alvo do estudo, nomeadamente da Terra Quente Transmontana. Na terceira seção se apresenta o diagnóstico do turismo da Terra Quente. Uma síntese do diagnóstico estratégico é apresentada na quarta seção. Os produtos turísticos são apresentados na quinta seção. Finalmente, as conclusões e recomendações são apresentados na sexta seção.

2 – Contexto estratégico

A Terra Quente Transmontana, conforme se apresenta na figura 1, área geográfica constituída por concelhos da NUT₁ Douro, mais precisamente, Carrazeda de Ansiães e Vila Flor, e da NUT Alto Trás-os-Montes onde se incluem os municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros e Mirandela, assume-se como um território ainda marcadamente rural e que do ponto de vista demográfico continua a perder população apresentando, por consequência, um elevado grau de envelhecimento populacional e saldos naturais e migratórios de sinal negativo. Este contexto de envelhecimento demográfico provoca uma série de impactos, visíveis ao nível da estruturação e organização sociais, sobretudo na ausência ou inadequação de serviços de apoio aos idosos, no isolamento social, no desmoronamento das redes primárias e de retaguarda familiar. Contudo, esta realidade pode ser encarada como uma oportunidade para o surgimento de novas atividades ligadas ao sector terciário, capazes de captar e fixar população jovem e qualificada. Adicionalmente, os cenários de desenvolvimento económico apontam para que a agricultura, a silvicultura e a pecuária, embora com ligeira perda, mantenham um peso decisivo na estrutura económica da região, pelo que é fundamental anular as deficiências do sector e tirar partido das vantagens decorrentes da grande diversidade agroecológica e da existência de um número considerável de produtos de reconhecida qualidade. O peso excessivo do sector primário decorre, em larga medida, da escassez de atividades secundárias e da debilidade do tecido industrial existente (PDTVD, 2004; PROTN – Turismo, 2007; Fazenda, 2006; 2007; Cabral e Santandreu, 2006; Morais, 2006).

Relativamente à rede viária principal, este território é servido pelo IP2 e IP4(A4), como vias estruturantes e pelas EN213 e EN214 como estradas internas principais, conforme se apresenta na figura 2. Um dos principais problemas apontados para a falta de um maior número de projetos âncora, e consequentemente de um maior nível de desenvolvimento, reside precisamente na ausência ou mau estado de conservação das acessibilidades, relegando esta região para uma situação periférica no contexto nacional.

1 Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos



Figura 1- Área geográfica da Terra Quente Transmontana.

Figura 2- Principais vias de comunicação da Terra Quente Transmontana.



Verifica-se a tomada de consciência de que a atividade turística pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento económico, pela necessidade de encontrar alternativas ou complementos para as atividades económicas tradicionais (Benni, 2004; Moreira e Dias, 2010; Moreira, 2016). A disponibilização de fundos ou apoios nacionais e comunitários para a implementação de projetos de natureza turística vem reforçar neste sentimento. Geralmente aceita-se o fenómeno do turismo como uma solução para a diversificação das atividades em regiões rurais (Albrecht e Bradford, 1992; Baloglu e Brinberg, 1997; Moreira e Batista, 2009). Tal asserção baseia-se no aumento da procura de formas de recreio ligadas às atividades de ar livre e, mais concretamente nesta região, ao crescente desejo de redescoberta da história e das raízes culturais, sobretudo por parte daqueles que se encontram a residir fora do território transmontano.

Torna-se evidente a necessidade de pensar este território, não tanto numa perspetiva de desenvolvimento assente numa economia de natureza rural, mas numa ótica de utilização das suas potencialidades nomeadamente para o turismo, da otimização dos produtos de qualidade certificados, do aproveitamento da existência de um número considerável de recursos humanos qualificados e também da possibilidade de investimentos que o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) poderia impulsionar.

3 – Diagnóstico do turismo na terra quente

A salvaguarda dos valores arquitetónicos (monumentos e tipicidade do casario), paisagísticos (montes e vales ou caminhos rurais), históricos e culturais (como as tradições ou o património vernacular) e a definição de modelos de gestão adaptados afiguram-se como as principais prioridades para preservação das características de autenticidade e aproveitamento do elevado potencial turístico (Fazenda, 2006; 2007). Tal asserção é válida para a TQ.

Apesar de uma intensa discussão e dos imensos relatórios e estudos produzidos ao longo dos últimos anos, no sentido de se alcançar uma articulação das políticas centrais, regionais e locais em torno do turismo, com vista ao aumento do emprego direto e indireto, da melhoria das condições de vida das populações e, conseqüentemente, da correção de assimetrias, os resultados têm sido insatisfatórios. A criação de estruturas de gestão apresenta ainda debilidades, nomeadamente ao nível da articulação destas entidades com outros agentes e da sua afirmação enquanto elementos dinamizadores das potencialidades das regiões. O problema parece residir na ausência de uma política concertada ao mais alto nível e da falta de orientações claras direcionadas para o turismo no território da TQ. Verifica-se apenas a definição de linhas de atuação municipais, situação, pontualmente, alterada através de parcerias em iniciativas e eventos de natureza ocasional e carácter isolado.

No sentido de contrariar esta tendência, procede-se à análise da Terra Quente, sempre numa lógica de conjunto, com o objetivo de contribuir para uma visão mais apelativa deste território turístico, visando sobretudo criar condições para um novo olhar sobre o potencial desta região. Desta forma, consideram-se três modalidades de produtos turísticos potenciais:

- Produtos ainda não operacionalizados, sem qualquer valor para os mercados turísticos;
- Produtos embrionários, com emergência espontânea no mercado, sem tratamento qualificado, com imagem de fraco profissionalismo;
- Produtos em pré-consolidação, com funcionamento natural ou quase automático, sem intervenção dirigida aos mercados.

A avaliação, sobretudo qualitativa, dos recursos turísticos inspira-se num critério compósito, em que avultam os seguintes elementos:

- Genuinidade;
- Raridade em dado âmbito geográfico;
- Excepcionalidade, face a padrões comparativos conhecidos;
- Facilidade de acesso.

De forma a hierarquizar os recursos turísticos da TQ, foram utilizados critérios qualitativos que permitem a seguinte classificação:

- Hierarquia IV – Recursos excepcionais, com significado para o mercado turístico internacional, geradores por si só de uma corrente de visitantes/turistas;
- Hierarquia III – Recursos com excepcionalidade a nível nacional, geradores por si só, ou em complementaridade com outros recursos, de fluxos de visitantes/turistas internacionais;
- Hierarquia II – Recursos suscetíveis de atrair visitantes /turistas de nível regional ou supraconcelhio ou de gerar correntes turísticas menores;
- Hierarquia I – Recursos suscetíveis de gerar fluxos turísticos locais ou, em complementaridade com outros recursos, constituírem complexos turísticos.

Configura-se, deste modo, uma abordagem diferenciada da oferta, pelo que se considerou mais interessante proceder a uma divisão em recursos e atrações turísticas naturais; recursos e atrações turísticas culturais e equipamentos, infraestruturas e serviços turísticos. Ainda ao nível das dinâmicas da oferta são analisados elementos como a tipologia, o número de unidades de alojamento e capacidade de acomodação, no período compreendido entre 1996 e 2006.

Em relação à procura turística, os indicadores respetivos são examinados tendo como referência o número de dormidas nos estabelecimentos e o movimento de turistas e/ou visitantes para igual espaço temporal da oferta.

3.1 - Oferta turística

Ao nível da oferta identificaram-se os principais recursos da região e simultaneamente os produtos turísticos existentes na TQ. Na identificação e inventariação dos recursos turísticos diferenciaram-se as situações de utilização plena dos recursos no mercado turístico e as que correspondem a meras potencialidades turísticas, concretizáveis a médio ou longo prazo. No entanto, uma avaliação da qualidade turística dos recursos revelou-se de extrema dificuldade dada a inexistência de informação oficial que permita uma classificação sobre a valia intrínseca dos recursos. Por outro lado, a incipiente organização da oferta explica que, para a grande maioria dos recursos, não existam dados quantitativos sobre visitas, entradas ou a utilização de qualquer outro critério.

Para ultrapassar pragmaticamente a primeira dificuldade utilizaram-se critérios do tipo: património construído ou arqueológico classificado pelo Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR) ou pelo Instituto Português de Arqueologia (IPA), museus inseridos na rede portuguesa de museus, recursos naturais classificados

como património protegido e incluídos na Rede Natura 2000, etc. Para contornar a segunda dificuldade, usaram-se sobretudo os dados obtidos por meio dos contactos efetuados junto das Câmaras Municipais e da Entidade Regional de Turismo.

3.1.1 - Recursos e atrações turísticas naturais

Atualmente o Turismo de Natureza apresenta-se como uma oportunidade de mercado (Inskip, 1991; Moreira, 2016). Nesse sentido, configura uma abordagem aos recursos e atrações turísticas naturais da TQ, centrada não apenas na sua identificação, mas na avaliação do seu potencial.

Numa primeira análise em termos de conservação da natureza, biodiversidade e paisagem, a TQ integra vários ecossistemas terrestres e aquáticos de elevado interesse. Destaque para a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, incluída na Rede Natura 2000, que constitui um repositório de elevado potencial turístico, pela multiplicidade de recursos naturais, mas também por um importante património cultural e histórico. Refira-se que neste espaço são desenvolvidas atividades científicas e pedagógicas através dos seus centros interpretativos, bem como a oferta de atividades de lazer e turismo.

Encaixado entre o Azibo e as freguesias dos Olmos e de Limãos (Macedo de Cavaleiros), localiza-se o Monte de Morais, também pertencente aos Sítios da Rede Natura 2000, classificado como Zona Especial de Conservação (ZEC). Outra área qualificada como de elevado valor ecológico é a do Quadraçal, na freguesia do Romeu, Mirandela. Nesta mata de sobreiros, azinheiras e carrascos, com 4700Ha, ainda é possível encontrar lobos, lontras ou toupeiras de água.

Neste domínio destacam-se ainda vários rios, como o Douro, o Tua ou o Sabor que atravessam a região, bem como praias fluviais e vales que constituem pontos de interesse turístico e em parte dos quais já se encontram serviços de apoio a atividades de lazer, desporto e turismo. Relativamente ao Sabor é preciso salientar que se trata de um dos poucos rios selvagens da Europa, classificado como Zona de Proteção Especial (ZPE). Estas áreas classificadas, avaliadas segundo critérios de singularidade, autenticidade e facilidade de acesso, podem ser distinguidas como Hierarquia III e II. No caso da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, estamos na presença de um recurso capaz de motivar visitantes internacionais, embora ainda com maior predominância de nacionais, e que não se cinge apenas ao turista de natureza. As outras áreas incluídas na Rede Natura 2000 (Quadraçal e Monte Morais) não exercem tanta atração do ponto de vista turístico e o seu impacto limita-se à esfera regional, pelo que foram classificadas como sendo de nível II. Não obstante a sua atual capacidade de atracção, torna-se necessário efetuar investimentos na qualificação e valorização, sobretudo nos recursos de nível qualitativo II, e insistir no desenvolvimento de equipamentos e serviços de apoio à dinamização da atividade turística.

Sublinhe-se, ainda, a existência de um conjunto de serras, montes e miradouros que constituem ativos relevantes e com potencial turístico, designadamente a Serra de Bornes, onde se inclui a Mata de Exóticas no Vilar do Monte (Macedo de Cavaleiros) e a Serra de St.^a Comba (Passos - Mirandela), que atraem anualmente centenas de praticantes, e acompanhantes, de parapente, asa delta e escalada. Para além destas, são também de mencionar pelas condições que igualmente oferecem para a prática de atividades e desportos de aventura, a Serra Serrada, no concelho de Mirandela e a Serra da Gouveia, em Alfândega da Fé, ou ainda a Serra de Bousende/Soutelo.

Estes recursos naturais podem ser classificados como de Hierarquia II já que são capazes de mobilizar visitantes/turistas de longa ou média distância, mas com potencial turístico para justificar hierarquia III, através de investimentos na criação e valorização de infraestruturas de apoio à atividade turística. Nestes casos, o trabalho a fazer será essencialmente ao nível do aumento dos níveis da qualidade e da articulação com outros ativos turísticos, de forma a motivar também visitantes/turistas internacionais.

Por último, refira-se o considerável número de praias fluviais, localizadas sobretudo nos concelhos de Mirandela e de Macedo de Cavaleiros, nas quais têm sido realizados investimentos em equipamento e infraestruturas de beneficiação. Podem já ser considerados de Hierarquia III as praias fluviais da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e a Praia Fluvial do Parque Dr. José Gama e os Parques de Campismo de Mirandela e de Vila Flor.

3.1.2 - Recursos e atrações turísticas culturais

O património cultural constitui, por si só, um fator fundamental de atratividade e competitividade do destino turístico. No património histórico, arqueológico e cultural, disseminado por todo o território, destacam-se alguns núcleos rurais que mantêm um grande valor patrimonial, vários monumentos nacionais, relevantes sítios arqueológicos e um conjunto significativo de outros sítios patrimoniais, alguns dos quais possuem já componentes interpretativas e de acolhimento ao público.

A TQ dispõe de um conjunto assinalável de recursos culturais e patrimoniais, mas é fundamental que o território esteja munido das competências técnicas e estruturais, necessárias à transformação de recursos em produtos turísticos. Dada a quantidade de elementos de interesse patrimonial, optou-se por considerar apenas património histórico classificado como Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público, Imóvel de Interesse Concelhio e património protegido ou em fase de classificação, segundo a legislação em vigor (Lei de Bases do Património Cultural Português).

Pela raridade e pela facilidade de acesso no contexto ibérico, o Castelo de Ansiães foi classificado na Hierarquia III. Ainda neste grupo incluem-se diversas igrejas, tais como a de N.ª Sr.ª da Assunção, na freguesia de Sambade, Igreja Matriz da Lavandeira, dedicada a St.ª Eufémia e a Ponte Românica de Mirandela, entre outro património edificado. A continuidade dos investimentos públicos realizados, nomeadamente ao nível da construção de infraestruturas de receção e atendimento aos visitantes e/ou centros interpretativos, é essencial para a materialização das potencialidades destes recursos em produtos capazes de gerar fluxos de turistas nacionais e internacionais. Convém, no entanto, que tais investimentos sejam acompanhados de ações de dinamização, onde a presença de técnicos com formação é basilar, aspetos que no atual momento ainda apresentam grandes insuficiências.

Por outro lado, a existência de um maior número de recursos de Hierarquia II prende-se com alguma inépcia por parte das autoridades públicas na capitalização das apetências turísticas de muitos destes recursos e da ausência de integração com outros.

Também ao nível arqueológico existe um património considerável. O problema reside na ausência de uma linha de ação capaz de aproveitar todo este vasto património, através de investimentos (públicos e/ou privados) com caráter difusor, dinamizando o turismo, criando emprego e conservando estes legados históricos. Os critérios utilizados para a seleção dos sítios arqueológicos basearam-se na importância do sítio, nas estruturas ainda visíveis e nas características dos locais de implantação, jogando, deste modo, com os aspetos do património natural e paisagístico. Verifica-se a existência de uma grande diversidade e riqueza de recursos arqueológicos, classificados de Hierarquia II, embora com elevado potencial de aproveitamento para fins turísticos, desde que alvo de projetos e intervenções, como a criação de rotas temáticas, a colocação de sinalética uniformizada e de painéis informativos, a inclusão em programas de Turismo Cultural e Paisagístico, entre outros.

Do ponto de vista dos recursos culturais a TQ apresenta características que permitem afirmar a presença de uma certa dualidade. Em relação aos equipamentos culturais básicos, tais como bibliotecas, casas da cultura e centros cívicos, os indicadores demonstram a existência de um número considerado suficiente. Inversamente a percentagem de museus, galerias de arte e espaços para espetáculos é ainda bastante reduzido, no entanto, têm vindo a ser desenvolvidos esforços no sentido de aumentar a expressão destes espaços de cultura. A TQ encontra-se, por isso, num momento de viragem no panorama cultural, com reflexos na captação de turistas.

Dispondo de equipamentos e de infraestruturas, o desafio que agora se coloca é o da sua real exploração, o que pressupõe competências técnicas e organizativas adequadas, bem como a cativação de novos espaços de cooperação e parceria, com vista à valorização e divulgação das produções culturais locais e à mobilização de produções externas de maior envergadura e variedade. A aposta tem de consistir em iniciativas culturais de qualidade, com uma programação diversificada e para perfis de mercado diferenciados.

Existem elementos como o Real Filatório de Chacim, fábrica de fição de seda e escola de fição construída no séc. XVIII (testemunho da atividade proto industrial em Trás-os-Montes), a linha do caminho-de-ferro do Tua, que resultou de obras de engenharia notáveis, no final do século XIX e princípios do XX, considerada como uma das linhas com traçados mais espetaculares do mundo ou o conjunto de monumentos megalíticos, que podem ser

classificados como recursos de Hierarquia III ou até de Hierarquia IV, se forem alvo de alguns investimentos de qualificação e de promoção e comercialização turísticos.

Finalmente, é patente a relevância dada às artes e ofícios tradicionais, através nomeadamente do apoio logístico na participação em feiras e eventos de artesanato locais e regionais. O artesanato pode constituir uma verdadeira potencialidade, porém, e apesar dos esforços, não se encontra dinamizado de uma forma “rentável”. Os pontos de compra e venda de artefactos tradicionais são escassos, o que dificulta a divulgação dos trabalhos e sua implementação no mercado.

3.1.3 - Equipamentos, infraestruturas e serviços turísticos

Na obtenção dos resultados dos alojamentos hoteleiros por tipologia, foram consultados os dados oficiais do Instituto de Turismo (IT), do Instituto Nacional de Estatística (INE) e das Câmaras Municipais. Há claramente um desajuste devido aos seguintes fatores: (a) há informações sujeitas a segredo estatístico devido ao número reduzido de unidades hoteleiras; (b) há discrepâncias entre os alojamentos regularizados no IT e no INE, e (c) há diferenças nas classificações das tipologias por parte do IT e INE. Assim, o número de unidades efetivamente em funcionamento é consideravelmente superior aos valores oficiais.

Dada a predominância de alojamento de nível médio a médio-baixo, sobretudo pensões, com um reduzido número de camas, conclui-se que se trata de um recurso de Hierarquia II.

Nesta análise, foram ainda incluídos os denominados meios complementares de alojamento, que compreendem, na área geográfica da TQ, as unidades de TER, de TH e os parques de campismo. O TER e também o Turismo de Natureza têm-se destacado e evoluído significativamente, no contexto regional, como primeira escolha ao nível do alojamento e da ocupação dos tempos de lazer aquando da marcação de férias, para públicos específicos. O investimento neste tipo de empreendimentos tem sido gradual e constante, contribuindo para a captação de um turista pertencente a um segmento económico e académico mais elevado e, conseqüentemente, com maior poder de compra, de onde resulta que se possa incluir este tipo particular de acomodação na Hierarquia III.

Ainda que com algumas lacunas de nível informativo, devido a alguma relutância em responder às diversas questões colocadas aquando das visitas e contactos com os promotores das unidades de TER, consegue-se apurar que a TQ oferece, nesta tipologia, 245 camas, para além dos parques de campismo que dispõem de uma capacidade total para 2400 indivíduos.

A diversidade das unidades de TER implantadas na TQ sugere um mercado com elevado potencial de crescimento, embora com necessidade de algumas ações e medidas para rentabilizar de forma plena aspetos como a capacidade de ocupação, a procura efetiva e a organização do produto. Relativamente aos parques de campismo, estes detêm uma considerável relevância no contexto da capacidade de alojamento na TQ.

A existência de uma gastronomia rica, diversificada e perfeitamente associada ao mundo rural, e por inerência a produtos de qualidade, mobiliza uma procura turística significativa sobretudo de visitantes. Entende-se que este recurso não deve ser considerado por si só, mas como suporte à promoção turística ligada a outros recursos/produtos. Neste sentido, à semelhança de outras regiões, como o Alentejo ou o Minho, é fundamental apostar em roteiros e rotas gastronómicas, festivais culinários temáticos, feiras e eventos promocionais, como iniciativas de animação de fins-de-semana, nomeadamente em épocas baixas.

É possível identificar alguns certames, promovidos essencialmente pelas autarquias e associações comerciais; no entanto, não se verifica um planeamento de âmbito regional, aspecto que poderia aumentar o retorno dos investimentos, sobretudo no que se refere ao volume de receitas, pelo que é essencial uma maior organização e integração para se conseguir aumentar a visibilidade e os níveis de atratividade.

Por outro lado, deverá ser pensada uma forma de atuação que potencie aqueles que efetivamente comercializam os produtos tipificados como “regionais” e estimule quem pretende aderir à rede de oferta gastronómica regional, mediante a inclusão de produtos locais certificados nas ementas dos respetivos restaurantes.

No período compreendido entre os anos de 1996 a 2007 registou-se um aumento do número de restaurantes na TQ; no entanto, o facto de não ser exequível determinar os números atuais nem a taxa de evolução é reveladora de uma

certa “anarquia” e da inexistência de linhas de ação concretas para o sector do turismo. Paralelamente, saliente-se que, apesar dos constrangimentos, sobretudo ao nível da especialização dos recursos humanos, começam a surgir espaços de elevada qualidade, do ponto de vista da sofisticação das ementas, da atualização dos pratos tradicionais aos gostos e tendências e do nível dos ambientes, um exemplo de empreendedorismo e espírito inovador.

Por último, importa destacar a quantidade de produtos existentes na região com Denominação de Origem Protegida (DOP), Indicação Geográfica protegida (IGP) ou Especificidade Tradicional Garantida (ETG).

Na área geográfica da Terra Quente realizam-se ao longo de todo o ano variadíssimos eventos de carácter desportivo ou cultural e manifestações de âmbito mais popular. Além de iniciativas de carácter concelhio encontram-se acontecimentos que mobilizam não só visitantes/turistas regionais mas que detêm um potencial de capitalização turística nacional e internacional, como é o caso dos Caretos de Podence, “figuras” que ganham vida no Carnaval e simbolizam a vida mundana ou folias carnais. A singularidade deste ritual possibilita a atracção de muitos curiosos, permitindo a ligação entre várias vertentes e segmentos turísticos, como por exemplo, entre o Turismo de Natureza e o Turismo Cultural. A propósito da motivação cultural é necessário mencionar a importância do Festival Sete Sois Sete Luas, em Alfândega da Fé, pela quantidade e diversidade de visitantes que atrai. A questão reside essencialmente na ausência de medidas destinadas a capitalizar o número de visitantes, excursionistas na sua grande maioria, em termos de volume de negócio, e a prolongar a estadia, que é apenas de um dia, sem dormida. Além dos eventos de carácter concelhio, que podem ser classificados como Hierarquia I, encontramos outros eventos que mobilizam não só visitantes/turistas regionais, mas que detêm um potencial de capitalização turística nacional e internacional de Hierarquia III e IV.

Embora existam clubes de aventura e diversas associações ligadas à prática de atividades de turismo ativo, compete às empresas de animação turística contribuir para uma maior dinamização e desenvolvimento do sector. Da análise ao território conclui-se que a animação turística encontra-se a despontar de forma profissionalizada. Do conjunto dos cinco concelhos, três dispõem de empresas de animação turísticas: Anitudes – Mirandela; Nordeste Aventura – Macedo de Cavaleiros e MapAventura – Alfândega da Fé. Convém salientar que todas elas estão inseridas, através da Associação de Desenvolvimento Local – Desteque, num projeto de âmbito nacional de qualificação do Turismo Ativo.

Da variedade de atividades, destaca-se a oferta e promoção de atividades de contacto com a natureza, capitalizando os recursos da região e respondendo a dois segmentos da procura em franco crescimento: o Turismo de Natureza e o Turismo Ativo e Desportivo. Neste sentido, quanto mais organizados e melhor identificados e promovidos estiverem os produtos turísticos da região, maior será o valor acrescentado para os turistas e visitantes.

Paralelamente, a estruturação e organização da oferta são condições indispensáveis ao exercício da atividade das agências de turismo, dado que permite a diversificação de programas e incremento da atracção de turistas e a divulgação de informação turística, quer de apoio direto/orientação ao turista ou visitante quer em termos de divulgação dos recursos e produtos da região.

Dada a recente constituição e o número reduzido de empresas de animação turística e de agências de viagens a operar, pode-se incluir a ação das agências de viagens na Hierarquia I e no caso específico das empresas de animação turística na Hierarquia II. No entanto, mais importante que o número de operadores, interessa garantir uma boa cobertura do território e dispor de produtos turísticos com qualidade e capazes de captar turistas a este território. Exige-se, por isso, um conjunto de produtos capaz de ser competitivo e oferecido por agentes turísticos com elevado grau de desempenho, com uma oferta turística integrada e assente numa promoção válida.

A TQ é igualmente dotada de outros ativos/recursos disseminados pelo território que configuram uma oferta de natureza diversa e complementar, chegando a assumir, em alguns casos, um papel central na oferta turística. Neste contexto, temos de destacar a importância socioeconómica e o enorme atractivo turístico que a caça e a pesca desportiva assumem. As montarias ao javali e todos os eventos associados a estas atividades, como a Festa dos Caçadores e a Mostra de Produtos de Caça, trazem centenas de caçadores e visitantes vindos de todo o país, podendo, por este motivo, ser classificadas de Hierarquia II.

Outros dos fatores de dinamização dos recursos turísticos e simultaneamente de preservação cultural incide na existência de rotas. Na TQ foram identificadas as seguintes rotas: Rota da TQ; Rota do Azeite; Rota da Amendoeira;

Rota da Terra Fria e Rota do Vinho do Porto. Ainda que insuficientemente exploradas, constituem importantes fatores de dinamização, essencialmente de carácter concelhio, pelo que foram incluídas na Hierarquia I, embora se saiba que podem vir a ser alvo de um grande desenvolvimento dado que permitem a criação de novos produtos. Em complemento com os recursos turísticos já apresentados, encontra-se um grande número de barragens e albufeiras, que podem ser aproveitadas para a dinamização de atividades e de desportos aquáticos, como percursos de observação e de educação ambiental, passeios de canoa e de *kayak* ou ainda para a criação de praias fluviais e respetivas estruturas de apoio.

Por último, uma referência às termas existentes na TQ, que apesar de serem em número reduzido podem ser aproveitadas para criar produtos turísticos com características diferenciadas e de resposta às novas tendências do mercado turístico. Mais especificamente podem-se referir as Termas da Abelheira localizadas em Chacim, Macedo de Cavaleiros, onde se situa um conjunto turisticamente interessante: o Santuário de N.^a Sr.^a de Balsemão, o Real Filatório e um TH. Em Pombal de Ansiães, Carrazeda de Ansiães, encontramos as termas de Pombal de Ansiães, que podem beneficiar da existência de um Hotel Rural e dos Percursos Pedestres Foz do Tua, da proximidade da linha do Tua e do facto de se encontrarem inseridas no Douro Vinhateiro.

3.2 – Procura turística

A procura foi estudada através do indicador dos visitantes, nacionais e estrangeiros, que efetuaram dormidas nos estabelecimentos de alojamento, segundo a tipologia de alojamento, a duração média da estadia, desagregada por concelho, e o movimento dos postos de turismo. Esta abordagem permitiu apurar a prevalência de dormidas em unidades do tipo pensão, sobre outras formas de acomodação. É evidente o domínio dos nacionais com 92% da ocupação, relativamente aos turistas estrangeiros, que não ultrapassam os 8% do total das dormidas, para um período de cinco anos. Embora ainda que insignificante, a evolução das dormidas de estrangeiros apresenta uma tendência evolutiva positiva e consistente, que deve ser aproveitada, através de campanhas turísticas de divulgação concertadas e direcionadas para os mercados internacionais, sobretudo para os de maior proximidade geográfica e afetiva.

No que concerne às estadias médias, constata-se que a TQ apresenta valores relativamente baixos, principalmente quando comparados com os índices de Portugal continental de 3,5, para o ano de 2006 (INE, 2006). A análise é dificultada pela ausência de elementos estatísticos, pelo que apenas é possível analisar os concelhos de Macedo de Cavaleiros e de Mirandela com valores médios de 2,1% e 1,3%, respetivamente. É interessante salientar que, apresentando Mirandela valores substancialmente mais elevados no indicador dormidas, quando analisada a estadia média apresenta uma percentagem inferior comparativamente ao concelho de Macedo de Cavaleiros.

Junto das autarquias, e em complementaridade com os responsáveis pelos parques, determinou-se o número de campistas por ano e a respetiva média de ocupação. Assim, o Parque Municipal de Vila Flor apresenta, entre os anos de 1999 e 2006, uma ocupação média anual de 43.297 campistas. Relativamente ao ano de 2006 regista-se uma redução de 11.273, quando comparado com o ano anterior, sem se conseguir determinar uma justificação para esta diminuição. A ausência de explicação estará associada à inexistência de medidas de monitorização da satisfação dos campistas. Ao proceder à análise, segmentando a procura do Parque de Campismo de Vila Flor, verifica-se que 92,6% dos campistas são portugueses e 0,2% holandeses e os restantes repartidos por variadas nacionalidades. Estranhamente, o número de espanhóis não é significativo!

No caso, do Parque de Campismo da Maravilha, no período em análise, o número de campistas ascende a 88.292, dos quais 90% são portugueses. Também aqui os holandeses ocupam o segundo lugar com 0,3%, seguidos dos franceses com 0,2% do total de campistas. De referir os investimentos de ampliação da capacidade em mais 2500 lugares e de qualificação do espaço do Parque de Campismo, que inclui a criação de um restaurante bar, dois sanitários, uma infraestrutura para lavagens de autocaravanas e doze *bungalows*. Apesar destes trabalhos de beneficiação, também não existe uma política de avaliação dos níveis de satisfação dos utilizadores dos equipamentos do parque.

Antes de se proceder à análise da procura relativamente aos dois parques de campismo, não imaginávamos que se verificasse uma disparidade tão grande ao nível dos valores da ocupação, no entanto, os números não podem ser

ignorados. Por último, e para ambos os parques de campismo, o período de maior procura regista-se, sem qualquer surpresa, nos meses de Julho e de Agosto, embora nos restantes meses se verifique uma taxa de ocupação sempre muito constante. Pela tipologia dos turistas podemos incluir esta forma de alojamento turístico na Hierarquia II. Outro dos indicadores que consideramos oportuno analisar prende-se com o movimento nos Postos de Turismo. Também a este respeito existem enormes lacunas ao nível do registo do número de entradas e da natureza da informação solicitada. Dos cinco postos de turismo, três encontram-se em funcionamento pleno e dois na totalidade, entre 2002 e 2007, facto que evidencia a ausência de uma estratégia, para o sector do turismo, sólida e coerente com os discursos dos responsáveis locais. O número de visitantes que passaram pelos Postos de Turismo não permite, como é óbvio, determinar a grandeza dos fluxos turísticos globais, no entanto, possibilita, pela informação obtida, perceber quais as motivações e interesses dominantes. Assim, pela análise dos registos e do género de informações solicitadas identificam-se três grandes segmentos: o Turismo Cultural e Paisagístico, o Turismo Ativo ou de Natureza e o Turismo Gastronómico, onde se incluem também os vinhos. Foi ainda possível determinar que a grande fatia de turistas que passam pelos Postos de Turismo pertencem a uma faixa etária bastante alargada, entre os 35 e os 65 anos, e procuram alojamentos com preços acessíveis, compatíveis com a tipologia pensão e residenciais, o que evidencia, de uma forma geral, um reduzido poder aquisitivo.

4 - Síntese do diagnóstico estratégico

Dos elementos populacionais e socioeconómicos caracterizadores da região e dos processos em curso resultou uma análise do conjunto. Para sistematizar e tornar mais fácil a leitura da realidade da TQ utilizaram-se, como instrumentos de base, os pontos fortes, pontos fracos, as debilidades e oportunidades, seguindo uma abordagem de Mintzberg (1994), conforme representado das tabelas 1, 2, 3, e 4.

Tabela 1 – Pontos fortes

- A existência de um património ambiental que mantém bastantes características de genuinidade e de uma grande diversidade paisagística e climática, aspetos competitivos que justificam uma forte aposta no desenvolvimento do turismo, nomeadamente: turismo natureza e turismo ativo, turismo cultural, caça e pesca e turismo em espaço rural (Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e Espaços da Rede Natura 2000).
- Proximidade a duas das mais interessantes áreas naturais o Parque Natural de Montesinho e o Parque do Douro Internacional;
- Presença de dinâmicas de afirmação e valorização da identidade cultural aliada a outros recursos existentes, de onde sobressaem o Alto Douro Vinhateiro e o Parque Arqueológico do Vale do Côa;
- Cultura popular manifestada através da hospitalidade, de eventos de carácter tradicional e do artesanato;
- Presença de um número crescente de unidades de turismo em espaço rural, de elevada qualidade;
- Existência de uma grande variedade de produtos certificados de reconhecida qualidade e notoriedade;
- Riqueza gastronómica e qualidade dos vinhos;
- Conjunto de eventos subordinados à temática da valorização dos produtos locais e que incluem ofertas turísticas e culturais diversificadas;
- Conjunto de instituições de ensino, de nível superior (Mirandela, Macedo de Cavaleiros) e técnico-profissional (Carrizada de Ansiães) com potencial para sustentar atividades emergentes na região;
- Participação de personalidades reconhecidas na consolidação do tecido artístico e cultural;

Tabela 2 – Pontos Fracos

- Baixos índices de produtividade de alguns sectores, principalmente dos tradicionais, resultado de modelos empresariais sustentados em baixos níveis de qualificação profissional e em processos do tipo intensivo, de onde se destaca a forte participação das mulheres;
- Deficiências ao nível da comercialização e promoção das produções locais;
- Concentração de recursos infraestruturais e de capital humano e de iniciativas nos principais polos urbanos (sobretudo nas sedes de concelho);
- Desajustamentos entre as competências produzidas e as necessidades do tecido produtivo, uma das causas dos baixos índices de remuneração;
- Existência de um tecido industrial pouco dinâmico e sem estratégias de sustentabilidade laboral;
- A quase inexistente cooperação e complementaridade de âmbito supramunicipal na planificação e na gestão dos investimentos públicos, em infraestruturas e equipamentos coletivos;
- Incipiente coordenação entre os principais atores locais (públicos e privados) na determinação e execução de políticas de impacto, designadamente ao nível turístico;
- Deficiências ambientais nas áreas do abastecimento de água e do tratamento dos efluentes;
- Fraco recurso a energias renováveis, para uso doméstico e para consumos das atividades económicas;
- Incapacidade de fixação dos visitantes, com reflexos nas baixas taxas de ocupação e na duração média das estadias e forte dependência do turismo doméstico;
- Reduzida oferta de animação e de alojamento de qualidade, com consequências no tipo de visitante e na capacidade de atracão da região;
- Desequilíbrios em termos da oferta turística e cultural, no que concerne à sua maior intensidade nas sedes de concelho e durante os meses de Verão;
- Serviços (informação, restauração e hotelaria) com fragilidades ao nível da qualidade devido, em parte, à insuficiência de pessoal habilitado;
- Excessiva importância do marketing e promoção turística, descurando a engenharia e conceção do produto, ou seja, o diagnóstico e estruturação da oferta turística;
- Tecido institucional e associativo com iniciativas de carácter esporádico e muitas vezes desfasadas e sem características de abertura às novas tendências;
- Deficiente intermodalidade dos transportes, do que resulta uma excessiva dependência do uso de automóveis privados e insuficiente desenvolvimento de outros meios de locomoção.

Tabela 3 – Oportunidades

- A proximidade com Espanha, nomeadamente a Castela e Leão, que implica a definição de estratégias de cooperação e interdependência, no sentido de uma afirmação regional;
- Situa-se a 4h de Lisboa e a 4h de Madrid, um mercado com 5 milhões de habitantes;
- Presença de elementos de ruralidade, com potencialidade de desenvolvimento de iniciativas turísticas e económicas importantes;
- Existência de um “saber-fazer” em sectores produtivos tradicionais, com uma qualidade já consolidada;
- Tomada de consciência política da importância do turismo para o processo de desenvolvimento local;
- Existência de uma cidade (Mirandela) já com alguma dimensão e dinamismo, em termos de crescimento populacional e da oferta de serviços;
- Importância crescente de um segmento de visitantes nacionais, em grande parte provenientes dos centros urbanos, atraídos pela cultura e património locais;
- Visibilidade de dinâmicas de atracão e mobilização populacional nas sedes de concelho;
- Possibilidade de surgimento de oportunidades de emprego e de iniciativas ligadas ao terceiro sector;
- Potencialidades da região para o desenvolvimento, quer de produções agropecuárias competitivas, como hortícolas, vinho, carne (sobretudo ovinos e caprinos) e frutos, quer de sistemas agroflorestais.

Tabela 4 – Ameaças

- Taxa de variação demográfica da população residente com valores de evolução de sinal negativo, a que acrescem saldos naturais e migratórios que dificultam a renovação da população;
- Evidência de uma pirâmide etária muito envelhecida e com grandes índices de dependência, o que representa um entrave ao dinamismo empresarial e à criação de emprego;
- Despovoamento das mais pequenas freguesias em benefício das sedes de concelho;
- Ameaças à configuração arquitetónica tradicional dos núcleos urbanos e rurais;
- O não aproveitamento ou a incorreta aplicação dos fundos estruturais no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013;
- Desfasamentos entre as estratégias de implementação de políticas estruturais, definidas pelos agentes de desenvolvimento local e as expectativas da população, mais voltada para a valorização das dimensões etnográficas e folclóricas;
- Sector turístico desvalorizado na componente da iniciativa privada e de subaproveitado no âmbito das políticas de investimento público;
- Persistência de obstáculos como a deficiente sinalização turística, acessibilidades e ordenamento paisagístico.

5 - Produtos turísticos estratégicos

Tendo por base o diagnóstico realizado anteriormente, de onde resulta uma enorme variedade de recursos, torna-se necessário definir mecanismos de seletividade que permitam identificar a genuinidade mas também o carácter estruturante do recurso. A formatação de produtos turísticos representativos da TQ passa pelo estabelecimento de uma base de concertação, entre os vários agentes a operar no terreno, que permita alcançar um consenso sobre o que se considera suscetível de ser apresentado e organizado. Assim, depara-se no âmbito da Terra Quente com duas situações distintas:

- Produtos turísticos numa “fase embrionária”, surgindo no mercado de uma forma espontânea, sem tratamento qualificado, transmitindo uma imagem pouco profissional (mesmo que tal não corresponda à realidade, como certas formas de Turismo Ativo);
- Produtos turísticos numa “fase de pré-consolidação”, funcionando de forma quase automática ou natural, sem grande planeamento dirigido aos mercados (caso do TER).

A estruturação e planificação da oferta turística e a sua qualificação ao nível dos produtos e dos serviços turísticos, pressupondo a manutenção da identidade do destino, constituem os maiores desafios de ordem estratégica que se colocam ao turismo na TQ, no âmbito do presente trabalho.

A organização da oferta deverá assentar em produtos capazes de assumir uma relevância territorial, sem descurar aspetos de qualidade e sustentabilidade ambiental, rural e cultural, condições *sine qua non* do destino turístico. Neste contexto, são sugeridos os seguintes produtos turísticos estruturantes:

- Turismo em Espaço Rural – tipologia de grande interesse pelo segmento de turista (médio alto) a que normalmente está associado, para além do número crescente de investimentos na reabilitação de imóveis, com características muito próprias. Este facto pressupõe, não só a constatação de algum dinamismo da TQ, mas também a escolha por um tipo de turismo que assenta em parâmetros qualitativos de níveis elevados. Para além da requalificação de património edificado, representativo da vivência transmontana, este tipo de turismo contribui para a recuperação e transmissão de hábitos e tradições. Verifica-se, no entanto, uma baixa ocupação média nestes estabelecimentos, o que pressupõe a necessidade de os reconverter e de adotar medidas, nomeadamente promocionais, que anulem a imagem da prática de preços muito elevados. O TER, pelas especificidades que lhe são inerentes, pode assumir múltiplas formas, para além de estar intimamente

relacionado quer com o Turismo Cultural e com o Turismo de Natureza, quer também com o Turismo Ativo.

- Ecoturismo ou Turismo Ecológico – pela riqueza, diversidade e qualidade paisagística e natural, a TQ apresenta inúmeras potencialidades para atividade de contacto e de fruição da natureza. De todos os recursos naturais e equipamentos listados anteriormente relembramos a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, com o conjunto de valências diferenciadas que, no âmbito do Turismo de Natureza, tem para oferecer aos turistas e visitantes. Ainda neste segmento é preciso mencionar as experiências inesquecíveis que tanto o Parque Natural de Montesinho, como o Douro Internacional podem proporcionar.

Existem ainda na TQ um conjunto de produtos passíveis de serem utilizados em atividades mais radicais ou de Turismo Ativo e Desportivo. A Serra de Bornes ou a Serra de St.^a Comba reúnem condições únicas para a dinamização do Turismo Ativo e de Aventura, como passeios pedestres e de orientação, percursos interpretativos, observação de aves, escalada, parapente ou asa delta. Refira-se a realização, precisamente nestes locais, de uma das etapas do Campeonato Nacional de Parapente. Para além destas atividades, convém salientar a importância do todo-o-terreno. Obviamente que não seria possível deixar de falar na caça, atividade que envolve um número considerável de praticantes e de acompanhantes, público ao qual não se tem dado a devida importância e que movimenta um volume de negócio interessante.

No âmbito dos recursos naturais, os rios e albufeiras apresentam um elevado potencial turístico, quando associados a atividades como a pesca, os desportos aquáticos (o rio Tua, em Mirandela, acolhe uma etapa do Campeonato do Mundo de Jet Ski e da Taça da Europa de Motas de Água), os passeios e cruzeiros fluviais e outras atividades de lazer.

Este tipo de turismo é praticado por pessoas que vão participar ou apenas assistir a eventos desportivos. Inclui igualmente atividades desportivas praticadas individualmente, sem qualquer tipo de competição associada, mas pela emoção e adrenalina de experiências mais radicais.

- *Touring* Cultural e Paisagístico – produto fortemente impulsionado pelo PENT, e de grande adequação às particularidades deste espaço. Torna-se, no entanto, essencial desenhar planos de desenvolvimento e de promoção que potenciem a vinda de turistas, evitando que a TQ continue a ser apenas um território de passagem e de grande atratividade para o visitante de um dia.

Praticado por turistas que gostam de conhecer vários ambientes e de viver novas experiências no âmbito da mesma viagem, que regra geral é organizada pelo próprio. Este turista, porque normalmente viaja em automóvel próprio ou em autocarro necessita de estradas em bom estado de conservação e de segurança, restaurantes e hotéis de qualidade de que, como vimos, a TQ carece, bons serviços turísticos, onde a sinalização, informação e o fornecimento de mapas, normais e temáticos, é fundamental (sendo necessário neste domínio colmatar lacunas relevantes), animação e eventos nesta área (outra área que apresenta algumas debilidades) e facilidade em adquirir produtos, principalmente típicos, de onde resulta o interesse em fazer a ligação ao TER e a lojas de venda de produtos locais e/ou certificados. Os percursos das Amendoeiras em Flor, com passagem pelos vários concelhos, constituem um produto que gera uma grande afluência de visitantes, mesmo que não se consiga ainda retirar o máximo retorno.

- Turismo Cultural – segmento turístico interessante para a TQ, porque inserida, ainda que parcialmente, no Douro-Património Mundial, sendo vital tirar partido desta mais-valia. Em articulação com o produto anterior e pela proximidade, não se pode ignorar a presença de outro espaço de grande relevância turística, o Vale do Côa.

A TQ detém, como vimos, um vasto património histórico e cultural, que constitui uma das suas maiores riquezas e fator de diferenciação e competitividade. Tem-se verificado um grande esforço ao nível da sua preservação, reabilitação e valorização, acompanhado de ações concretas como a criação de centros interpretativos, o desenvolvimento de ações pedagógicas, a realização de inventários e estudos e a elaboração de cartas e roteiros do património. Por outro lado, a existência de equipamentos culturais, dotados de salas de espetáculo e de espaços para exposições, representa um salto qualitativo nos conteúdos e diversidade das propostas culturais.

A TQ apresenta igualmente um vasto património arqueológico, nomeadamente monumentos, insculpturas e arte rupestre, que pode ser valorizado através do estabelecimento de circuitos interpretativos e roteiros culturais com objetivos turísticos e socioeducativos. Esta forma de turismo, quando interligada com outras tipologias, nomeadamente o Turismo de Natureza, constitui um fator altamente significativo na diferenciação de produtos.

A estratégia a adotar para o desenvolvimento destes quatro produtos turísticos, numa lógica integrada e coerente, passa necessariamente pelo reconhecimento de que um mesmo produto apresenta características específicas de acordo com o local de implantação. O que deve ser entendido como uma vantagem, pela diversidade de oportunidades que pode gerar. Por outro lado, a implementação dos produtos acima descritos deve ser capaz de anular as deficiências de uma oferta turística que globalmente pode ser caracterizada por uma estruturação e organização débeis, apesar da existência de recursos com capacidade de diferenciação no mercado.

As fragilidades fazem-se sentir igualmente na ótica dos mercados emissores, que ao nível dos mercados internacionais é muito incipiente ou quase inexistente. Não queremos com isto dizer que se deva apostar em estratégias de mercado onde o turista internacional seja prioritário; no entanto, é fundamental tirar partido dos mercados de proximidade.

As falhas e lacunas na oferta são, de certa forma, minimizadas pela simpatia e pelo saber receber dos transmontanos. A afabilidade traduz a síntese, não só dos esforços realizados pelos poderes públicos e pelos operadores privados para tornar a TQ um destino atrativo, mas também dos fundamentos culturais das populações.

6 – Conclusões e recomendações

O exercício de diagnóstico, consubstanciado na elaboração das tabelas 1, 2, 3 e 4, identificou alguns pontos fortes, designadamente, o considerável leque de recursos e atrações turísticas – naturais e culturais – bem distribuídas por toda a área geográfica da TQ, no entanto, ainda que com um forte potencial de diversificação, é igualmente evidente a existência de uma oferta turística num estado incipiente de desenvolvimento. Deste modo, a competitividade do destino turístico TQ tem obrigatoriamente de assentar na conceção e oferta de produtos derivados do conjunto de pontos fortes e das oportunidades que lhe estão associadas. Ou seja, a TQ, enquanto destino, deve explorar os segmentos de mercado que apresentem melhores e maiores oportunidades, sobretudo os alicerçados nos produtos baseados na cultura e na natureza.

A qualidade turística pode ser substancialmente aumentada se assentar numa oferta corretamente concebida, estruturada e promovida de uma forma concertada. É ainda essencial que se encontre fundamentada nas grandes motivações turísticas existentes, baseada em produtos e serviços de elevada qualidade e implicar uma profunda sintonia com as especificidades do destino. A adoção de soluções padrão, que tendem a homogeneizar todos os destinos turísticos, é sinónimo de perda de atratividade. Até porque a tendência da procura reflete, cada vez com maior intensidade, a escolha por destinos alternativos, onde prevalecem os elementos indispensáveis à territorialização do turismo.

Por último, é fundamental uma nova filosofia institucional de atuação, quer do lado da administração, quer do lado dos agentes privados, quer do relacionamento entre ambos. Esta nova forma de ação dos atores públicos locais poderia passar desde logo pela criação de sistemas de incentivos (não necessariamente apenas financeiros), pelo apoio específico ao investimento e ao investidor e pela definição de campanhas promocionais dirigidas e elaboradas de forma menos atomística ou generalizada. A construção de uma imagem coerente, capaz de integrar a ideia de mosaico de recursos mas permitindo que o turista identifique nesse mosaico linhas de força identitárias do destino, é algo de essencial.

A somar a tudo isto acresce que no sector turístico, o retorno do investimento é normalmente associado a prazos longos e os efeitos multiplicadores não são nunca imediatos. A insuficiência das condições de atracção de

investimento na área do turismo constitui, de facto, uma grande debilidade, embora possam ser adotadas medidas para melhorar as condições de atracção de investimento privado especializado.

Para além da inexistência de uma tradição de colaboração e de trabalho em rede entre os vários agentes, uma outra fragilidade sobressai do diagnóstico realizado, a ausência de uma intervenção proactiva forte nos mercados. Este facto potencia o excesso de utilização do território por visitantes, sem que estes sejam transformados em turistas. Neste contexto, adotam-se ações relevantes para os visitantes, ainda que à partida possam parecer adequadas à captação de turistas, como sucede, por exemplo, com o estacionamento automóvel. Tais medidas anulam ou minimizam os efeitos multiplicadores que a atividade turística normalmente possui, afetando de forma incorreta ou, pelo menos, pouco eficaz, os poucos recursos financeiros existentes para apoiar qualquer investimento naquele sector. Por outro lado, a ausência de um sistema de informação especializado, capaz de fornecer dados que permitam, aos intervenientes públicos e privados, intervenções eficazes fragiliza claramente qualquer tentativa de intervenção integrada no sector do turismo. Este sistema de informação deve ser construído com base numa seleção e hierarquização dos recursos inventariados, determinando os que necessitam de investimento público local complementar. Fazendo o cruzamento desta situação com os pontos fortes identificados verifica-se, no entanto, que a TQ dispõe de instrumentos de defesa, desde que haja uma utilização adequada dos seus recursos, que a população residente reconheça os benefícios do fenómeno turístico, separando-o de forma explícita do excesso de visitantes existentes, e que se aposte na criação de uma imagem sólida e coerente, onde o todo seja superior à soma das partes.

No domínio das estratégias já concebidas, mas cujos resultados não estão a ser visíveis, obrigando, por isso, a uma mudança de atitude, destaca-se a situação e a imagem de mercado dos meios de alojamento integrados no TER. Estes meios de alojamento, para além de fomentarem a preservação do património arquitetónico e cultural, conseguiram sensibilizar a população em geral para o fenómeno do turismo. Torna-se obrigatório retirar desta atividade mais valor acrescentado do que tem sido possível concretizar até ao presente. A mudança, visando o aumento da competitividade deste produto, passa por uma nova abordagem ao mercado, onde as questões da qualidade do serviço têm de ser equacionadas.

A este propósito da qualificação dos meios humanos é obrigatório referir a formação profissional, que pode contribuir simultaneamente para a melhoria da qualidade das prestações, para a integração na vida ativa de jovens com formação em turismo e para a requalificação da oferta turística.

Para além de todas as ações já referidas, impõem-se outras medidas ao nível da criação de infraestruturas adequadas ao desenvolvimento pretendido, destinadas sobretudo a assegurar que todo o conjunto de serviços e organismos adotem uma atitude proactiva face aos mercados e no enquadramento, execução e fomento dos objetivos definidos. Os municípios, os operadores e demais agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a atividade turística estão, de uma forma geral, altamente motivados para o turismo necessitando, no entanto, de um adequado enquadramento institucional e de cooperação. Neste contexto, entende-se ser fundamental a constituição de uma estrutura funcional direcionada para o aumento da sustentabilidade e da qualidade turística do destino TQ, composta por um conjunto de componentes, nomeadamente um Diretório Turístico e uma Solução *Ad Link*. Estas duas ferramentas permitem apresentar uma imagem positiva do destino, garantindo que o turista disponha de um conjunto de informação qualificada e atualizada, com conteúdos em constante adaptação às oportunidades do mercado turístico. Outra das valências previstas nesta plataforma de gestão turística prende-se com a disponibilização de PDA para visitas multimédia guiadas. Esta solução permite viabilizar visitas orientadas, em ambiente autónomo e através de um interface simples, de utilização prática e intuitiva. Trata-se de uma alternativa de grande relevância em termos de qualificação da oferta turística, que permite colmatar uma grave deficiência ao nível do serviço de guias, que neste momento são inexistentes na região.

A gestão e qualificação da oferta turística pressupõem, paralelamente à implementação de um conjunto de recursos informáticos, a realização de obras de adaptação e de melhoria dos espaços físicos destinados aos Postos de Turismo que apresentam algumas deficiências. Desta forma, dotar-se-á a TQ de uma rede de postos de informação turística, capazes de responder às necessidades de um turista cada vez mais esclarecido e consciente.

Por outro lado, os aspetos relacionados com a mobilidade (acessos e sanitários para pessoas portadoras de deficiência e/ou idosos) também deverão ser alvo de especial atenção. Deverá ainda ser ponderada a possibilidade de aproveitar estas estruturas físicas para a comercialização de produtos regionais (de onde resulta a necessidade de inclusão de equipamentos de refrigeração e climatização) e/ou ateliers demonstrativos do artesanato local, com carácter de rotatividade. No final, ter-se-á um conjunto de espaços funcionais e visualmente apelativos, através da adoção de tendências arquitetónicas diferenciadas, baseadas na identidade própria dos locais.

No sentido de suprir as falhas ao nível da promoção entende-se ser essencial conceber guias turísticos em suporte papel, com informação relevantes sobre cada um dos concelhos da TQ, sugestões de atividades culturais e lúdicas e propostas de itinerários e programas de animação turística. A conceção de *merchandising*, aspeto que se encontra muito pouco explorado e que talvez por este motivo apresente grandes fragilidades comerciais, pode e deve ser objeto de maior atenção. Neste sentido sugere-se a realização de um estudo que permita identificar as especificidades locais, suscetíveis de serem comercializadas com retorno. Ainda no âmbito promocional a impressão do mapa ilustrado digital, incluído no Diretório Turístico, e a produção em *CD-ROM*, para os cinco concelhos, permitirá criar uma imagem única e turisticamente competitiva.

Pretende-se que nesta Plataforma de Gestão Turística caibam todos os intervenientes (públicos e privados) sem por em causa as atribuições e funções de cada parceiro, e que o seu funcionamento assente em linhas flexíveis, permitindo a existência de espaços comuns aos vários parceiros. Em suma, é possível através desta estrutura concorrer de forma efetiva para a satisfação das expectativas decorrentes da visita dos turistas, contribuir para a qualificação e organização de recursos com interesse turístico e possibilitar o incremento da atratividade dos produtos turísticos do destino TQ. A implementação e funcionamento de uma estrutura de organização e gestão da oferta e monitorização da procura podem funcionar como a base que há de potenciar a concretização da estratégia de desenvolvimento, a ser selecionada.

É igualmente importante que a TQ desenvolva um conjunto de indicadores de monitorização e avaliação da qualidade dos serviços e do grau de satisfação dos turistas, adequados e adaptados ao respetivo nível de desenvolvimento turístico e que devem variar em função das diferenças e especificidades locais dos municípios

Entretanto, com o presente estudo tornar-se-á possível a elaboração de mecanismos capazes de:

- Conduzir ao perfeito conhecimento do espaço de trabalho para organização e valorização de suas potencialidades turísticas;
- Possibilitar o desenvolvimento equilibrado da atividade turística, a promoção da atividade turística e a participação da comunidade como forma de se alcançarem resultados positivos na exploração dos atrativos locais e repartição equitativa dos benefícios.

Em jeito de conclusão pode-se afirmar que o potencial para o desenvolvimento turístico da Terra Quente é enorme e resulta da possibilidade de estruturar uma oferta turística adequada a tipos de procura com expectativas de crescimento.

Bibliografia

- ALBRECHT, K. e BRADFORD, L. (1992) *The Service Advantage*. Nova Iorque: McGraw-Hill.
- BALOGLU, S. e BRINBERG, D. (1997) “Affective Images of Tourism Destinations”, *Journal of Travel Research*, Vol. 35(4), pp. 11-15.
- BAPTISTA, M. (1997) *Turismo - Competitividade Sustentável*. Lisboa: Editorial Verbo, 1997 (1ª Edição)
- BENNI, M. C. (2004) *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: Senac.
- CABRAL, A. e SANTANDREU, R. (2006) *Carrazeda de Ansiães*. Lisboa: PixelPrint Edições.
- CUNHA, L. (2003) *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- FAZENDA, N. (2006) *Planeamento para um Desenvolvimento Turístico Sustentável - da Teoria à Prática - O Caso do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro*. Turismo de Portugal.
- FAZENDA, N. (2007) *O Turismo na Região do Norte – Diagnóstico*. Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte - CCDR.
- INSKEEP, E (1991) *Tourism Planning. An Integrated and Sustainable Development Approach*. New York: Van Nostrand Reinhold.
- MINTZBERG, H. (1994) *The Rise and Fall of Strategic Planning*. Nova Iorque: Prentice Hall.
- MORAIS, C. (2006) *Por Terras de Ansiães – Estudos Monográficos*. Lisboa: Edição da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães.
- MOREIRA, A. C. e BATISTA, A. V. (2009) “Turismo de Eventos: Desafios Estratégicos de la Ciudad de João Pessoa (Brasil)”, *Cuadernos de Turismo*, N° 23, pp. 31-46.
- MOREIRA, A. C. e DIAS, A. M. (2010) “Qualidade nos Serviços de Alojamento Rural. O Agroturismo em Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal”, *Gestión Turística*, Vol. 13, pp. 39-62.
- MOREIRA, A. C. (2016) “Entrepreneurial Tourism: The Creation of Business Opportunities in the ADRIMAG Region, Portugal”, in CARVALHO, L. C. (Ed.), *Handbook of Research on Entrepreneurial Success and its Impact on Regional Development* (pp. 376-404), IGI Global: Hershey, PA, USA.
- PDTV (2004) *Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro*, Presidência do Conselho de Ministros e CCDR.
- PROTN – Turismo (2007) *Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte*, Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional, CCDR.

O POTENCIAL DO TURISMO MILITAR PARA A CIDADE DO PORTO: O CASO DA SEGUNDA INVASÃO FRANCESA

Daniela Alves

CHIP - CIIC - ISCET

Hélder Barbosa

CHIP - CIIC - ISCET

Jorge Ricardo Pinto

CHIP - CIIC - ISCET

Resumo

A segunda invasão Francesa, datada de 1809, teve um impacto bastante significativo na cidade do Porto, causando um período de estagnação em diferentes sectores, deixando marcas e cicatrizes, memórias e património que, ainda hoje, evocam esse acontecimento histórico-militar. Assim, numa vertente direccionada ao Turismo Militar, este artigo centra-se na construção de um itinerário turístico-cultural, tendo como tema central a Segunda Invasão Francesa. Para isso procedeu-se ao levantamento, a partir de um conjunto alargado de fontes documentais, das etapas de desenvolvimento do contexto urbano, dos confrontos e dos episódios bélicos, que permitissem construir o circuito temático. Com este exercício pretendemos comprovar a potencialidade do Turismo Militar no desenvolvimento da oferta turística da cidade do Porto.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo Militar; Cidade do Porto; Segunda Invasão Francesa; Século XIX; Itinerário.

Abstract

The Second French Invasion in 1809, caused a significant impact in the city of Porto and was one of the events that lead the city to a period of stagnation in different sectors, leaving marks and scars, memories and heritage that still evoke this military-historical event. So, regarding to Military Tourism, this article aims on the developing of a cultural itinerary based on the Second French Invasion. To do this, a research on historical facts was made, allowing then developing the itinerary, in order to demonstrate the potentiality of the Military Tourism in developing the tourism supply in the city of Porto.

KEY-WORDS

Military Tourism; City of Porto; Second French Invasion; 19th century; Itinerary.

Introdução

O Turismo é atualmente considerado um setor chave para a economia de vários países, incluindo Portugal. Por isso, é um setor que deve, obrigatoriamente, (saber) usar a matéria-prima que o território lhe disponibiliza, para captar a atenção do turista. O turista, por seu turno, é cada vez mais exigente, mais interessado e mais especializado, enquadrado num contexto contemporâneo de globalização, de repetição quotidiana e de semelhança acelerada entre territórios. O turista cultural e urbano é por isso tendencialmente alguém predisposto a encontrar o que é idiossincrático do lugar, habilitado a compreender a dimensão histórica e motivado a descobrir o detalhe e a raiz dos territórios, em busca de novos desafios. É neste contexto que têm surgido novas formas de lazer, catalogadas ao longo dos últimos anos em subtipos de turismo.

O tema central deste artigo debruça-se sobre o Turismo Militar, uma dessas muitas esferas em torno do setor mas que, tal como qualquer outra, tem na sua génese a cultura, sendo por isso uma forma de Turismo Cultural. O Turismo Militar, sem uma definição universal muito concreta associada, remete sobretudo para elementos tangíveis

ou intangíveis, com uma carga histórico-militar associada. Posto isto, o objetivo deste artigo será demonstrar o potencial da cidade do Porto enquanto palco de Turismo Militar, usando para isso o caso concreto da Segunda Invasão Francesa, de 1809, na criação de um itinerário turístico-cultural.

1. A conceptualização de Turismo Militar

O Turismo Militar, enquanto conceito, para além de não usufruir de uma definição bem estabelecida, encerra-se num aparente paradoxo, uma vez que o turismo é, na sua essência, o contacto pacífico entre culturas, na promoção da tolerância, do respeito pela diferença e como um contributo para a “mistura” de culturas, defendida por Rio Fernandes (2013) como algo benéfico para as cidades. O Turismo é ainda defendido, por várias organizações e autores, como a indústria mundial da paz (Salazar, 2006), daí o aparente paradoxo. A UNWTO (2010) – Organização Mundial do Turismo - através do relatório *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*, define Turismo como sendo um fenómeno social, cultural e económico, relacionado com o movimento de pessoas para âmbitos diferentes dos habituais, com uma duração inferior a um ano, e por qualquer motivação exceto estar empregado no local visitado. O conceito abarca também todas as atividades desenvolvidas aquando da preparação da viagem; durante a mesma e posteriormente no destino e o conjunto de atividades produtivas que visam servir o visitante.

Esta “nova estirpe” de turismo deve-se à necessidade atual de se rotular as várias formas de turismo, de acordo com a motivação do visitante e a própria oferta: Turismo Cultural, Turismo de Negócios, Turismo de Sol-e-Praia, Turismo Náutico, entre variadíssimos outros tipos de turismo, entre eles o “novo” Turismo Militar. Ora, será que a descontinuidade entre tipos de turismo é assim tão evidente? Não terão todos os tipos de turismo, caráter cultural? O *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS, 1999), através da Carta Internacional de Turismo Cultural, dá-nos conta que Turismo Cultural é uma forma de turismo baseada na cultura do destino, que engloba as paisagens, os valores e estilos de vida, o seu património, as artes, as tradições e as atividades de lazer da população do destino, abrangendo também todas as experiências absorvidas pelo visitante. Afirmamos por isso que, qualquer tipo de turismo, independentemente da motivação do visitante, é antes de mais cultural visto conduzir a novos “conhecimentos, experiências e encontros” (Urry referido em Henriques, 1994: 47). Assim sendo, cultura e turismo não podem ser desintegrados, o que faz com que cada tipo de turismo tenha na sua génese, a cultura.

O Turismo Militar (também conhecido como Turismo de Guerra), é caracterizado por Fraga (referido em Furtado, 2002), não apenas como a visita a áreas com conflitos ativos, mas também na visita a locais que já tiveram algum acontecimento conflituoso associado e, como tal, apresentam elementos que evocam essa história sendo capazes de gerar atratividade. O Turismo Militar pode ainda surgir associado ao *Dark Tourism*, que remete para motivações turísticas “não convencionais”, associados à visita a locais com ligação à morte, ao sofrimento, à violência ou desastre (Stone e Seaton referidos em Sharpley e Stone, 2009), como é o caso de cemitérios, locais associados a eventos sobrenaturais, palcos de guerra e catástrofes naturais, entre outros.

Em suma, podemos considerar Turismo Militar, como uma forma de turismo baseada na vontade em conhecer e visitar locais com uma carga histórico-militar associada que, de certa forma, marcaram o território. Esses elementos podem ser tangíveis, como edificações militares existentes, ou até mesmo intangíveis, como acontecimentos do passado que nos foram legados até aos nossos dias.

2. A diferenciação e as potencialidades do Turismo Militar

A indústria do turismo (sobre)vive em constante mutação, em curvas impostas pelo mercado. A criatividade humana e a busca incessável pela rentabilização e maximização do lucro, faz com que cada destino se esforce por estar um passo à frente do seu concorrente, aproveitando ao máximo o seu território na captação de visitantes, através da criação de produtos novos que os diferenciem. Isto gera um círculo vicioso, fazendo com que a novidade hoje, se torne obsoleta amanhã (Coelho, 2008).

Posto isto, a diferenciação assume-se então como algo imperativo no setor do turismo sendo que a podemos definir como o desenvolvimento de uma série de diferenças significativas, que permitam distinguir a nossa oferta

da dos concorrentes (Kotler referido em Niño e Gouvêa, 2003). Ainda assim, a diferenciação de um produto/serviço deve permitir aumentar o valor do produto/serviço para o cliente (Hooley et al., 2008). Ora, o Turismo Militar numa perspetiva histórico-militar propõe-se a isso mesmo: por um lado, diferenciar-se de outras ofertas já existentes e massificadas na cidade do Porto; e, por outro lado, aumentar o valor para o turista, que busca experiências novas e enriquecedoras, sendo que grande parte destes turistas, atualmente, se *“recusam viajar com programas de turismo de massa e de grande distância, próprios do turismo fordista: querem algo menos tradicional, mais diferenciado, direcionado, personalizado, variável, centrado na qualidade, na cultura e no ambiente, com valores intangíveis (...) e exigem uma inovação constante da oferta, traduzida em novos processos produtivos”* (Simões e Ferreira referidos em Furtado, 2011: 28). Tal como refere Furtado (2011: 16), a aposta neste tipo de turismo iria permitir o alargamento de novos horizontes para o setor, proporcionando o *“reaproveitamento e a revitalização de áreas turísticas já existentes, dando a conhecer novos pontos de interesse e diversificando a oferta”*. O Turismo Militar já foi alvo de reflexão por diversos organismos, inclusivamente pelo próprio Plano Estratégico Nacional do Turismo. Se tivermos em conta a revisão do mesmo plano, intitulada de *“Plano de Desenvolvimento do Turismo no Horizonte de 2015”*, o Turismo Militar já vem referido como uma aposta de projeto para desenvolver destinos turísticos (Ministério da Economia e do Emprego, 2013). Aliás, segundo o antigo Secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, o Turismo Militar é também uma potencialidade nacional, sendo *“uma solução relativamente à potencialidade que esta atividade económica [turismo] tem relativamente ao território”* (Esteves, 2010). Segundo a Opção Turismo (2012), o Ministério da Defesa Nacional pretende apostar numa rede de Turismo Militar, através do aproveitamento dos vários edifícios militares nacionais para fins de reabilitação. Ora, como podemos observar, o Turismo Militar, já vem sendo visto como algo novo, diferenciador, como uma potencialidade no território que deve ser (re)aproveitada de forma a alargar o leque de ofertas para o visitante. No caso dos eventos histórico-militares, a recuperação dessas histórias em torno desses mesmos territórios, é algo benéfico na medida em que permite recuperar, preservar e dar a conhecer ao turista eventos que se sucederam e que ficaram associados a determinados espaços num território e num dado tempo.

3. Caso de Estudo: A Segunda Invasão Francesa

O Porto é um destino com enorme potencial para turismo militar. Aqui ocorreram vários episódios de carácter bélico, como as invasões francesas, o cerco do Porto, a revolta de 31 de Janeiro, a revolução de 27 de Fevereiro, entre tantos outros. Dado que não nos podemos incidir sobre todos, optamos por utilizar como exemplo a Segunda Invasão Francesa, e mostrar de que forma esse evento histórico de ordem militar poderia ser utilizado para a criação de um novo produto turístico, como é caso de um itinerário turístico-cultural.

3.1. Portugal e as Invasões Francesas – Os motivos

Com o fim da revolução francesa, que se iniciou em 1789, e a expansão imperialista, Portugal integrou um grupo composto por outros países europeus de forma a impor-se contra o imperialismo gaulês (Silva, 2009). Portugal foi assumindo uma posição *“neutra”*, enquanto *“as grandes batalhas e movimentações militares se desenrolavam”* longe das nossas fronteiras (Silva, 2009: 104), o que se revelou uma estratégia inteligente numa fase inicial, visto que nos mantivemos em paz com outros países. A dada altura, porém, Portugal viu-se na necessidade de tomar uma posição, em processo semelhante àquele que ocorreu em 1762 quando, no período da Guerra dos Sete Anos, Espanha e França forçaram Portugal a virar as costas a Inglaterra. Nessa altura, ao assumirmos uma posição *“neutral”*, acabamos por ser invadidos por tropas espanholas e francesas. Apesar dessa má experiência, Portugal continuou a assumir uma posição *“neutra”*, mas, em Julho de 1807, com a intimação feita por Napoleão a Portugal para cumprir o *“bloqueio continental”*, Portugal decide fechar os portos a Inglaterra, mas permitia que os ingleses continuassem a residir no território nacional. A França reagiu negativamente e a 11 de Outubro de 1807 ordena a Junot que invada Portugal, dando origem à primeira invasão que incidiu sobretudo sobre a faixa central do território português, por Castelo Branco em direção a Lisboa.

3.2. A Segunda Invasão Francesa

Após a tentativa falhada de Junot em encontrar a família real em Lisboa e as tropas francesas terem sido expulsas do território com a ajuda dos ingleses, Napoleão Bonaparte decidiu iniciar uma nova operação, desta feita encabeçada pelo Marechal Soult que dela teve conhecimento a 28 de Janeiro de 1809. A operação pretendia entrar no território português *“pela fronteira da Galiza, descer pelo litoral, ocupar a cidade do Porto”* (Silva, 2009: 105), a 5 de Fevereiro. Depois do Porto, a ideia seria seguir para Lisboa, com data de chegada a 16 de Fevereiro.

Alguns problemas levaram a que a estratégia fosse reformulada. Desde logo, a tentativa de se atravessar o rio Minho em Tui e em La Guardia revelou-se um fracasso, levando a que Orense fosse vista como uma alternativa, dada a ponte sobre o rio Minho que aí existia. De Orense as tropas francesas avançaram para Chaves, aproveitando a ausência de fortificações e a tradicional via de entrada no país pela alargada veiga. Uma vez em Chaves (entrada conseguida a 12 de Março), Soult optou por tomar o caminho de Braga, já que Vila Real impunha algumas dificuldades de ordem geográfica. A conquista de Braga, que ocorreu a 20 de Março, foi árdua, visto que as tropas de Soult encontraram pelo caminho uma forte oposição, quer de tropas organizadas, quer mesmo pelas populações enfurecidas. Essa conquista revelou-se também desanimadora para os franceses, já que Braga encontrava-se praticamente deserta, *“vazia de provisões”* (Silva, 2009: 106).

A cidade do Porto prometia abundância de provisões, para além de ser um ponto estratégico do plano napoleónico, mas a propagação de alguns boatos alertando para o facto de que as pontes sobre o rio Ave se encontrarem cortadas, e que na cidade do Porto os aguardava um exército de 60 mil homens, assustou o exército francês onde se contavam apenas 20 mil homens. Apesar das dificuldades que se avizinhavam, a ordem para avançar foi dada a 24 de Março (Silva, 2009). No dia 27 de Março, as tropas de Soult, *“tendo passado o Rio Ave, se achavam (...) de manhã em S. Mamede, distante uma légua desta cidade”*. Soult e os seus homens aperceberam-se contudo da *“fraqueza dos entrincheiramentos pela sua extensão e natureza e que os bandos desordenados de defensores que se mostravam em toda a linha, não lhe poderiam opor uma resistência sólida”* (Taveira, 1898: 89). Mesmo reconhecendo a sua vantagem (ainda que em menor número), Soult decidiu endereçar uma carta ao Bispo do Porto (D. António de São José e Castro) a 28 de Março, pedindo que não fosse oferecida resistência, já que as suas intenções eram boas e que apenas pretendiam livrar o país dos ingleses. No mesmo dia, Soult anunciava também que, na manhã seguinte (dia 29 de Março), pelas seis horas, iria invadir a cidade. Ao fim da tarde, quando a cidade já se encontrava conquistada, Soult condescende que o Porto fosse entregue ao saque, terminando o mesmo a 1 de Abril (Azeredo, 2004). A conquista acabou por ser fácil contrariando os boatos, dada a fragilidade da defesa e a indisciplina geral da população (Westmorland, 1820), que *“tornou inútil o seu próprio valor, e os esforços de seus oficiais”*. Aliás, antes mesmo das tropas francesas se aproximarem da cidade, *“tinham já rebentado mais de 20 canhões, velhos e ferrugentos, alguns dos muitos que haviam sido arrancados do cais da Ribeira onde serviam de amarração aos navios”* (Azeredo, 2004: 52).

No dia 22 de Abril, Sir Arthur Wellesley e o seu exército desembarcam em Lisboa, juntando-se ao pelotão comandado por Sir John Craddock, perfazendo um total de cerca de 30 mil britânicos, que tinham o objetivo de libertar o Norte das malhas francesas (Azeredo, 2004). No primeiro de Maio de 1809, Soult e as suas tropas preparavam o derradeiro ataque para a conquista da ponte de Amarante, que veio a revelar-se vitorioso para o lado de Soult, colocando os homens do General Silveira em fuga (Cruz, 1970). O mesmo autor refere que as tropas de Wellesley iam ganhando terreno à medida que seguiam para norte e, consequentemente, os invasores punham-se em debandada para a cidade do Porto, onde comunicavam a Soult as recentes movimentações do exército de Wellesley. O medo que Soult impôs aos portuenses começava a reverter contra si, visto que a 12 de Maio de 1809 *“mostrava-se (...) compreensivelmente, deveras preocupado, tendo-se mantido no seu gabinete até às dez horas”* (Cruz, 1970: 57). Entretanto as tropas inglesas chegam à cidade do Porto, e Soult limitou-se a apressar a sua retirada, sendo que, já ao final da tarde do dia 12 de Maio, encontrava-se em Baltar (Cruz, 1970). Contudo, depois de em duas horas as tropas de Wellesley terem libertado a cidade do Porto, estas focaram-se posteriormente em perseguir as tropas de Soult até à fronteira, expulsando-as de Portugal (Ramos et al., 2000), tendo sido então, o final da Segunda Invasão Francesa.

1. **A entrada dos franceses:** A 27 de Março de 1809, a cidade do Porto já estava sob a mira dos franceses. Os portuenses estavam a postos, e contavam com uma linha defensiva, dividida em 3 secções, que se estendia desde o vulgarmente designado Castelo do Queijo (Forte de São Francisco Xavier), na orla marítima, até ao Freixo, na margem do rio Douro (Vitorino, 1945). A 28 de Março de 1809, na carta em que Soult pedia ao Bispo do Porto que não fosse oferecida resistência, o marechal ameaçava: “*Se a recusais, sereis perdidos. Vós sereis vencidos, e os rios de sangue, que será derramado, recairão sobre as vossas cabeças. Eu esperarei, Senhores, a vossa resposta antes de obrar coisa alguma*” (adaptado de Basto, 1926: 32). Esse mesmo dia ficou marcado por vários testes exercidos à linha defensiva por parte das tropas francesas, contudo sem resultados. O ambiente parecia adequar-se ao momento que se vivia, tendo começado a formarem-se nuvens, e o céu carregado de um simbolismo tempestuoso e de certa forma dramático (Vitorino, 1945). Nas igrejas, os sinos tocavam a rebate, as portas permaneciam abertas, e nas naves ouviam-se “*as preces aflitivas dos fiéis, com os sermões sanguinários dos frades*” (Basto, 1926: 34). Às seis horas da manhã do dia 29 de Março, a promessa de Soult cumpria-se. As investidas iniciaram-se em toda a linha defensiva que, aos poucos e poucos, ia cedendo. O medo tomava conta das tropas e as retiradas iam-se sucedendo. Somava-se a desordem e desobediência, despoletadas pelo clima que se vivia antes da chegada das tropas francesas e do abandono da cidade, durante a madrugada, por parte do Bispo do Porto. Os flancos iam sendo reforçados, deixando a secção central cada vez mais desprotegida. Por isso mesmo, a entrada das tropas de Soult dá-se principalmente por essa secção. O caos instala-se e a população temerosa corre pela cidade, em busca desesperada de abrigo. As ruas que afluíam para a Ribeira depressa ganhavam caudal humano, principalmente a rua das Flores, a das Congostas e a rua Nova, atual do Infante D. Henrique. A travessia do rio Douro era vista como a única salvação (Vitorino, 1945).
2. **O desastre da Ponte das Barcas:** Chegando ao cais da Ribeira, a massa humana tentava a qualquer custo chegar à outra margem. Muitos viam a sua salvação na Ponte das Barcas, ponte essa de madeira, inaugurada a 14 de Agosto de 1806, da autoria de Carlos Amarante, que se encontrava sobre uma estrutura composta por 33 barcas ligadas com amarras de ferro entre si, podendo ser aberta e fechada para possibilitar a circulação quer de barcos, quer de pessoas (Cabeças e D’ara, 2001; Calisto, 2011). Contudo, a travessia do rio Douro por barco, era uma outra opção. Vários tentaram esta via, mas sem sucesso, já que depressa os barcos ficavam lotados e chegavam mesmo a afundar. Uma dessas tentativas falhadas aconteceu com Luiza Rosa d’Aguilar que, na altura, encontrava-se viúva, tendo a seu cargo alguns filhos. No dia fatídico, após ter colocado os seus filhos num barco e ao tentar entrar no mesmo, acabou por cair ao rio, o que fez com que perdesse grande parte dos seus bens, sobretudo jóias. Numa luta pela sobrevivência, conseguiu agarrar-se a um remo, e ser puxada para o interior do barco, porém, entretanto, a sua filha Maria Ana foi baleada de raspão por uma bala francesa. As tropas francesas capturam a viúva e os seus filhos e estes acabaram por ser levados à presença de Soult (Real, 2009). Luiza Rosa d’Aguilar foi casada com Francesco Todi, um violinista italiano que havia falecido em 1803, quando Luísa estava no Porto na companhia de uma criada e de seus filhos, residindo nas imediações da Rua Chã (Pereira, 1909).

LEGENDA:

- 1 – “A entrada dos franceses” (Junto ao Mercado Ferreira Borges)
- 2 – “O desastre da ponte das Barcas” (Cais da Ribeira)
- 3 – “A resistência portuense” (Terraço da Sé)
- 4 – “Os novos hospitais” (Varanda da Sé)
- 5 – “A imprensa a favor de Soult” (Esquina da R. das Flores com a R. do Ferraz)
- 6 – “A tensão vivida antes da entrada de Soult” (Largo fronteiro à Cadeia da Relação)
- 7 – “O exemplo dado pelos franceses” (Jardim da Cordoaria)
- 8 – “A breve estada de Soult” (Museu Nacional Soares dos Reis)

Soult acabou por se aperceber que estava perante a cantora Luísa Todi, e imediatamente ordenou que a viúva e os seus filhos fossem levados para casa em segurança (Real, 2009). A passagem pela Ponte das Barcas era a única forma, para além do barco, de se conseguir chegar à outra margem do Douro. Assim, a multidão que não conseguiu entrar em pequenos barcos, foi-se afunilando na ponte de forma desordeira e em pânico. Eram tantas as pessoas que tentavam a sua sorte pela ponte que *“a certa altura junto da entrada, abatidas as tábuas com o peso excessivo, e deslocadas as guardas de madeira, muitas pessoas caem ao rio”* (Vitorino, 1945: 119). Alguns autores defendem que a parte central da ponte teria sido desmantelada de forma a bloquear o avanço das tropas francesas. Na travessia da ponte entre muitos empurrões e desespero, a tragédia acabou por acontecer (Oman, 1903; Azeredo, 2004). O número de mortos foi ainda maior quando uma bateria presente na Serra do Pilar abriu fogo sobre os franceses, o que acabou por ceifar mais vidas inocentes do que propriamente a força inimiga. Entretanto, *“lançadas pranchas na ponte, passavam à outra banda [as tropas de Soult], desalojando os artilheiros”* (Vitorino, 1945: 120) que se encontravam na dita Serra do Pilar. Face a este cenário dramático, que ficou conhecido como a quarta-feira negra, as tropas francesas decidiram prestar socorro às várias pessoas que sucessivamente iam caindo ao rio (Vitorino, 1945).

3. A resistência portuense: Partindo da Ribeira, seguimos agora em direção ao terraço da Sé Catedral, com o apoio do Funicular dos Guindais, para pararmos junto ao Paço Episcopal, monumento datável de fins do século XVIII, cuja planta é da autoria de Nicolau Nasoni, e que foi mandado erigir pelo bispo D. João Rafael de Mendonça, que *“para esse efeito mandou demolir o complicado amontoado de casas e serventias que consistiam até então a residência tradicional dos prelados”* (Dionísio, 1985: 208). Os clérigos que ali residiam decidiram dali partir no momento em que se estava a dar a entrada das tropas francesas na cidade para se colocarem em posições nas imediações daquele local (Vitorino, 1945). Posto isto, 200 elementos da Companhia de Eclesiásticos do Porto tentaram bloquear e aniquilar as tropas de Soult que forçavam a entrada pela Rua Chã. Dada a luta desvantajosa, os eclesiásticos tiveram que abortar a defesa da rua e procurar defesas no Paço Episcopal, onde se entrincheiraram. Apesar disto, e ao contrário do Bispo D. António que virou costas ao à cidade, estes sacerdotes não se curvaram nem baixaram os braços perante a força francesa. Pelas janelas do Paço Episcopal, vários soldados franceses foram fuzilados, contudo, as portas do edifício acabaram por ser rebentadas a tiros de canhão, tendo por elas entrado *“várias companhias francesas, que tiveram de conquistar quadra a quadra, à força de cargas sucessivas, acabando por passar à espada os últimos defensores cercados por todos os lados, mas que preferiram morrer a render-se”* (Azeredo, 2004: 56). Um outro episódio que este local evoca prende-se com a Sé Catedral, edifício de origem românica, que começou a ser erguido no decorrer do século XII, no local onde antes existiria uma pequena ermida. A sua construção foi concluída já no reinado de D. Dinis, porém o edifício foi sofrendo várias modificações ao longo do tempo, ganhando uma traça barroca, fruto da influência de Nicolau Nasoni (Cabeças e D'ara, 2001; Dionísio, 1985). Quando se deu a entrada abrupta das tropas de Soult na cidade, e daí decorreu a tragédia da Ponte das Barcas, o exército francês mostrou clemência retirando das águas do Douro várias pessoas que se afogavam. No entanto, sobram muitos registos de atrocidades e vilipêndios praticados pelo mesmo exército. Como se pode explicar este facto? Consta que, segundo Marbot, os soldados franceses apenas partiram para a violência porque junto à Sé Catedral encontraram dezenas de camaradas que foram feitos prisioneiros, e que se encontravam num estado lastimável, profundamente torturados (Cardoso, 2010), que *“o povo horrivelmente mutilara, arrancando-lhes os olhos e a língua”* (Basto, 1926: 36). Ainda momentos antes da entrada das tropas francesas na cidade, a Capela do Santíssimo Sacramento da Sé Catedral revelava já a sua opulência, composta pelo retábulo, sacrário, banquetas e lamparina de prata batida. No altar encontravam-se as relíquias de S. Pantaleão, que escaparam às mãos francesas dada a astúcia de um empregado da Sé. Este, de forma a prevenir eventuais saques, revestiu todos os elementos valiosos do altar a cal, permitindo que estes passassem despercebidos ao saque francês (Raphael, 1909). Consta que o próprio Soult esteve presente no edifício da Sé Catedral no Domingo de Páscoa, atendendo aos ofícios divinos, *“quando ainda os cadáveres das pobres vítimas apodreciam insepultas em lugares vários”* (Vitorino, 1945: 143-144).

- 4. Os “novos” hospitais:** Uma breve paragem neste ponto (Varanda da Sé), para além de permitir contemplar a bela paisagem sobre a cidade do Porto, permite-nos também refletir sobre as mudanças de funções que certos edifícios na cidade sofreram durante a Segunda Invasão Francesa. Como já foi referido, a entrada das tropas de Soult e os confrontos que se travaram na cidade do Porto provocaram um elevado número de doentes, fazendo com que vários hospitais (Carmo, S. João Novo, S. Francisco e S. Bento da Vitória) ficassem lotados. Face a esta complicação, era necessário tomar medidas para alojar e tratar todos os debilitados. Vários edifícios, sobretudo religiosos, mas também casas particulares, foram convertidos em centros hospitalares. Exemplo de uma dessas conversões aconteceu com o Convento/Colégio de São Lourenço, edifício fundado em 1577 pela Companhia de Jesus que, mais tarde, passou para as mãos da Universidade de Coimbra. Esta, por sua vez, vendeu, em 1780, o edifício aos frades Gracianos, “*vulgarmente conhecidos pelo nome de frades Grilos*” (Sequeira, 1902: 69). Destinou-se este convento ao alojamento de doentes convalescentes, para além de ter servido de hospital para as tropas portuguesas. O edifício serviu ainda como alojamento para os soldados franceses (Alves, 1892).
- 5. A imprensa a favor de Soult:** Tal como já foi referido, Soult antes de entrar na cidade do Porto, sempre alegou em sua defesa que pretendia libertar o país da malha inglesa, e que tinha as melhores intenções para com os portugueses. Em boa verdade, a entrada violenta das tropas francesas na cidade do Porto agudizou a imagem negativa que fora criada em torno da sua personalidade. Soult procurou mudar essa imagem e cativar a simpatia do povo portuense (Cruz, 1970). Uma das formas de o fazer foi recorrer a uma publicação periódica de nome “*Diário do Porto*”. Este jornal teve, na sua génese, o nome “*O Leal Portuguez*” e a sua primeira tiragem ocorreu a 6 de Julho de 1808, sendo que a nova denominação surge na tiragem de 14 de Abril de 1809. O “*Diário do Porto*” era vendido no armazém de livros de António Alvarez, que se situava na esquina entre a Rua das Flores e a Travessa do Ferraz (atual Rua do Ferraz), que é exatamente onde este ponto de paragem se encontra. Uma leitura deste jornal permite desde logo perceber que se encontrava sob influência francesa, na medida em que se verifica um contraste na opinião em relação aos franceses, comparando o período antes da chegada de Soult e o momento em que este já se encontrava na cidade. Assim, várias eram as notícias que o exaltavam e o aclamavam com um herói que veio para salvar Portugal. Com o apoio deste jornal, Soult preparava abaixo-assinados para pedir ao Imperador de França o título de Rei do Norte (Ramos et al., 2000). O último número do “*Diário do Porto*” acontece a 6 de Maio de 1809, e o jornal só volta às tiragens a 24 de Junho de 1809, já com o nome de origem: “*O Leal Portuguez*”.
- 6. A tensão vivida antes da entrada de Soult:** Encontramo-nos agora no largo fronteiro à Cadeia da Relação – cadeia que foi “*instituída no Porto em 1583 e reconstruída em 1765*” (Sequeira, 1902: 164), por ordem de João de Almada e Melo, tendo-se demolido o edifício denominado de Casa da Relação (que possuía uma cadeia anexa), que já em inícios do século XVIII se apresentava em mau estado (Dionísio, 1985). O ódio aos franceses era de tal forma intenso que se faziam verdadeiras perseguições a quem se suspeitasse simpatizar com os ideais gauleses. No dia 22 de Março de 1809, por exemplo, a casa do Chanceler Governador das Justiças (Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura) sita na rua de Cedofeita, foi invadida com o propósito de se fazerem algumas interrogações. Mesmo estando Manuel de Moura de cama, doente, acabou por ser levado para a rua numa cadeira de rodas e transportado até à Cadeia da Relação, onde foi assassinado (Vitorino, 1909). No mesmo dia, o Governador das Armas Luís de Oliveira e Costa foi também assassinado. Os perseguidores dirigiram-se à cadeia de manhã, “*tirando-o para fora quase nu, fizeram abrir as enxovias fazendo sair quase tudo, escolheram aqueles que lhes pareceram suspeitos, junto alguns franceses doentes, arrastaram tudo para o terreiro defronte da cadeia, ali os mataram, a pancadas e cutiladas, estocadas não admitindo confissão a nenhum os puseram em miserável estado, sendo os mortos treze por todos*” (Andrade referido em Dória, 1980: 54). Luís de Oliveira e Costa foi ainda arrastado pelas ruas da cidade, atravessando mesmo a ponte das barcas para o lado de Vila Nova e depois lançado ao rio. O clima tenso já se vivia antes da invasão de 29 de Março de 1809 uma vez que os franceses

possuíam “*emissários, que astutamente fizeram com que o povo desconfiasse dos que comandavam*”¹, e assim conseguiram instaurar um clima de desconfiança geral. O Coronel Barão de Eben, num ofício datado de 26 de Março de 1809, descrevia que aquando da sua chegada à cidade, no dia 17 de Março, encontrou tudo “*na maior confusão; as casas fechadas, o povo a correr pelas ruas armado de piques, e espingardas*”². No meio da confusão instalada pela chegada gaulesa, a pilhagem e o roubo foram também praticados por alguns cidadãos da cidade. Maria Margarida Máxima, segundo os autos lavrados em Junho de 1809, foi presa na Cadeia da Relação por ter tido em sua casa vários objetos de grande valor, como pratas, móveis e roupas, que supostamente terão sido oferecidos por oficiais franceses e até alguns portugueses, sendo as circunstâncias destas ofertas, desconhecidas (Cruz, 1970).

7. O exemplo dado pelos franceses: Aproveitamos a proximidade para fazer uma breve paragem neste ponto (Jardim da Cordoaria, antiga Praça da Cordoaria). O jornal “*O Diário do Porto*” de 6 de Maio de 1809 refere que a 3 de Maio do mesmo ano, um soldado do Regimento 19, de nome Saunier, terá sido abatido (pelas próprias tropas francesas) às 4 horas da tarde por ter maltratado Thomazia Maria, a quem provocou severos golpes na cabeça. A notícia aponta ainda que “*as intenções de Soult são de que as suas tropas sejam as primeiras e mais zelosas protetoras da segurança pública*”. Se, por um lado, a notícia permite mostrar o ambiente que se vivia na cidade, por outro, confirma o “*O Diário do Porto*” como veículo de propaganda de Soult, que com ela tenta demonstrar preocupação com o bem-estar e segurança dos portuenses.

8. A breve estada de Soult: O Palácio dos Carrancas (atual Museu Nacional Soares dos Reis) pode ser considerado um marco representativo da segunda invasão francesa na cidade do Porto. É um edifício de estilo neoclássico, que foi mandado edificar entre finais do século XVIII e inícios do século XIX pelos irmãos Morais e Castro (Manuel e Isidoro), sendo o projeto da autoria de José Francisco de Paiva (Alves, 2005; Dionísio, 1985). No dia 29 de Março de 1809, depois de os franceses terem vencido as defesas da cidade, Soult decretou que a cidade fosse saqueada por 24 horas pelas suas tropas. Contudo, os saques apenas cessaram a 1 de Abril. Após esta ordem, Soult instalou-se no Palácio dos Carrancas, enquanto o número de baixas resultantes dos confrontos não paravam de aumentar. No dia 29 e 30 de Março (conhecidos como quarta e quinta feira negras), terão morrido cerca de 10.000 portugueses, sendo que o número de baixas francesas se cifrará na ordem dos 500 indivíduos, valor que terá sido praticamente residual na medida em que estes dados englobam tanto feridos como mortos (Azeredo, 2004). Já no caso das baixas portuguesas, não se encontram englobados os afogados no rio Douro, cujo número é ainda hoje indeterminável (Taveira, 1898). Ali instalado, Soult percorria a cidade, nomeadamente motivado pela frequência em espaços culturais. Exemplo disso são as peças de teatro a que assistiu no Teatro de S. João, que se iniciaram a 7 de Abril, tendo-se repetido no dia 9 e 12 do mesmo mês. A 26 de Abril formou-se um grande cortejo desde a Casa da Câmara, na Praça Nova, até ao Palácio dos Carrancas, cortejo este composto de “*vários representantes da nobreza, o senado, o deão do Cabido da Sé, Luiz Pedro de Andrade Brederode, acompanhado de alguns cônegos, o cabido da Colegiada de Cedofeita, os párocos das freguesias da cidade, as Ordens Terceiras de S. Francisco e do Carmo, os Colégios dos Órfãos e de Nossa Senhora da Lapa, o D. Prior dos Cruzios da Serra do Pilar, a comissão dos viveres, a Junta da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, (...) trinta negociantes, a casa dos Vinte e Quatro, os empregados da Alfandega e, finalmente, o corpo da Relação com o corregedor Frederico*” (Alves, 1908: 62). O cortejo foi organizado pelo próprio Soult, Duque da Dalmácia, com intuito de criar um contexto para um discurso que invetivava a população a obedecer às suas ordens, pelo menos enquanto Napoleão não escolhesse um governador para o país.⁴ No meio do seu discurso, eram vários os “*Viva o Rei Nicolau!*” (o nome completo de Soult era Nicolas Jean de Dieu Soult), por parte de rapazes que eram

1 “*Correio Braziliense*” – de Maio, 1809.

2 Idem.

3 “*Diário do Porto*” – 14 de Abril de 1809

4 “*Diário do Porto*” – 29 de Abril de 1809

pagos para o efeito. Os momentos gloriosos de Soult no Porto estavam, contudo, prestes a terminar. Ia correndo a mensagem que as tropas anglo-lusas marchavam a passo acelerado em direção ao Porto. Na madrugada de 12 de Maio, a Ponte das Barcas foi mandada destruir e os barcos atracados na Ribeira, para que o exército de Wellesley não os aproveitasse. Soult, já fisicamente e psicologicamente debilitado, decidiu repousar pois pensava estar protegido do avanço das tropas anglo-lusas. Mesmo sem ponte, o exército de Wellesley conseguiu atravessar a margem do rio Douro, graças à coragem de uns lavradores que, dentro de um pequeno barco (que passou despercebido por se encontrar entre uns arbustos), conseguiram chegar à outra margem e trazer consigo quatro barcas. Wellesley, ao ter conhecimento deste precioso feito, anunciou desde logo: “*Pois bem, passem as tropas, que poderem ir nesses barcos*” (Taveira, 1898: 154). Ao meio dia, Soult era acordado e avisado de que o exército de Wellesley já se encontrava na cidade a combater (Cruz, 1970). Soult, ainda desorientado, “*sabedor de que já pela rua de S. João entrava Wellesley, tomando uma resolução desesperada e reunindo as suas forças, abalou com elas em hábil retirada pela estrada de Valongo*” (Alves, 1908: 92), deixando para trás vários doentes e feridos, arsenal, e os próprios saques que foram efetuados (Azeredo, 2004). As tropas de Soult, seguindo pela estrada de Valongo, passaram na Ponte das Patas, situada no “*antigo lugar de Mijavelhas, também designado por Campo Grande, Feira dos Bois ou Poço das Patas no princípio do século XIX*” (Pinto et al., 2011: 52). A retirada de Soult consta ter sido feita de tal forma apressada, que a refeição que lhe fora confeccionada, chegou a ser aproveitada por Wellesley e os seus oficiais, que também se instalaram no Palácio dos Carrancas (Cruz, 1970). No dia 13 de Maio de 1809, Wellesley, numa proclamação que fora redigida no edifício já referido, anunciava que “*as tropas francesas [tinham sido] expulsas desta cidade pela bravura, e disciplina do exército*”⁵ que liderou. De forma a evitar a anarquia e indisciplina que imperou na cidade, Wellesley dirigiu-se aos portuenses da seguinte forma: “*ordeno, que os habitantes desta cidade permaneçam tranquilos nas suas casas, e que pessoa alguma, que não seja pertencente ao corpo militar, se apresente armada nesta cidade*”⁶. No mesmo dia, Wellesley decide mandar reconstruir a ponte das barcas, obra que foi feita com uma rapidez tal que, a 15 de Maio, já se encontrava apta a ser atravessada (RIBEIRO, 2009).

Conclusão

A presença das tropas francesas na cidade do Porto no início do século XIX deixou um lastro de memórias na identidade colectiva da cidade, em evocações muitas vezes dramáticas mas extremamente ricas do ponto de vista cultural, histórico e simbólico, com um largo potencial para a sua utilização para fins turísticos. O objetivo deste artigo foi, por um lado, dar a conhecer, de forma sintética mas rigorosa, os vários espaços do Porto que funcionaram como palco privilegiado da Segunda Invasão Francesa e, por outro, a criação de um itinerário turístico-cultural assente neste levantamento histórico e geográfico.

A investigação em torno de um acontecimento histórico-militar, como foi o caso da Segunda Invasão Francesa, permitiu identificar vários pontos de interesse turístico a partir de memórias e do património material e imaterial que herdamos do período em questão, que evocam um acontecimento militar sobremaneira importante para o desenrolar da história portuguesa e da Europa. A construção deste tipo de produtos permite aproveitar os recursos da cultura local, para além de ser um produto com uma temática pouco explorada, que poderá despertar o interesse do turista que possui motivações de ordem cultural, permitindo o alargar dos seus conhecimentos e a participação numa experiência diferente.

O modelo de investigação realizado poderá ser replicado para outros acontecimentos histórico-militares que tiveram como palco a cidade do Porto, permitindo dessa forma diversificar a oferta turística da cidade.

⁵ “*Correio Braziliense*” – de Junho, 1809

⁶ Idem.

Bibliografia

Fontes cartográficas

Para se traçar o itinerário, recorreu-se ao Google Earth (software).

Fontes eletrónicas

AGUIAR, Lídia et al. (2010), “*Circuito Turístico-Cultural – Porto Almadino: contributos para a criação de um negócio em Turismo*”, Percursos & Ideias, número 2, 2ª série, p.177-188. Consultado em: http://www.iscet.pt/sites/default/files/PercursosIdeias/N_2/Revista2010T.pdf, no dia 1 de Abril de 2013.

ESTEVES, Tiago da Cunha (2010), “*Turismo militar é uma potencialidade, diz Bernardo Trindade*”, Publituris. Consultado em: <http://www.publituris.pt/2010/12/09/turismo-militar-e-uma-potencialidade-diz-bernardo-trindade/>, no dia 26 de Fevereiro de 2013.

FERNANDES, José Rio (2013), “*Crise e território, desde o Porto*”, Porto24. Consultado em: <http://opinio.porto24.pt/2013/02/23/crise-e-territorio-desde-o-porto/>, no dia 25 de Fevereiro de 2013.

FURTADO, Ana Vanessa Pereira (2011), “*Turismo Militar no Concelho de Peniche*”, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Consultado em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2458/1/2011.04.011_.pdf, no dia 1 de Março de 2013.

ICOMOS (2002), “*International Cultural Tourism Charter - Principles And Guidelines For Managing Tourism At Places Of Cultural And Heritage Significance*”. Consultado em: <http://www.whitr-ap.org/themes/69/userfiles/download/2013/2/28/vqev6ibfgtbbewh.pdf>, no dia 22 de Fevereiro de 2013.

ICOMOS (2008), “*The ICOMOS Charter on Cultural Routes*”. Consultado em http://www.international.icomos.org/charters/culturalroutes_e.pdf, no dia 20 de Fevereiro de 2013.

Ministério da Economia e do Emprego (2013), “*Revisão do Plano de Desenvolvimento do Turismo no Horizonte de 2015*”, Plano Estratégico Nacional do Turismo, Portugal. Consultado em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf>, no dia 4 de Março de 2013.

NIÑO, Fanny Mori e GOUVÊA, Maria Aparecida (2003), “*A Diferenciação na Oferta de Serviços Turísticos como Estratégia de Posicionamento de Marketing*”. Consultado em: http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/marketing/MKT02_-_A_diferencia%E7%E3o_na_Oferta.PDF, no dia 4 de Março de 2013.

Opção Turismo (2012), “*Portugal marcha para o Turismo Militar*”. Consultado em: http://www.opcaoturismo.com/index.php?option=com_content&view=article&id=26162:portugal-marcha-para-o-turismo-militar&catid=91:arquivados&Itemid=435, no dia 26 de Fevereiro de 2013.

SALAZAR, Noel B. (2006), “*Building a ‘Culture of Peace’ through Tourism: Reflexive and analytical notes and queries*”. Consultado em: <http://www.scielo.org.co/pdf/unih/n62/n62a12.pdf>, no dia 25 de Fevereiro de 2013.

UNWTO (2010), “*International Recommendations for Tourism Statistics 2008*”. Consultado em: http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM_83rev1e.pdf, no dia 20 de Fevereiro de 2013.

Periódicos

ALVES, Alfredo (1908), “*Os Franceses no Porto em 1809*”, Revista “O Tripeiro”, 1º ano, n.º 6 (20 de Agosto de 1908). Série I, ano I, p. 61-62; 92-93 (conclusão).

COELHO, João Pinto (2008), “*Turismo Militar – um novo conceito nacional*”, Jornal “O Templário”, Tomar, 20 de Março de 2008, Ano XIX, N.º 1004.

Jornal “A Gazeta de Lisboa” – 1 de Abril de 1809

Jornal “Correio Braziliense” - de Abril, Maio e Junho de 1809

Jornal “Diário do Porto” – 14 de Abril de 1809 e 29 de Abril de 1809

PEREIRA, Firmino (1909), “*A Invasão Francesa e a cantora Todi*”, Revista “O Tripeiro”, 1º ano, n.º 28 (29 de Março de 1909). Série I, ano I, p. 160-161.

RAPHAEL, H. (1909), “*O altar de prata da Sé*”, Revista “O Tripeiro”, 1º ano, n.º 28 (29 de Março de 1909). Série I, ano I, p. 147.

VITORINO, Pedro (1909), “*Os Jacobinos*”, Revista “O Tripeiro”, 1º ano, n.º 28 (29 de Março de 1909). Série I, ano I, p. 170-172.

Bibliografia

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira (2005), “*Ensaio sobre a arquitectura barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro*”, Revista da Faculdade de Letras, Porto, I série, vol. IV, p. 135-153.

AZEREDO, Carlos de (2004), “*Invasão do Norte – 1809 – A Campanha do General Silveira contra o Marechal Soult*”, Lisboa: Tribuna da História.

BASTO, Artur Magalhães (1926), “*O Porto sob a Segunda Invasão Francesa*”, Lisboa: Empresa Literária Fluminense.

CABEÇAS, Maria da Conceição e D'ARA, Concha (2001), “*Porto Monumental e Artístico: Património da Humanidade*”, 1ª edição, Porto: Porto Editora.

CALISTO, Pedro Miguel da Silva (2011), “*Projeto de uma ponte em arco entre as ribeiras do Porto e Gaia*”, Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

CARDOSO, Rui (2010), “*Invasões Francesas, 200 anos: Mitos, Histórias e Protagonistas*”, 1ª edição, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CRUZ, António (1970), “*As invasões francesas e as suas repercussões na Cidade do Porto*”, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

DIONÍSIO, José Augusto Santana (1985), “*Guia de Portugal - Entre Douro e Minho: I – Douro Litoral*”, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

DÓRIA, António Álvaro (1980), “*O Porto contra os Franceses*”, Porto: Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. 35, fascículo 3-4.

HENRIQUES, Cláudia (2003), “*Turismo Cidade e Cultura – Planeamento e Gestão Sustentável*”, 1ª edição, Lisboa: Edições Sílabo.

HOOLEY, Graham, et al. (2008), “*Marketing Strategy and Competitive Positioning*”, 4th Edition, Reino Unido: Pearson.

OMAN, Charles (1903), “*History of the Peninsular War*”, vol. II, Reino Unido: Oxford.

PINTO, Jorge Ricardo, et al. (2011), “*Bonfim: Território de Memórias e Destinos*”, 1ª edição, Porto: Junta de Freguesia do Bonfim.

RAMOS, Luís A. de Oliveira (2000), “*História do Porto*”, 3ª edição, Porto: Porto Editora.

REAL, Manuel Luís (2009), “*O Porto e as Invasões Francesas: Exposição Comemorativa do Bicentenário das Invasões no Porto*”, Porto: Câmara Municipal do Porto.

RIBEIRO, Jorge Martins (2009), “*A invasão da Cidade do Porto, em 1809, pelo exército do marechal Soult, duque da Dalmácia*”, O Exército Português e as Comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular, volume II, p. 81-98, Lisboa: Exército Português.

SEQUEIRA, Eduardo (1902), “*Guia Ilustrado do Porto*”, Porto: Livraria Magalhães & Moniz, Editora.

SHARPLEY, Richard e STONE, Philip R., (2009), “*The Darker Side of Travel – The Theory and Practice of Dark Tourism*”, Reino Unido: Channel View Publications.

SILVA, Francisco Ribeiro da, (2009), “*Objetivos e aspectos estratégicos da invasão de Soult*”, Revista da Faculdade de Letras, Porto, III série, vol. 10, p. 103-109.

TAVEIRA, Alfredo Pereira (1898), “*Estudo histórico sobre a Campanha do Marechal Soult em Portugal considerada nas suas relações com a defesa do Porto*”, Lisboa: Typographia da Cooperativa Militar.

VITORINO, Pedro (1945), “*Invasões Francesas: 1807-1810*”, Porto: Livraria Figueirinhas.

WESTMORLAND, John Fane (1820), “*Memoir of the Early Campaigns of the Duke of Wellington, in Portugal and Spain*”, Londres: J. Murray.

HOSPITALIDADE E *STAKEHOLDERS*: ESTUDO DE SERVIÇOS HOTELEIROS PARA IDOSOS – SÃO PAULO - BRASIL

Ana Maria Guimarães da Mota

Universidade Anhembi Morumbi, Brasil

Carla Kiyokawa Wolff

Universidade Anhembi Morumbi, Brasil

Elizabeth Kyoko Wada

Universidade Anhembi Morumbi, Brasil

Laiz Lofiego

Universidade Anhembi Morumbi, Brasil

Mariana Queiroz Pereira Brasil

Universidade Anhembi Morumbi, Brasil

Resumo

Este estudo compreende as principais necessidades no processo de envelhecimento, levando em conta os diferentes tipos de serviços que lhes são oferecidos, entre eles as casas de repouso, empresas *Day Care* e *Home Care*. A pesquisa teve como objetivo geral compreender os serviços e o relacionamento dos *stakeholders* na hotelaria aos idosos; e como específicos: identificar as principais necessidades dos idosos no processo de envelhecimento, entender como o relacionamento com os *stakeholders* influenciam na vida dos idosos, estudar os diferentes tipos de serviço que são oferecidos e como eles afetam o cotidiano dos idosos. Trata-se de um estudo exploratório de natureza qualitativa, utilizando o método de estudos de casos múltiplos em serviços para idosos na cidade de São Paulo, e para a coleta dos dados foi utilizada a visita técnica, observação, entrevista com gestor e stakeholders.

Palavras-chave: Hospitalidade; Serviço; *Stakeholders*; Envelhecimento; Hotelaria aos idosos.

Abstract

This study comprises the main needs in the aging process, based on different types of services offered to them, including the nursing homes, businesses and Day Care Home Care. The research has overall objective to understand the relationship of the stakeholders services in hotels for older people; and specific: identify the main needs of the elderly in the aging process, understand how the relationship with stakeholders influence the lives of the elderly, study the different types of services that are offered and how they affect the daily lives of old. This is an exploratory qualitative study, using the method of multiple case studies in services for old people in the city of São Paulo, and data collection technique visit, observation, interviews with managers and stakeholders was used.

Keywords: Hospitality; Services; Stakeholders; Aging; Elderly Hospitality.

Introdução

O envelhecimento populacional tem se tornado um assunto proeminente mundialmente. Nos países desenvolvidos, esse envelhecimento se deu gradualmente ao longo de várias gerações e acompanhou a crescimento socioeconômico. No Brasil, o processo de envelhecimento ocorreu muito mais rápido, e tem sido sistemático e consistente especialmente nas últimas três décadas, onde o número de idosos, pessoas acima de 60 anos, praticamente triplicou, passando de 7 milhões em 1980, para 21 milhões de pessoas em 2009 (IBGE¹, 2010).

De acordo com Camarano e Pasinato (2005) em geral a população idosa está vivenciando a última fase da vida. Entretanto, essa população é composta por indivíduos com características distintas. Existem pessoas com total autonomia, com plena capacidade física e motora e que ainda representam papéis importantes para a família e sociedade, no sentido de ainda contribuir com o desenvolvimento econômico e social. Em contrapartida existem idosos que não são capazes de realizar atividades básicas da rotina e por muitas vezes sem rendimento próprio.

Caracterizando assim um grupo com necessidades diversas.

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Tendo em vista os tipos de serviços e cuidados de longa duração para idosos, sendo eles Casa de Repouso, *Home Care* e *Day Care*, a presente pesquisa procurou entender a caracterização e como funcionam estas empresas, de forma a compreender sua relação com os *stakeholders* (Freeman, 1984), grupos ou pessoas que influenciam ou são influenciados.

Tendo como base tais inquietações foi elaborado o problema de pesquisa com o seguinte questionamento “Quais são os stakeholders com influência mais relevante na prestação de serviços de hotelaria aos idosos?”. Para a idealização da problemática foi levado em consideração o crescimento do mercado de serviços para idosos, devido ao envelhecimento da população, segundo estudos da ONU₂ (2009) a população acima dos 60 anos cresce em média de 1,4% ao ano a mais que a população mundial como um todo. Desta maneira o estudo justificou-se também pelo anseio de melhor compreender o mercado de serviços aos idosos e os tipos de serviços oferecidos através dos cuidados de longa duração.

Por meio de um estudo de casos múltiplos foi feita a identificação dos cuidados de longa duração para idosos, além da caracterização das empresas escolhidas para pesquisa e uma menção a pesquisa de campo realizada por meio de observação e entrevistas. A partir da problemática de pesquisa foi traçado como objetivo geral de pesquisa “Compreender os serviços e o relacionamento dos *stakeholders* na hotelaria aos idosos”. Assim como os seguintes objetivos específicos: identificar as principais necessidades dos idosos no processo de envelhecimento; entender como o relacionamento com os *stakeholders* influenciam na vida dos idosos; estudar os diferentes tipos de serviço que são oferecidos e como eles afetam o cotidiano dos idosos.

Após revisão de literatura foram estabelecidos os seguintes pressupostos: *stakeholder* mais influente no cotidiano dos idosos são os próprios idosos, pois se estabelece um relacionamento entre eles; a segunda, o *stakeholder* que tem maior influência no cotidiano do idoso, são aqueles que têm poder de decisão na empresa; e por último, o *stakeholder* mais relevante na prestação de serviço hoteleiro aos idosos é a equipe médica, enfermeiros e cuidadores, pois verificam e garantem que as suas necessidades físicas sejam atendidas.

Com o objetivo de averiguar os pressupostos, foram selecionadas três instituições, sendo elas, uma ILPI ou Casa de repouso, uma *Day Care* e uma *Home Care*, ou seja, empresa de cuidadores; todas estabelecidas na cidade de São Paulo.

Como metodologia de investigação foi utilizado o estudo de caso segundo o protocolo de Yin (2005), sendo a pesquisa de cunho qualitativo, que possibilita uma melhor averiguação empírica.

Yin (2005) orienta a partir da seguinte estratégia de pesquisa: Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. A investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados (Yin, 2005, p.32).

1. Hospitalidade no processo de Envelhecimento

O envelhecimento vem sendo um tema amplamente discutido e argumentado durante o século 21. A velhice humana é provavelmente uma das maiores conquistas das sociedades modernas já que uma série de melhoras significativas em nutrição, medicina, educação, conhecimento e bem estar econômico fizeram possível à população viver por mais tempo (ONU, 2007).

De acordo com Guarise (2011) idade não é um critério suficiente para definir o envelhecimento, porque cada indivíduo se comporta de forma singular em função de seus fatores genéticos, mas também por consequência das pressões do meio ambiente, do grupo social e do desgaste exercido por algumas profissões.

Godoi (2002) ressalta que a hospitalidade pode e reduz radicalmente o sofrimento de pacientes, e que iniciativas isoladas têm sido desenvolvidas com sucesso e benefícios bilaterais aos que se envolvem.

² Organização das Nações Unidas

Segundo Camargo (2004), a hospitalidade é realizada por dois protagonistas, aquele que recebe e aquele que é recebido, de acordo com a percepção da matriz Maussiana a relação inicia-se com alguém oferecendo uma dádiva, o receptor ao mesmo tempo em que sente honrado, assume uma situação de débito com o outro, sentindo a obrigação de retribuir. Deste modo gera-se um ciclo com três etapas: dar, receber e retribuir, o qual torna-se um processo sem fim.

Essa relação de troca busca aumentar o bem estar mútuo das partes envolvidas, onde a função básica é estabelecer ou promover um relacionamento já estabelecido. O anfitrião pode receber pela amizade, pelo prazer em acolher o próximo, por querer uma companhia, pelo desejo de agradar as pessoas ou simplesmente pelo sentimento assumido do dever de ser hospitaleiro, como também pode ser motivado pela tentativa de conquistar favor de terceiros, em seduzir ou até mesmo obter maior valor de troca em contextos comerciais (Lashley & Morrison, 2004).

A hospitalidade não se limita somente à oferta de alimento e abrigo ao visitante, mas sim o ato de bem receber. Esse envolve além das estruturas e serviços o relacionamento dado entre o visitante e visitado proporcionando bem estar. A troca de valores desse relacionamento gera grande riqueza de conhecimentos (Cruz, 2002).

Os idosos estão em busca de qualidade de vida, por isso querem estar em um ambiente onde tenham conforto e sejam bem acolhidos, atualmente muitos idosos sofrem de doenças crônicas o que exige que se tenha um serviço especializado (Born, 2011). Segundo Godoi (2002) a hospitalidade é fundamental para que os idosos se sintam acolhidos e adaptados a sua “nova casa”. De acordo com o autor, ao se inserir em algum ambiente, profissionais do Turismo e Hotelaria tendem a exaltar uma semelhança com hotéis, que vão além de uma simples moradia. Guarise (2011), explica o fato da seguinte forma “Por serem especializadas, buscam o prazer em viver, onde afeto, cuidados, alimentação balanceada e socialização fazem parte do contexto chamado nova família. (Guarise, 2011, p. 245).

2. Relações de influência dos stakeholders nos serviços a Idosos

O número de idosos vem crescendo junto com o aumento de sua expectativa de vida, conforme o envelhecimento chega traz consigo a vulnerabilidade, trazendo problemas de adaptabilidade ao meio em que vivem, devido a essas dificuldades, muitas vezes os idosos precisam de auxílio, por isso buscam serviços especializados (Camarano, Kanso, Mello, 2004).

Atualmente, clientes buscam e compram serviços há todo momento, os quais são benefícios que em geral prometem satisfazer e atender as suas necessidades, facilitando assim suas manobras em um determinado instante (Las Casas, 2010).

Lovelock (2001), faz a seguinte definição:

Serviço são atividades econômicas que criam valor e fornecem benefícios para clientes em tempos e lugares específicos, como decorrência de realização de uma mudança desejada no – ou em nome do- destinatário do serviço (Lovelock, 2001, p.5).

Atrelados ao processo de envelhecimento e aos serviços estão os cuidados aos idosos de modo formal e informal. Para o desenvolvimento desta pesquisa é importante identificar quais são os *stakeholders* com influência para os idosos nos serviços.

A palavra *stakeholder* apareceu pela primeira vez na literatura através de um memorando interno no *Stanford Research Institute* (agora *SRI International, Inc.*), em 1963. O termo foi usado para generalizar a ideia de *stakeholder* como o único grupo ao qual a administração deveria ser responsável. Desta maneira, o conceito de *stakeholder* foi originalmente definido como “os grupos os quais sem o suporte a organização deixaria de existir” (Freeman, 1984, p. 31).

Segundo Freeman (1984), de uma forma simples *stakeholder* é “qualquer grupo ou indivíduo que influencia ou é influenciado para as conquistas dos objetivos de uma empresa” (Freeman, 1984). Desta forma, incluindo quem investe financeiramente na empresa, quem influencia de outras diversas formas como quem desempenha um bom trabalho, ou também aqueles grupos que simplesmente sofrem as consequências das ações organizacionais (Koga, 2011).

Conforme Koga (2011) são discutidos critérios para conceituar e classificar os *stakeholders* através dos grupos que interferem ou podem interferir no negócio, para que desta forma cada organização de acordo com seus interesses verifique em quem e como devem depositar atenção como estratégia de desenvolvimento empresarial.

Freeman (1984) categorizou os *stakeholders* em dois grupos, o primeiro: aqueles que causam as mudanças internas da empresa a empresa, sendo esses clientes, funcionários, sindicatos, investidores (financiadores, acionistas) e fornecedores; e o segundo grupo, sendo aqueles que geram mudanças externas, mas que podem influenciar a empresa, tais como o governo, a concorrência, serviço de proteção ao consumidor e a comunidade.

3. Estudo de casos múltiplos – Cuidados de longa duração: Análise de stakeholders e tipos de serviços para idosos

De acordo com Camarano (2010), entende-se por cuidados de longa duração todo o cuidado que é prestado a pessoas que possuem algum quadro de doença ou deficiente que não podem cuidar de si mesmas. Cuidar do idoso com certeza é uma situação que deve ser estimulada e preservada, mas cuidar de um idoso em sua residência durante 24 horas não é uma tarefa fácil, todavia mais quando esse idoso é incapacitado. Geralmente a pessoa que está cuidando desse idoso também já tem certa idade, principalmente quando é um casal de idosos e o conjugue menos debilitado acaba cuidando do outro (Karsch, 2003).

Uma forma de auxílio é a internação do idoso em Instituições de Longa Permanência para idosos (ILPI), de acordo com Camarano e Kanso (2010) no Brasil não existe um consenso que defina o que seja ILPI, mas sua origem está ligada aos asilos que tinham como objetivo atender a comunidade carente que precisava de abrigo. De acordo com a ANVISA₃ (2005) as ILPIs são instituições governamentais ou não governamentais, com características residenciais com destino de domínio coletivo de pessoas com 60 anos ou mais, que podem ter ou não um suporte familiar, mas devem estar em condições de liberdade, dignidade e cidadania. A estrutura física deve oferecer condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e garantir a acessibilidade a todos os idosos com dificuldades de locomoção, assim como oferecer seis refeições diárias.

Com o aumento das oportunidades de negócios para atender a terceira idade, surge o chamado *Day Care*, ou creches para os idosos, onde eles entram pela manhã e voltam para a casa à noite. Colucci (2012) explica que nessas creches a família leva o idoso para a instituição pela manhã, onde eles fazem de quatro a seis refeições ao dia e são estimulados a fazerem atividades monitoradas como desenho, canto, fisioterapia e fonoaudiologia, e ao final do dia retornam a suas casas ou dos responsáveis, muitas vezes já de banho tomado.

Há famílias que preferem que o idoso não entre no sistema de *Day Care* e ILPI e preservam para que esse permaneça em sua residência, por isso optam pela contratação de cuidadores para auxiliarem os idosos em suas casas, esse serviço pode ser chamado de Serviço de Assistência Domiciliar (SAD) ou de Atenção Domiciliar. Porém o uso do termo da língua inglesa *Home Health Care*, que em português significa cuidando da saúde em casa, vem se consagrando no Brasil entre os profissionais da saúde que trabalham com essa modalidade. A abreviação *Home Care*, está na maioria dos textos pesquisados, por isso esse foi o termo utilizado durante a pesquisa (Mendes, 2001). De acordo com Dieckmann (1997), o *Home Care* abrange o cuidado de saúde pelo qual os serviços são promovidos a indivíduos e famílias em suas residências com o intuito de promover, manter, ou reestabelecer a saúde do paciente, minimizando os efeitos das enfermidades. Os serviços são estabelecidos, planejados e coordenados individualmente de acordo com a necessidade do paciente e da sua família, empregando assim uma empresa ou instituição com funcionários especializados ou subcontrolados.

3.1 - Análise dos dados

Durante a pesquisa foram levantados dados através de documentos, sites dos objetos estudados, observação de campo e entrevistas realizadas. Foram entrevistados um gestor de cada ILPI e por indicação dos mesmos foram entrevistados seis *stakeholders*, somando um total de nove entrevistas realizadas. A partir desse material adquirido, buscou-se uma resposta para a problemática da pesquisa: Quais são os *stakeholders* com influência mais relevante

3 Agência Nacional de Vigilância Sanitária

na prestação de serviços de hotelaria aos idosos? Partindo dos pressupostos já pré-estabelecidos citados adiante com trechos do material obtido com a pesquisa de campo, tendo como objetivo analisar se estes pressupostos podem ser validados ou refutados.

Pressuposto 01 - O *stakeholder* mais influente no cotidiano dos idosos são os próprios idosos, pois se estabelece um relacionamento entre eles.

De acordo com o Gestor A (2013), quando os idosos chegam à instituição eles passam por um processo de adaptação e a partir do momento em que o idoso cria uma amizade com alguém esse processo passa a ser amenizado, pois supri um pouco da falta de atenção dos parentes e da casa. O gestor comentou que essa tentativa de estimular a amizade entre elas é também uma forma de hospitalidade e acolhimento.

A Gerente Toline (2013) da ILPI Parque das Flores, indicou o idoso como um dos *stakeholders* mais influentes no seu cotidiano, justamente por se estabelecer uma relação entre eles. A gerente explicou que o ser humano precisa de atenção, de carinho, de amor e sobretudo mais nesse processo de envelhecimento, por isso acredita que a relação entre eles é algo fundamental nesse processo

A Sra. Meudes Franca (2013), foi a *stakeholder* idosa indicada pela gerente da ILPI Parque das Flores, e durante a entrevista ela confirmou que o *stakeholder* que mais influência no seu cotidiano são os outros idosos, a sua convivência com eles, e depois a família. Na sua visão a casa de repouso é uma grande família, onde todos se respeitam e se gostam, quando perguntado como era sua relação com os outros idosos.

Durante as entrevistas foi possível notar que a relação entre os idosos minimiza a falta de atenção da família e até mesmo da própria instituição. De acordo com os relatos e os referenciais teórico nota-se que o pressuposto foi confirmado por todas as empresas estudadas, apenas a empresa Cuidador em Casa não se encontra nessa análise, pois como oferece o serviço de *Home Care* o relacionamento com outros idosos não se aplica, mas a proprietária Verônica Lima (2013) considera a socialização e o relacionamento entre os idosos muito importante.

Pressuposto 02 - O *stakeholder* que tem maior influência no dia a dia do idoso, são aqueles que têm poder de decisão na empresa que presta o serviço ao idoso.

De acordo com a entrevista do Gestor A, ele discorda do pressuposto, pois na instituição ILPI X quem tem o poder de decisão na empresa são os donos, porém para ele o responsável pelo idoso e o idoso acabam tendo mais poder de decisão do que o próprio proprietário, por serem clientes.

A proprietária da empresa Cuidador em Casa, que presta serviços de *Home Care* também acredita que o proprietário não tem influência, devido o contato deles com os idosos serem mais estrito.

A gerente da ILPI Parque das Flores divide da mesma opinião do Gestor A, quando perguntado se as decisões dos gestores influenciam na vida dos idosos, sua citação foi a seguinte: “Geralmente não, o familiar é quem tem a última palavra”.

Em contra partida, a cuidadora A da ILPI X, discorda em parte, pois acredita que as decisões do proprietário não tem grande impacto na vida do idoso, mas há uma influência quando esse detecta algum tratamento inadequado dos funcionários aos idosos, ou algo equivocado dentro da instituição.

Considerando os dados analisados, pôde-se observar que o responsável pela instituição não tem um contato direto com o idoso, por isso os idosos não sentem o impacto de suas decisões diretamente nas suas vidas, mas de certa forma há uma influência indireta, pois ele lidera os funcionários e são os decisores na empresa. O único *stakeholder* que confirmou a influência dos gestores no cotidiano dos idosos foi a Enfermeira A, pois a proprietária está em contato direto com os residentes, por este fato e a influência indireta exercida por estes, o pressuposto foi refutado em parte.

Pressuposto 03 - O *stakeholder* mais relevante na prestação de serviço hoteleiro ao idosos é a equipe médica, enfermeiros e cuidadores, pois verificam e garantem que as suas necessidades físicas sejam atendidas.

Para obter uma análise mais concreta do pressuposto citado, durante a entrevista foi questionado cada um dos elementos citados acima, ou seja, médico, enfermeiros e cuidadores para poder analisar cuidadosamente qual o

impacto que cada um desses profissionais exerce na vida dos idosos. Durante as entrevistas a cuidadora A ressaltou a importância que o médico tem durante o envelhecimento, mas ao mesmo tempo demonstraram que não existe uma influência direta na vida desses:

O gestor A e a enfermeira A da ILPI X, também concordam com as cuidadoras e explicam por que acreditam que o médico não influencia na vida dos idosos. [...] *influência e muito quem fica mais próximo, o médico tem todo um tratamento sim, mais ele não fica tão próximo, quem fica mais próximos são os cuidadores, as auxiliares, que fica no dia a dia [...]* (Gestor A, 2013). *Porque assim, o médico ele passa, ele olha todas as que estão mais debilitadas, com algum problema de saúde, [...]. Não tem uma proximidade, é aquela rotina de médico mesmo, passa visita, olha* (Enfermeira A, 2013).

Em contra partida a gerente do Parque das Flores, acredita que a visita do médico tem sim uma influência na vida dos idosos, por eles gostarem de ser atendidos.

Com as entrevistas a cima notou-se que o médico se faz importante no processo de envelhecimento na questão do tratamento em si, porém por não estar em convívio com os idosos a sua influência não se torna tão relevante.

A enfermeira A (2013), explicou que acontece que a nutricionista, o fisioterapeuta e o médico fazem a visita aos idosos, executam os procedimentos e depois vão embora, porém a equipe de enfermagem está vinte e quatro horas na casa. As auxiliares, por exemplo, dia sim, dia não, passam 12 horas na casa junto aos idosos, isso faz com que se crie uma relação entre eles, pois são elas que estão presentes no dia-a-dia, na rotina dos idosos, nos momentos mais difíceis. Na entrevista ela fez a seguinte citação *“as senhoras que a família vem pouco elas pegam um laço muito grande principalmente com as cuidadoras e com as auxiliares, que estão mais presentes”* (Enfermeira A, 2013).

A Sra. Zilda Tolini também ressaltou a importância das enfermeiras no cotidiano dos idosos *“Nossa enfermeira é carinhosa, é cuidadora, ela brinca, ela dança para eles, ela faz imitação. A gente fica muito amiga dos parentes, a gente fica muito sensibilizada com eles, acaba conhecendo a família toda, pega amizade”*.

Além dessa relação entre os idosos e a equipe de enfermagem, durante as entrevistas foi ressaltado a importância dos procedimentos das enfermeiras nas ILPIS, pois elas são responsáveis pela medicação, por observar como os idosos reagem ao receber o medicamento, medem a pressão, a temperatura, fazem todos os procedimentos que lhes são capacitados para garantir o bem estar dos residentes.

Do mesmo modo todos os entrevistados defenderam a influência dos cuidadores no cotidiano dos idosos, a Cuidadora A explica que seu trabalho é realmente cuidar das senhoras, da alimentação, da higiene, do banho, dos quartos, da limpeza, mas além disso dar muito carinho.

O Gestor A (2013) explica que muitas vezes as pessoas não acham que as cuidadoras são de extrema importância, pois muitas senhoras são cultas, viajaram para vários países e falam outras línguas e a cuidadora muitas vezes não terminou o ensino médio, mas é ela quem está presente no convívio diário dando todo o suporte aos residentes.

A proprietária da empresa de Home Care, Verônica Lima, explica que nesse processo de assistência domiciliar o cuidador acaba sendo os olhos da família, é para ele que o idoso fala o que está sentindo. O cuidador acaba sendo um confidente, estabelecendo um laço entre eles, suas palavras: *[..]O cuidador ele não só age como profissional na residência ele age como uma pessoa da família se precisar ir para um passeio, uma viagem o cuidador se disponibiliza para isso, ele não é só o cuidador ele acaba sendo um amigo dele na residência, ele acaba sendo o amigo, o confidente, a pessoa que ele confia.*

Conforme os inúmeros relatos durante as entrevistas pode se notar que os cuidadores causam alto impacto na vida dos idosos não somente por auxiliar nas dificuldades apresentadas pelos idosos no seu dia a dia, mas devido ao tempo que passam juntos se estabelece uma relação de carinho e preocupação.

Analisando todos os elementos, pôde-se concluir que esse pressuposto foi confirmado parcialmente, onde a cuidadora e a equipe de enfermagem exercem uma forte influência no cotidiano dos idosos tanto no bem estar físico como emocional. Contudo, apesar do médico ser fundamental no processo de envelhecimento dos idosos, por não estar presente no seu cotidiano ele não causa ou causa pouco impacto para os idosos, por isso ele não pode ser considerado um *stakeholder* influente no dia a dia dos idosos.

Considerações Finais

Esta pesquisa foi feita através do estudo de casos múltiplos em três empresas privadas que oferecem diferentes tipos de serviços, uma com serviço de *Home Care*, outra de *Day Care*, e por fim uma instituição que somente oferece o serviço de internação. Através das visitas técnicas, observação de campo e das entrevistas, formaram um amplo material de análise a fim de obter a resposta para indagação do problema de pesquisa: Quais são os *stakeholders* com influência mais relevante no cotidiano do idoso nos serviços hoteleiros aos idosos? O objetivo geral dessa pesquisa foi compreender os serviços e o relacionamento dos *stakeholders* na hotelaria aos idosos, esse objetivo geral se desdobrou em mais três específicos.

O primeiro objetivo específico visou identificar as principais necessidades dos idosos no processo de envelhecimento. De acordo com Veras (1998), muitas vezes os problemas de saúde patológicos são agravados pela solidão. A falta de companhia dos idosos está diretamente ligada à modernização das famílias, que hoje em dia são muito mais dinâmicas e móveis que as famílias anteriormente, isso é explicado por serem menores e pelo aumento do número de casais separados.

De acordo com as entrevistas e os referenciais teóricos, é possível observar que o objetivo específico um, foi atingido. Pôde-se notar que é importante para os idosos o tratamento e os cuidados, mas o que se torna realmente necessário no processo de envelhecimento é a atenção, a companhia, o amor e o carinho tanto dos familiares quanto dos profissionais que estão presentes na casa.

O segundo objetivo específico foi: estudar os diferentes tipos de serviço que são oferecidos e como eles afetam o cotidiano dos idosos, durante a pesquisa foi perguntado aos *stakeholders* qual era o tipo de serviço que acreditam que seja melhor aos idosos. Conforme citado anteriormente, durante a pesquisa foram estudados três tipos de serviços, *Home Care*, *Day Care* e ILPI.

Camarano (2004) diz que para muitos o cuidado de internação é frequentemente o último recurso utilizado para idosos e suas famílias, principalmente quando ocorre perda da capacidade mental e funcional do idoso, porém essa forma de cuidado vem sendo cada vez mais considerada no Brasil.

De fato essa questão é muito particular que varia de caso a caso e é difícil determinar qual é o serviço que melhor atende ao idoso. Contudo durante as entrevistas citadas e o referencial teórico é possível concluir que o objetivo específico de estudar os diferentes tipos de serviço que são oferecidos e como eles afetam o cotidiano dos idosos foi atingido.

O terceiro objetivo específico entender como o relacionamento com os *stakeholders* influenciam na vida dos idosos buscou compreender qual *stakeholder* tem uma influência mais relevante nos serviços aos idosos. Pode-se concluir que os *stakeholders* que exercem maior impacto no cotidiano dos idosos, é a equipe de enfermagem, os cuidadores e os próprios idosos.

É importante para o idoso manter relacionamentos com outras pessoas, assim como em qualquer idade, ao nascer o primeiro contato é com os pais, logo na escola e no trabalho. O idoso carrega consigo uma grande bagagem de relacionamentos interpessoais, porém após o a aposentadoria e com envelhecimento chegando é comum que o número de relações fiquem mais escassas, esta pode se dar ao fato do falecimento de familiares, amigos ou até mesmo por um afastamento do próprio idoso (Miranda, 2010).

Durante a pesquisa ao observar as casas foi possível notar os inúmeros cuidados que são dispostos aos idosos, cuidados aos seus pertences, a sua roupa, a sua vaidade, muitas vezes no momento mais íntimo, é a cuidadora quem está presente. Do mesmo modo foi possível notar a influência das enfermeiras que além de fazer um tratamento contínuo com os residentes, cuidar do seu bem estar físico, neste estudo de caso demonstram estar presentes no modo mais afetivo.

Através dos relatos e na análise de dados foi possível concluir que os *stakeholders* determinados mais influentes influenciam na vida dos idosos por estarem presentes no seu dia a dia, sendo eles os cuidadores, enfermeiros e os próprios idosos. Pôde-se assegurar que todos os objetivos específicos pré-determinados foram atingidos assim como o objetivo geral que era compreender os serviços que são oferecidos aos idosos e o relacionamento dos *stakeholders*.

Com o intuito de que essa pesquisa tenha uma continuação, alguns temas poderiam ser abordados em outras pesquisas tratando do mesmo assunto, como a relação entre os idosos e os cuidadores, o impacto que essa relação causa na vida de ambos, bem como, tratar do preconceito referente a instituições de longa permanência, assim como o processo de adaptação do idoso na empresa.

Bibliografia

- ANVISA. (2005). *Resolução da Diretoria Colegiada – RDC/ANVISA nº 283, de 26 de setembro de 2005*. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/rdcs/RDC%20N%C2%BA%20283-2005.pdf>. Acedido em: 01 de Novembro, 2013.
- BORN, T. (2011). *Quem vai cuidar de mim quando eu ficar velha?* Revista Portal de Divulgação, p. 01-12.
- CAMARANO, A. A. (Org.). (2004). *Os novos idosos brasileiros: Muito além dos 60?* Rio de Janeiro: Ipea, 2004.
- CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. (2005). *Os novos idosos brasileiros: Muito além dos 60?* Revista pensar BH, p. 30-31. Belo Horizonte. Disponível em: http://portalpbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=psocial_resenha.PDF.>. Acedido em: 10 de junho de 2013.
- CAMARANO, A.C; KANSO, S. (2010). *As instituições de longa permanência para idosos no Brasil*. Rio de Janeiro. Disponível em: www.scielo.br/2Fpdf%2Frbepop%2Fv27n1%2F14.pdf&h=ZAQFLLskE .Acedido em: 10 de Novembro , 2013.
- CAMARGO, L. O. L. (2004). *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph.
- COLUCCI, C. (2012). *'Creche', agora é lugar também de Vovô*. Folha de São Paulo, 02 de Setembro de 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2013/07/em-sao-paulo-empresarias-montam-creche-para-terceira-idade.html>. Acesso em: 12 de Novembro de 2013.
- CRUZ, R.C.A. (2002). *Hospitalidade Turística e Fenômeno Urbano no Brasil: Considerações Finais*. In: DIAS,C.M.M (Org). *Hospitalidade Reflexões e Perspectivas*. São Paulo. Manole.
- DIECKMANN, J. (1997). *Home Health Administration: An Overview*. In: HARRIS, M. *Handbook of Home Administration*. USA: Aspen Publication, pp.3-13.
- FREEMAN, E. R. (1984). *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Boston: Pitman Publishing.
- GODOI, A. F.A. (2002). *Hospitalidade como novo paradigma na área hospitalar*. Disponível em: <http://www.etur.com.br/conteudo_completo.asp?IDConteudo=87>. Acedido em: 16 de junho de 2013.
- GUARISE, K. (2011). *O Vínculo Afetivo entre o Idoso e a Equipe Interdisciplinar de uma Hotelaria especializada no atendimento a Idosos*. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, p. 244-254.
- IBGE (2013). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pernambuco*. Acedido em 26 de Novembro de 2013, em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260280>>.
- KARSCH, U.M. (2003). *Idosos dependentes: famílias e cuidadores*. Cad. Saúde Pública [online]. Vol.19, n.3, pp. 861-866. ISSN 0102-311X. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000300019>. Acedido em: 17 de Outubro de 2013.
- KOGA, E. S. (2011). *Análise dos stakeholders e gestão dos meios de hospedagem: estudo de caso múltiplos na Vila Abrão, Ilha Grande, RJ*. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade). Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo.
- LAS CASAS, A. L. (2010). *Marketing de serviços*. São Paulo: Atlas.

- LASHLEY, C.; MORRISON, A. (2004). *Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado*. Barueri: Manole.
- LOVELOCK, C; WRIGHT, L. (2001). *Serviços Marketing Gestão*. São Paulo, Saraiva.
- MENDES, W. *Home Care*: (2001). *Uma modalidade de assistência à saúde*. Disponível em: http://www.crde-unati.uerj.br/publicacoes/textos_Unati/unati4.pdf. Acedido em: 12 de Novembro de 2013.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. (2007). *Development in an Ageing World: World Economic and Social Survey*. Department of Economic and Social Affairs. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/policy/wess/>>. Acedido em: 11 de junho de 2013.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. (2009). *World Population Ageing*. Department of Economic and Social Affairs. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/WPA2009/WPA2009_WorkingPaper.pdf>. Acedido em 11 de junho de 2013.
- VERAS, R.P.; (1998). *Considerações acerca de um jovem país que envelhece*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/esp/v4n4/04.pdf>. Acesso em: 15 de novembro, 2013.
- YIN, R. (2005). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

MEMÓRIA DO CONTRABANDO E EMIGRAÇÃO CLANDESTINA EM MELGAÇO: PATRIMONIALIZAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO

Lídia Aguiar
CIIC-IS CET

Resumo

Neste artigo, contextualiza-se a problemática do contrabando e emigração clandestina em Melgaço, desde a década de 30 até ao final do século XX. Convocam-se, então, várias memórias, hoje ameaçadas, das suas populações, notoriamente envelhecidas, que importa patrimonializar, registando-as para preservação de identidades. E, sendo o contrabando uma atividade económica clandestina é seguramente difícil a sua identificação, assim como descrevê-la e comprová-la através de fontes documentais, pelo que o recurso às fontes orais representa hoje a metodologia mais adequada ao estudo deste fenómeno da história da raiana. Consta-se, ainda, que os fluxos do contrabando são muito variáveis, pois vão sobrevivendo às oportunidades que a fronteira lhes oferece, consoante as épocas. O contacto constante com novas realidades e a necessidade e vontade de oferecer um sustento seguro às famílias, abrem novos horizontes a muitos homens, surgindo, desse modo também, o fenómeno da emigração ilegal. Daí que este seja igualmente abordado neste artigo, pois se não podem dissociar estas duas realidades: contrabando e emigração. Estando ambas já hoje representadas no museu **Memória e Fronteira**, instalado no centro da Vila, este equipamento cultural, constituirá igualmente mais um outro objeto de análise, como exemplo de salvaguarda de um determinado património imaterial, que o concelho soube reconhecer como importante e marcante com vista sua própria identidade regional.

Palavras-chave: Contrabando; Emigração clandestina; Histórias de Vida; Museu Memória e Fronteira

1 – Introdução

No presente artigo, apresentam-se duas realidades que marcaram profundamente o concelho de Melgaço, durante grande parte do século XX. Verifica-se que este povo raiano, que vivia de uma parca economia assente numa agricultura de subsistência, soube aproveitar a sua situação geográfica, tirando partido da fronteira, através da qual pretendia obter os seus rendimentos. Foi por esta razão que aqui se convocou o contrabando, ação considerada ilícita pelo Estado, mas como tentaremos demonstrar, nunca o foi para estas populações, que viram nesta atividade tão-somente um modo de vida.

Porém, outras oportunidades locais também surgiram, que astutamente o povo melgacense aproveitou. Está neste caso a exploração do volfrâmio, esse minério tão disputado nos períodos de guerra, que em Melgaço representou uma nova lufada de ar fresco no plano do contrabando e em novas formas de ganhar a vida. Como se demonstrará, este período proporcionou grandes rendimentos às populações, embora por um período relativamente curto. Abriu-lhes, no entanto, novos horizontes, criou-lhes condições de vida que elas não mais quiseram perder. O contrabando, por si só, não lhes supria as novas necessidades, agora criadas.

Deve-se compreender que o contrabando era um fenómeno de oportunidade, que decorria das vicissitudes da fronteira e que, por isso, não permitia um contrato de trabalho, nem um salário certo.

Por este motivo, verificou-se, a partir de determinado período uma grande vaga de emigração ilegal, que visou

principalmente a França. Constataram-se as condições da viagem até França e o impacto económico das remessas de dinheiro enviadas à família, que permaneceu na terra natal.

Entende-se que atualmente estas memórias já representam um valioso património imaterial para o concelho de Melgaço. Neste artigo apresentam-se algumas dessas memórias recolhidas em trabalho de campo que a autora levou a cabo neste concelho. As fontes orais representam hoje uma metodologia eficaz e muito usada, pelo que as histórias de vidas recolhidas foram largamente utilizadas, a fim de fundamentar o presente artigo. Todo este trabalho de campo decorreu ao longo de um ano. Deste modo, recorreu-se a uma metodologia do tipo etnográfico, em que a autora primou pelo rigor das suas observações e procurou uma inserção na vida comunitária. Finalmente apresenta-se o museu **Memória e Fronteira**, elemento marcante da identidade deste povo.

2 – O Contrabando

Para o sociólogo Albertino Gonçalves¹, o contrabando é uma ação intrinsecamente ligada à fronteira, da qual a população de Melgaço soube tirar partido em função da sua situação geográfica. Três quintos deste concelho confinam com a Galiza, sendo 22Km de fronteira terrestre e 39Km de fronteira fluvial.

Certo é que ela, em muitos momentos, constituiu um importante motor económico para o sustento das famílias. Homens, mulheres e crianças, carenciados ou abastados, todos participaram, à sua maneira, nesta atividade. Na vida de fronteira, a profissão mais procurada era a de contrabandista (Gonçalves, 2008).

A verdade é que o contrabando foi evoluindo por ciclos. No arco temporal a que este estudo se refere, inicia-se com o período da Guerra Civil Espanhola (1936 – 1939). Dado o contexto político assumido por Espanha, este país viria a ficar neste período (desde 1936 até alguns anos após o final da II Guerra Mundial), com as suas relações comerciais com o estrangeiro completamente cortadas. Deve-se entender que a Guerra Civil Espanhola, foi um dos mais violentos e cruéis conflitos da história. Opôs os republicanos, então no governo desta nação, aos Falangistas, grupo de tendência fascista e comandado pelo general Francisco Franco. Terminou, em 1939, com a vitória do general Franco, que impôs um regime ditatorial de direita. Entretanto, tinham-se verificado mais de 400 mil mortos; prejuízos enormes na agricultura; a destruição de prédios, igrejas e casas em várias cidades. Neste mesmo ano, iniciou-se a II Guerra. O general Franco tomou uma posição pró nazi, fação que viria a sair derrotada neste último conflito. Por esta razão, a Espanha, vê-se impedida, pelos países vitoriosos, em aceder aos mercados comerciais internacionais, com normalidade.

Foi pois, a economia subterrânea que forneceu o país vizinho de tudo quanto podia e lhe era solicitado: bens de primeira necessidade, café, aço, peças de automóveis; de tudo um pouco passou quer pelas batelas do Rio Minho, quer pela raia seca, diga-se Planalto de Castro Laboreiro.

“Depois da Guerra tudo ia para a Espanha. Eles não tinham nada. Eu era gaiato pequeno, mas lembro-me bem de ouvir a minha mãe e a minha avó contar isso. Depois de 45, finda a guerra, houve muita convivência com os galegos. Isso das fronteiras não afetava nada. Os guardas fechavam os olhos. Ia de tudo para lá: sabão, sal, azeite, imagine que até carros velhos iam, pois eles não tinham nada. Daqui ia muito pão, pois os fornos comunitários trabalhavam todos os dias” Adelino Esteves – Castro Laboreiro – 29/10/2013

“O meu pai guardava café. Tinha café cru em sacos grandes e café Sical, já embaladinho. Vinham espanhóis de muito longe buscar, mas os guardas eram muito maus. Era a ditadura. Esta gente levava de tudo: café, açúcar, amendoins, até sabão, linhas e velas, tudo lhes servia para levar. Depois da Guerra foi mesmo uma miséria. Até gente de Vigo vinha cá buscar coisas.” Glória de Jesus Pires – Cevide – 23-1-2014

A partir de 1955, Espanha começa a sua recuperação económica. Havia já passado 10 anos após o final da II Guerra, pelo que os mercados comerciais se começaram a abrir a este país, que rapidamente aproveitou as oportunidades oferecidas. O contrabando toma então dois sentidos, já que a diferença cambial começa a favorecer os Portugueses na compra de bens em Espanha.

1 Professor Associado do Departamento de Sociologia e Investigador do Centro de Estudos Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho

2 Idem Memórias do Contrabando no Concelho de Melgaço cit in Boletim Cultural de Melgaço (2008) pp33-39. Melgaço: Camara Municipal de Melgaço

3 Café Sical era o logótipo de uma empresa fornecedora de café para o mercado português.

As trocas comerciais intensificam-se. Para que, neste novo contexto, o contrabando seja bem-sucedido a boa organização tornou-se essencial. Aparecem, então, as primeiras redes bem organizadas, conduzidas pelo que a população ainda hoje denomina “*Os Senhores do Contrabando*”

“*Foi então que vieram os Senhores do Contrabando: Sr. Freitas, Sr. Alexandre, O Rita dos Casais. Esse tinha uma batela no rio e o cunhado Miguel e ainda o Maia de St. Gregório*” Glória de Jesus Pires – Cevide – 23-1-2014

Alguns destes “*Senhores do Contrabando*” organizaram-se em consórcios, criando verdadeiras redes que atingiam todo o país e se alargavam igualmente a Espanha. Estas associações eram bastante complexas. Envolviam muito capital e muitos homens e mulheres a trabalhar para elas (carregadores, condutores, bateleiros, fornecedores, intermediários e informadores). Os meios logísticos também eram fundamentais, como as batelas, carros, camiões, radiotransmissores. Perante esta complexidade, era essencial que a rede fosse flexível e estivesse preparada para agir perante os imprevistos. Um dos mais perigosos, era sem dúvida, a patrulha da Guarda-fiscal (Gonçalves,⁴ 2008).

Tudo poderia estar bem organizado, mas o grande sucesso das cargas esteve sempre dependente de conivências da Guarda-fiscal. Era, pois, normal os guardas-fiscais fazerem, eles próprios, uma contabilização do despacho das mercadorias, na hora da carga, para depois receberem a sua parte do negócio.

“*Eu trabalhei para os Senhores do Contrabando, o Sr. Freitas, o Sr. Alexandre, O Rita dos Casais e o Maia de S. Gregório. As pessoas aqui do regato trabalhavam por uma miséria. Carregava 50Kg a 75Kg de caixas atadas por cordas. Os guardas chegavam quando o camião já estava quase carregado, para verificar a quantidade e receber o seu. Por vezes ainda ajudavam a carregar. Digo-lho eu que estava presente.*” Antero Pires – Cevide – 23-1-2014

Todos os recursos de fuga às autoridades de pouco serviram sem a conivência das próprias. Neste contexto, verifica-se que estes consórcios vão sofrer mais apreensões longe da linha de fronteira, quando os interessados transportavam as mercadorias para as cidades como Braga, Porto, ou Lisboa (Gonçalves,⁵ 2008).

“*O último contrabando que por aqui existiu foi o das bananas. Carregou-se muita banana. Só na altura em que veio para cá o Tenente Abrantes, o conhecido Zeca Diabo, é que tivemos de cortar um bocadinho, que esse não alinhava. Mas depois tudo continuou. De Ponte da Barca até ao Porto é que era tudo mais complicado. Sabe como é, o pessoal via muitas carrinhas a sair daqui serra abaixo e a coisa dava nas vistas (...)*” João António Abreu – Melgaço – 22-1-2014

O contrabando evolui por ciclos. Em Melgaço, o café foi um dos ciclos mais longos, dado Portugal ser excedentário neste produto, devido à produção que lhe chegava das suas ex-colónias. Um outro ciclo importante foi o do gado, que se inicia na década de 60 e perdurou praticamente até abertura das fronteiras. Este tomou os dois sentidos. Para Portugal vinham vacas e para Espanha seguiam vitelos. Este grande ciclo de gado coexistiu com o último grande ciclo, ou seja, o das bananas, tendo este tido início só no início da década de 70.

Juntamente com estes produtos, ao longo dos anos as mercadorias contrabandeadas foram muito diversas. Desde o tabaco, gado suíno e ovino, bacalhau, azeite, ouro, prata, cobre até peças de automóveis inteiros que depois eram montados em Espanha. De tudo um pouco passava ora num sentido, ora no outro, utilizando quer a raia seca quer as batelas do Rio Minho.

A mulher contrabandista assumiu um papel importante. São astutas por natureza, ou porque a vida assim as fez. Na sua larga maioria entregavam-se ao contrabando por conta própria: ovos, galinhas, café, e na perspectiva inversa, farinha e azeite para Portugal. Numa época mais tardia, peças de vestuário, perfumes, chocolates e bacalhau. Era normal elas recorrerem a peças de vestuário apropriadas para disfarçar o transporte de mercadorias mais contrabandeadas. Também o uso de longas tranças enroladas lhes permitia esconder no cabelo peças pequenas. O que foi muito usado para o tráfico de divisas e joias (Gonçalves,⁶ 2008).

O tráfico de divisas, também conhecido por bolsa negra, era largamente utilizado pelos emigrantes espanhóis, que face à ditadura do seu país, estavam impedidos de enviar as remessas de dinheiro diretamente às suas famílias. Desta forma, este era depositado em Portugal e levantado pelos contrabandistas que em seguida o passavam ilegalmente para Espanha e o distribuíam aos familiares dos emigrantes.

4 Idem

5 Idem

6 Idem

“ Ir a Espanha era um trabalho para quem não tinha medo à vida. Por vezes tinha de se fazer mais quilómetros para fugir aos guardas, é que nós não podíamos repartir com eles. Os melhores dias eram os de nevoeiro ou chuva miudinha. Assim eles não andavam pela serra. Fomos ganhando para ter para a casa; ia então buscar, bacalhau, azeite, chocolate, baunilhas e tudo o que me encomendassem, assim ganhava o meu vendendo porta a porta. Lá ia eu com o carregó à cabeça e os meus filhinhos pela mão. Era uma vida bem dura. Mas lá nos governamos com uns tostões. Sim que os nossos governantes só (...)” Maria Emília Domingues – Couso – 7-1-2014

O contrabando foi um negócio lucrativo, mas efémero. Enquanto durou, criou muitos comércios e alimentou muitas famílias. Deve-se compreender que constituindo uma economia paralela, os seus lucros nunca foram orientados para o desenvolvimento local. Permitiram, no entanto, uma sobrevivência condigna a uma população pobre, que vivendo num território limítrofe, dependia de uma parca agricultura e pastorícia de subsistência (Gonçalves, 2008).

3.1 – Exploração de volfrâmio

Em Melgaço, como em tantos outros concelhos do norte e centro do país, a exploração do volfrâmio veio proporcionar um novo alento para as economias locais. Para as populações, a exploração deste minério constituiu uma segunda fonte de rendimento (a primeira era o contrabando), abrindo, mesmo que momentaneamente, expectativas de melhores condições de vida.

Em Castro Laboreiro a exploração do volfrâmio teve uma maior dimensão, do que em outros lugares. Terá começado já durante o período da I Guerra Mundial, tendo tido um grande pico durante a II Guerra. Neste caso foi levada a cabo predominantemente por populares, que acorriam ao Planalto de Castro Laboreiro, no lugar de Ceara, onde foram abrindo várias galerias.

Os populares vendiam-no no contrabando, maioritariamente já em Espanha. Verificou-se, no entanto, que durante o período da II Guerra, foram os Alemães os grandes compradores. Eles aguardavam os homens no sopé do planalto com os seus camiões prontos para carregar o minério. Cada homem alcançava um rendimento médio de 8 contos por dia Este montante subiria bastante mais se ele tivesse a sorte de encontrar um bom filão.

Segundo o informante Filipe Esteves, morador em Castro Laboreiro, as mulheres tiveram nesta época um papel primordial. Dirigiam-se em grupos para as zonas mineiras, onde apanhavam as pedras que caíam das grandes cargas, ou algumas que elas próprias conseguiam apanhar, por se encontrarem mais à superfície. Dirigiam-se, então, para uma levada, onde lavavam e peneiravam o volfrâmio. Este mineral, preparado pelas mulheres, era vendido exclusivamente a um dos mais conhecidos contrabandistas da zona: o Mareco, ligado a um dos grandes consórcios.

No ano de 1955, estas minas acabam por ser registadas pela Companhia Mineira de Castro Laboreiro, com sede no Porto. O manifesto mineiro foi de João Cândido Calheiro, morador na freguesia de Prado, encontrando-se, este registo, no Arquivo Municipal de Melgaço, no Livro de Registos (Volfrâmio).

“Lembro-me bem do tempo do minério. Vieram para cá muitos homens, de muitos lados, apanhar aquelas pedras. Eram assim umas pedras muito negras, tão lindas que elas eram. Eles ficavam cá a dormir. Ganharam muito dinheiro naquele tempo.

E as mulheres daqui também para lá iam, coitadinhas. Era contudo, um trabalho muito pesado, pois apanhavam as mais pequenitas e iam lavá-las ao regato. Deram-lhes um dinheirinho, ai isso eu sei bem que deu.” Rosalina Fernandes – Castro Laboreiro – 29-10-2013

Com a Companhia Mineira de Castro Laboreiro a dominar a larga maioria das minas, a população, em geral, perdeu os lucros avultados que até então conseguira.

Este fenómeno pode-se constatar em muitas outras zonas mineiras, ligadas ao volfrâmio, do norte e centro do país. Findo o negócio do volfrâmio, a população habituada a ter uma vida melhor, não mais a encontra no contrabando. Continuava a ser uma atividade plena de riscos e da qual não era possível obter um rendimento certo. Ao trabalho duro, o melgacense não tinha medo. Com a fronteira mesmo ao lado, com horizontes mais alargados, o convite à emigração era forte. Encontrou-se, deste modo, a grande alavanca para a mobilidade social (Castro, & Marques, 2003).

7 Joaquim Castro é psicólogo e natural de Melgaço. Colaborou com Abel Marque, técnico superior de turismo, da CMM,

3.2 – A Emigração

O emigrante visava fundamentalmente um emprego, com contrato de trabalho e salário certo. Surgiu, na falta de recursos vindos da exploração do volfrâmio, o segundo grande surto migratório, desta vez dirigido primordialmente a França⁸. Este país em reconstrução após a II Guerra Mundial necessitava de muita mão-de-obra. Os franceses procuravam os trabalhos menos duros e com horários reduzidos e bem remunerados. Abriu-se, assim, uma nova oportunidade para os portugueses.

“E o patrão Francês rejubilava com este homem do sul da Europa, este homem bom e robusto, insensível à fadiga, sem exigências que trabalhava das sete da manhã às onze da noite...” (Rocha, 1965 pp75 cit in Castro¹⁰ & Marques, 2003). Segundo o sociólogo Albertino Gonçalves, o grande surto de melgacenses para França começou a verificar-se nos finais da década de 50, início de 60. A larga maioria partiu de forma ilegal tornando-se impossível obter dados concretos, pela falta de registos, pelas mortes frequentes durante a viagem. De muitos, nunca mais se obteve qualquer notícia.

A emigração clandestina teve na sua origem praticamente a impossibilidade de obtenção do passaporte. Este era obtido através da respetiva Câmara Municipal, desde que cumpridas várias condições tais como: ter trabalho assegurado no país de destino; situação militar regularizada; garantia de subsistência da família a cargo que ficava em Portugal. Além disso, os processos tornavam-se muito demorados. Deste modo, o candidato a emigrante preferia a clandestinidade.

Estes homens, alcançado o destino, conseguiam o visto de trabalho, mas durante longos anos, não mais podiam regressar à sua terra natal, pois incorriam numa pena de cadeia de dois anos (Pereira¹¹, 2014).

Neste contexto, a decisão de partir não era fácil, mas o sonho de uma vida melhor se sobrepôs. Foram maioritariamente os homens que se lançaram nesta viagem, longa e dura, já que devido a um acordo que existia entre Portugal e Espanha, só se encontravam a salvo quando alcançavam terras de França. Surgiu, assim, uma nova personagem, maioritariamente mulheres, que tomou o nome de “passador”. Criaram verdadeiras redes que conduziram os emigrantes até ao seu local de destino (Silva¹², 2011).

“Comecei a levar homens para França. Iam de camionete ou de carro. Demoravam entre 5 a 7 dias a lá chegar. Muitos foram presos e eu também fui porque era um grande crime ser passador. Mas os homens precisavam de ir ganhar a vida e eu precisava muito do dinheiro. Eles pagavam 7 contos que era dividido por mim pelo passador Espanhol e pelo Francês. O melhor sítio para os passar era aqui o rio Trancoso. Amarrava uma corda por baixo dos braços, puxava-se e chegavam do lado da Espanha sequinhos e limpinhos. Entregava-os ao Espanhol junto com o dinheiro dele e do Francês. Andei uns bons anos nisso” (Requelinda Augusta Pereira – Cevide – 13-11-2013)

Ultrapassar a fronteira nos Pirenéus era o momento mais temido. Tornava-se necessário fazê-lo a pé, pois a vigilância era muito apertada. Na bagagem, pouco seguia, indispensável um bom vinho para o futuro patrão e uma morada de familiar ou amigo que já residisse e trabalhasse em França.

“ Os emigrantes chegavam com as suas malas atadas com cordéis, as suas sacas, os seus embrulhos, traziam as máquinas a petróleo para cozinhar, vinho do Porto para oferecer ao patrão ou amigos franceses.” (Rocha, 1965 p.88) Este movimento migratório, fundamentado em razões económicas, move classes que vão desempenhar trabalhos desqualificados. Enfrentam trabalhos árduos e por vezes com pouca segurança, habitações precárias (caso dos *bidonvilles* em Paris), mas os altos salários que auferem, comparativamente ao que poderiam obter em Portugal, permitem-lhes concretizar os seus anseios (Baganha¹³, 2000).

tendo utilizado no seu livro fontes orais e a consulta de jornais locais da época.

8 O primeiro surto migratório no início do século dirigira-se para o Brasil

9 Nuno Rocha, jornalista de profissão, viveu a experiência de uma viagem como clandestino, que posteriormente transcreveu em livro.

10 Idem

11 Doutor em História pelo Instituto de Ciências Políticas de Paris, Professor na Universidade de Pau.

12 Mestre em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE, com o tema “Redes de emigração clandestina (anos 60) do Portugal Salazarista”.

13 Doutora em Sociologia, especialidade Sociologia e Economia Históricas – Universidade de Lisboa. Membro do Centro de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, foi ainda Professora convidada do curso de pós-graduação

O facto de viverem em comunidade ajuda-os a suportar a distância, a dureza do trabalho e a longa separação da família.

A emigração foi também encarada como uma forma de ascensão social. Em breve começaram a chegar as primeiras remessas de dinheiro dos emigrantes para as suas famílias (Castro₁₄ & Marques, 2003).

“Semanas depois recebia a mulher uma encomenda, um pequeno transistor que ela olhava embevecida e fascinada. Depois (...) perante a surpresa dos vizinhos, atónitos, ela encaminhou-se para o banco e levantava alguns contos de reis” (Rocha₁₅, 1965p.18)

Um dos principais objetivos era a construção de uma casa, que tanto irá alterar a paisagem do concelho. Esta casa “afrancesada” é hoje, no entanto, um símbolo do fenómeno emigratório para França, em Melgaço, como o são os antigos palacetes “abrasileirados”.

Os Melgacenses enviando remessas avultadas, têm contribuído para o desenvolvimento económico da sua terra. Segundo Rocha₁₆ (1965) o envio de quantias consideráveis de dinheiro promoveram o consumo e criaram novos vínculos entre emigrantes e residentes.

Se é certo que foi a emigração a grande alavanca da mobilidade social e económica do concelho de Melgaço, para a história ficarão sempre vincados o contrabando e a exploração do volfrâmio como os primeiros motores geradores de expectativas e ilusões em alcançar novos padrões de vida (Castro₁₇ & Marques, 2003).

4 – Patrimonialização, Musealização

As memórias que se pretende analisar são um elemento essencial na identidade de um lugar. Por essa razão, o estudo baseia-se na memória coletiva, aquela que compartilha e é por natureza solidária. A memória de uma cidade, vila ou aldeia é, por natureza, uma memória social. Neste sentido, a memória de um lugar é, por consequência, uma memória coletiva (Abreu₁₈, 1998).

Torna-se fundamental o entendimento dos lugares nos dias de hoje. A facilidade das comunicações vem provocando uma igualização dos lugares a nível mundial, o que leva a que estes se tornem bastante parecidos, havendo cada vez mais “não-lugares” (Augé, 2007). Isto que vem estimular a busca da diferença e do individualismo, podendo, assim, sobreviver cada um na sua singularidade (Abreu₁₉, 1998).

O passado é uma das marcas mais importantes da singularidade. Preservado nas paisagens, nas “instituições de memória” ou ainda vivo no quotidiano dos lugares, ele torna-se, pois, o suporte mais eficaz na incessante procura pela diferença (Abreu, 1998).

Patrimonializar a memória do contrabando/ surto do volfrâmio/ emigração constitui uma tarefa difícil de empreender e de explicar. Convive-se com o património cultural imaterial, mas de uma forma irrefletida, porque ele não é visível. Faz parte da memória dos homens. Defini-lo, descrever a emoção que suscita, guardar as suas recordações, valorizá-lo e estudá-lo constitui um valor patrimonial. Importa torna-lo tangível ao conhecimento e fruição, torna-se difícil fazê-lo, uma vez que não é mais possível vive-lo, nem senti-lo (Cabral₂₀, 2011).

Ao contrário do património material, onde o que se salienta são os bens tangíveis, no património imaterial o importante são as pessoas, as suas histórias, tradições, realidades inseparáveis que devem ser percebidas dentro de um só contexto e deste modo valorizadas em simultâneo (Cabral₂₁, 2011).

“Estudos Migratórios y Análisis Demográfico” na Universidade de Santiago de Compostela.

14 Idem

15 Idem

16 Idem

17 Idem

18 Doutorada em Geografia pela Ohio State University, em geografia, passou a dedicar-se à investigação em geografia urbana e histórica. Possui uma larga bibliografia publicada, salientando-se a que renova as ideias da geografia histórica.

19 Idem

20 Especialista em Património Imaterial. Membro da Comissão Nacional da UNESCO. Publicou o livro Património Cultural Imaterial – Convenção da Unesco e seus contextos – Edições 70; Lisboa, 2011.

21 Idem

4.1 – Musealização: o Caso do museu **Memória e Fronteira**

A influência dos fenómenos abordados (Contrabando/Exploração de Volfrâmio/ Emigração Clandestina) foram marcantes na sociedade local, pelo que a autarquia, em Abril de 2007, entendeu criar e abrir o museu **Memória e Fronteira**. Por ele pretende representar as vivências de que são feitas as memórias da sua população, mas que igualmente contribuíram para uma nova cultura e identidade.

Reconstruído e ampliado o antigo matadouro, nasceu este núcleo museológico, que desde logo ganha sentido pela sua localização num sítio/território de grande carga simbólica. Junto ao ribeiro que atravessa a vila, simboliza logo a fronteira fluvial (Esteves²², et al., 2007).

É objetivo deste equipamento cultural musealizar todo um património (material e imaterial), baseado nas vivências do contrabando e da emigração clandestina, pelo que o espólio patente ao público assenta nos depoimentos de quem experienciou estas atividades e em documentos: processos de apreensão, autos de contencioso aduaneiro, cartas de chamada, correspondência institucional. Destaca-se a grande colaboração da população que doou ao museu fotografias pessoais da época, cartas particulares e mesmo uma batela que tantas vezes atravessou o rio Minho transportando todo o tipo de contrabando.

Foi criado neste Museu um espaço, com dois pisos, que se articulam através de uma rampa, onde se podem apreciar as várias temáticas relacionadas com a emigração clandestina. No primeiro, um auditório possuiu alguns filmes com “histórias de vida” contadas na primeira pessoa, relacionadas com toda a temática do museu.

O piso inferior está vocacionado para descrever o fenómeno do contrabando, podendo-se apreciar réplicas de produtos contrabandeados, algum vestuário e artefactos associados a esta temática.

O museu **Memória e Fronteira** permite a compreensão do significado destas atividades para o concelho de Melgaço, bem como proporciona a oportunidade de musealizar e patrimonializar as memórias devidamente preservadas das populações melgacenses.

Ilustra ao mesmo tempo, um processo significativo de institucionalização de bens culturais (bens históricos e simbólicos), isto é, de patrimonialização e musealização em que a história recente é recriada e contada não só através de documentos escritos, mas também de memórias e testemunhos.

5 – Conclusão

Desde tempos remotos, os melgacenses souberam tirar partido das vantagens que a raia lhes oferecia. A actividade do contrabando, intrinsecamente ligado à fronteira, ora se torna obstáculo ora se oferece como oportunidade. Pão, ovos, café, gado, tabaco e muitos outros produtos passaram pela mão de contrabandistas, ora inseridos em consorcios, ora trabalhando isoladamente.

Mas quando surgiu a nova oportunidade de explorar o minério, tão valioso em tempo de guerra, como foi o volfrâmio, muitos deles não se pouparam a esforços e conseguiram alcançar rendimentos até aí nunca obtidos. Como se demonstrou continuaram caminhando, agora rumando à Europa, designadamente a França. Melgaço, tem, por isso, na sua identidade as marcas profundas de um povo itinerante.

Constatou-se, deste modo, a importancia de recolher e preservar as memórias deste povo, para bem das gerações futuras, para conhecimentos de todos os que visitam o Concelho e o querem compreender e vivenciar com autenticidade. O museu **Memória e Fronteira** é atualmente o único representante destas identidades. Impõe-se alargar o seu espólio, aumentar a recolha de histórias de vida, pois “cada ser humano que morre é uma biblioteca que arde”, como sempre afirma o sociólogo Albertino Gonçalves.

22 Angelina Esteves, técnica superior de turismo, responsável pelo departamento da cultura da CMM.

Bibliografia

- ABREU, M. A., 1998. *Sobre a Memória das Cidades*. Porto: Revista da Faculdade de Letras do Porto - Geografia I Serie, Vol. XIV pp 77-97.
- AUGÉ, M., 2007. *Não Lugares - Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus
- BAGANHA, Maria Ioannis. 2000. La emigración portuguesa después de la II Guerra Mundial in Portugal Contemporáneo coordinador António Costa Pina. Madrid: Sequitur, 2000. 84-95363-05-4.
- CABRAL, C. B., 2011. *Património Cultural Imaterial - convenção da Unesco e seus contextos*. Lisboa: Edições 70 Lda.
- CASTRO, J. F. P. & Marques, A., 2003. *Emigração & Contrabando*. Melgaço: Centro Desportivo e Cultural de São Paio.
- ESTEVES, Angelina e Sousa, Pedro. 2007. Espaço Museológico Memória e Fronteira Município de Melgaço cit in Jornadas do Contrabando - Atas pp 41-46. Sabugal: Sabugal+,EM, 2007. 978-989-20-0642-0
- GONÇALVES, A., 2008. *Memórias do Contrabando no Concelho de Melgaço cit in Boletim Cultural de Melgaço cord Esteves A. 2008 pp 33-39*. Melgaço: Camara Municipal de Melgaço.
- PEREIRA, Victor. 2014. A ditadura de Salazar e a emigração - O estado Português e os seus emigrantes em França (1957-1974). Lisboa: Temas e debates - Circulo de Leitores, 2014. 978-989-644-283-5.
- Rocha, N., 1965. *A imigração dolorosa*. Lisboa: Odisseia.
- SILVA, Marta Nunes. 2011. Os Trilhos da Emigração - Redes Clandestinas de Penedono a França (1960-1974). Lisboa: Colibri, 2011. 978-989-121-3

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO TURÍSTICA NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

António Manuel Brites Salgado

Instituto Superior Politécnico da Guarda

Fernando Manuel Florim Ribeiro De Lemos

Instituto Superior Politécnico Gaya

Maria João Pires da Rosa

Universidade de Aveiro

Resumo

O estudo afere o estado da educação em Turismo no ensino superior em Portugal, interpretando as mudanças no âmbito do Processo de Bolonha, sobretudo a nível de avaliação e acreditação dos cursos. A análise da contribuição destes sistemas de avaliação no Turismo nos três ciclos do ensino superior permitirá compreender a evolução desta área científica. A metodologia de pesquisa baseia-se na análise de dados secundários, pela necessidade de exame transversal de algumas variáveis curriculares e formativas dos cursos, com o intuito de compreender a realidade do Turismo, sobretudo criando uma perspetiva holística de reflexão sobre os processos de avaliação e de acreditação desenvolvidos pela A3ES. O desenvolvimento curricular e a qualidade da formação, neste domínio científico, contribuirão para o melhor conhecimento da importância e do peso da Gestão Turística.

Palavras-chave: Gestão Turística, Ensino Superior, Turismo, Avaliação.

Abstract

The study assesses the situation of education in Tourism higher education in Portugal, interpreting changes in the context of the Bologna Process, especially the level of assessment and accreditation of these courses. The analysis of the contribution of these evaluation systems in Tourism for the three cycles of higher education will permit to understand the evolution of this scientific area. The research methodology is based on secondary data analysis, the need for cross-examination of some curricular and training variables in the courses, with the objective to understand the reality of Tourism, especially creating a holistic perspective of reflection on the processes of assessment and accreditation developed by A3ES. Curriculum development and quality of training, in this scientific field, will contribute to a better understanding of the importance and weight of the Tourism Management.

Keywords: Tourism Management, Higher Education, Tourism Review.

Introdução

A presente reflexão pretende analisar e discutir sobre o nível de importância da Gestão Turística (GT) no contexto do Ensino Superior Português (ESP) na área científica do Turismo. Cremos que o desenvolvimento curricular e a qualidade da formação, neste domínio científico, contribuirão para o melhor conhecimento da importância e do peso da GT e, no seguimento, perspetivar uma estratégia a seguir no modelo educativo, que seja fundamentada na avaliação da oferta dos cursos existentes neste subdomínio do Turismo.

A metodologia de pesquisa baseia-se essencialmente na análise de dados secundários, sobretudo pela necessidade de examinarmos transversalmente algumas variáveis curriculares e formativas dos cursos e suas áreas científicas, com o intuito de compreender a realidade existente nas Instituições de Ensino Superior (IES), sobretudo criando uma perspectiva holística com base na reflexão sobre os processos de avaliação e de acreditação desenvolvidos pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

O estudo procura aferir acerca do estado da educação em Turismo no Ensino Superior (ES), interpretando as mudanças que estão a ocorrer nos processos em curso no âmbito do Processo de Bolonha (PB), sobretudo a nível de avaliação e acreditação dos ciclos de estudos nesta área científica. A análise da contribuição dos sistemas de avaliação e acreditação da oferta formativa no Turismo, particularmente nos três ciclos do ensino superior, permite perspetivar a evolução futura desta área científica. Assim, primeiro analisamos as áreas científicas importantes num plano de estudos em Turismo para garantir o necessário equilíbrio do currículo e conhecimento com vista a fornecer uma perspetiva multidisciplinar ao diplomado. No segundo ponto interpretamos a natureza do perfil dos cursos de ES que sejam os mais adequados ao nível de ensino, no âmbito dos três ciclos em apreço. No seguimento analisamos variáveis gerais para caracterizar a oferta formativa de ES no Turismo a nível nacional, incluindo uma interpretação dos resultados do trabalho desenvolvido pela A3ES sobre a qualidade e os requisitos a cumprir na formação académica no ES. Por fim, interpreta-se a importância do subdomínio da GT nos Estudos do Turismo numa análise reflexiva que permita tecer considerações pertinentes para a melhoria do modelo formativo e educativo a nível nacional.

1. Áreas de conhecimento na educação em Turismo

O planeamento do currículo de um curso de ES exige uma base teórica do desenvolvimento curricular para melhor escolher entre a pluralidade de modelos educativos disponíveis, que podem basear-se numa perspetiva mais disciplinar ou multidisciplinar, numa programação tendencialmente especializada ou genérica, numa normalização ou centralização no currículo mínimo, numa maior especificação dos seus objetivos e/ou conteúdos, numa valorização das suas áreas científicas fundamentais ou nas de base, entre outras opções a assumirmos na organização de um curso.

Em 1981, a *Tourism Society* desenvolve um modelo sob os auspícios do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), que possui competências na harmonização das qualificações na União Europeia (UE). Contudo, na estrutura proposta, identificam-se ainda lacunas curriculares, nomeadamente os impactes ambientais, as línguas estrangeiras e os princípios legais. Por sua vez, o modelo desenvolvido por Jafar Jafari (citado por Cooper *et al.*, 1998: 119) constitui uma abordagem simples, inovadora e compreensível, no que respeita à organização do estudo desenvolvido nas disciplinas tradicionais. Para Gunn (1998: 75), não existe um modelo único de currículo aplicável uniformemente a todas as necessidades educativas. Os intervenientes devem definir os resultados esperados do currículo. Os especialistas procuram metodizar as áreas científicas do sistema formativo em Turismo. Porém, ainda não há um corpo de teoria metodologicamente ordenado (OMT, 1997: 16). O Turismo é uma ciência em desenvolvimento e um objeto de análise das Ciências Sociais. A sua consolidação depende da convergência de perspetivas multidisciplinares.

O reconhecimento do Turismo como disciplina exige uma reconfiguração de diferentes grupos de investigadores nesta área e em áreas afins. As potenciais estratégias da investigação em turismo são tão diversas quanto os conteúdos e desafios deste objeto científico. Smith (1989: 2-14) refere seis temáticas principais abordadas por planeadores e especialistas académicos: experiência humana; comportamento social; fenómeno geográfico; recurso; negócio; indústria. O progresso do conhecimento científico sobre o fenómeno turístico é uma realidade evidente. Os conteúdos dos planos de estudos refletem a diversidade de áreas das ciências porque esta matéria está no cruzamento de contributos científicos muito próximos de uma perspetiva multidisciplinar. É possível concluir

que se trata de um esforço conjunto de investigação dos vários especialistas em Turismo, de publicação de estudos em vários formatos, de organização da comunidade académica, de realização de seminários, conferências e outras ações, e de análise da informação estatística.

No âmbito do planeamento curricular é, igualmente, importante a identificação dos intervenientes na educação e seus interesses específicos, que constitui uma estratégia imprescindível à eficiência do sistema educativo. Os agentes educativos importantes são os estudantes, os empresários e gestores da indústria, os gestores públicos e os docentes. Os alunos pretendem cursos de acordo com as suas expectativas socioprofissionais. A indústria procura profissionais com as qualificações adequadas para servir eficazmente o turista. O Estado e suas instituições públicas devem garantir um currículo escolar equilibrado e uma formação eficiente para o mercado de trabalho. O corpo docente influencia o currículo, trazendo-o para uma esfera mais académica/científica.

O compromisso entre intervenientes no processo curricular reflete as suas capacidades de influência e o currículo pode resultar de uma negociação equilibrada entre as partes envolvidas. Segundo a OMT (1995: 102-103) não é realista planificar um sistema educativo em Turismo que seja uniforme e único para os vários países. A finalidade da atuação comum é o estabelecimento de uma rede de estratégias, modelos e ações formativas, com vista a criar uma estrutura de transmissão de ideias e intercâmbios de experiências internacionais. De facto, o desenvolvimento do currículo implica uma auscultação cuidada aos intervenientes com interesses na educação. A diversidade destes agentes, que prosseguem os seus objetivos próprios, torna a sua articulação uma tarefa árdua mas fundamental para a solução equilibrada e eficaz para atingir os fins educativos. A instituição educativa, a empresa turística e a organização pública, devem constituir grupos de trabalho com o objetivo de pensar nas melhores metodologias de organização do currículo e nas estratégias mais eficazes de ensino, de modo a responder às necessidades e expectativas dos estudantes. A instituição escolar assume papel central na organização e na implementação do currículo. O sistema formativo em Turismo pretende dar resposta às necessidades de qualificação dos profissionais, nos vários setores da indústria e da administração pública.

A OMT (1997: 11-12) reconhece que no contexto competitivo da indústria turística a organização dos sistemas de educação e formação está sujeita a crescentes pressões provenientes do ambiente externo. Nesta ótica, a abordagem educativa e curricular, a nível de GT, deve visar a maior competitividade dos vários setores desta indústria. O estudo realizado pela OMT revela que o grau de satisfação do painel de empregadores é médio e baixo, o que reflete o descontentamento com as qualificações dos empregados (tabela 1).

Tabela 1 - Grau de satisfação dos empregadores

Satisfação	Receção	Supervisão	Gestão média	Gestão superior
Percentagem de empregadores satisfeitos com a qualificação dos seus empregados	30	31	39	44

Fonte: OMT (1997: 60)

A tabela 2 apresenta as opiniões manifestadas por empregadores sobre o interesse da educação e formação de base dos profissionais do turismo, por níveis de categorias profissionais, como sendo uma condição *sine qua non* para a competitividade. Consta-se facilmente que a GT é uma área de conhecimento muito importante a um nível de formação cada vez mais avançado.

Tabela 2 - Grau de importância da educação de base por nível profissional

Importância	Receção	Supervisão	Gestão média	Gestão superior
Muito importante	23	35	63	69
Importante	41	49	30	21
Indiferente	30	12	6	7
Não importante	6	3	1	2

Fonte: OMT (1997: 64)

O número de iniciativas de formação promovidas por empresários turísticos (tabela 3) é mais elevado a nível de gestão (média e superior), quando comparado com os valores médios percentuais registados a nível de supervisão (21%) e de receção (24%). Porém, a análise regista a falha na identificação das necessidades profissionais das empresas.

Tabela 3 - Esquema formativo desenvolvido por empregadores

Área de estudo	Receção	Supervisão	Gestão média	Gestão superior
Gestão financeira	13	26	37	38
Contabilidade	43	46	41	41
Comunicação interpessoal	23	49	56	56
Gestão	20	33	48	48
Marketing	49	51	40	40
Motivação	56	48	34	34
Outras áreas de formação	8	10	8	11
Percentagem relativa aproximada	21	24	27	27

Fonte OMT (1997: 71)

De acordo com Brotherton *et al.* (1994: 111), a organização do currículo encara dois problemas: a falta de informação relativa às técnicas e aos conhecimentos da indústria turística; e a falta do esquema organizacional representativo da educação e da indústria, com vista à validação mútua do currículo escolar. Os representantes da indústria referem a necessidade de uma força laboral com conhecimentos técnicos do setor para o desempenho eficiente no emprego. A parceria na conceção curricular pode resolver alguns problemas estruturais dos recursos humanos, proporcionando a melhoria das condições do trabalho e dos níveis salariais. Sem dúvida, o estágio é uma oportunidade para fomentar a cooperação, por estar incorporado na estrutura curricular do curso e proporcionar uma experiência prática de formação *in loco* no turismo. Machado (1999: 52) afirma que “olhar o estágio como um espaço entre a teoria e a prática, é olhá-lo enquanto espaço integrador, que permite criar a distância reflexiva em relação às nossas próprias teorias implícitas”. O estágio pressupõe uma contínua reflexão, sobre o que se é e o que se gostaria de ser, sobre a realidade e a idealidade.

A *Tourism Society* (Cooper *et al.*, 1994: 115) defende a introdução do currículo mínimo comum como a tentativa para desenvolver a base consensual no ensino do Turismo. Esta tipologia curricular ajuda os estudantes a compreender melhor a natureza do curso, a indústria a adequar as suas expectativas às qualificações dos graduados e os educadores a estruturar os conteúdos. O *core body of knowledge* proposto pela *Tourism Society* (cf. Cunha, 2003: 66) integra várias noções do turismo: conceitos; desenvolvimento histórico; determinantes e motivações; medidas estatísticas e dimensões; significados; setores integrantes; marketing; planeamento físico e desenvolvimento; organização; finanças. O desenvolvimento do corpo de conhecimentos deve ser flexível, dada a multiplicidade de abordagens europeias (Richards, 1998: 3). É importante a definição das áreas nucleares e

das especificidades turísticas pelas instituições educativas. O currículo mínimo comum é uma questão delicada no contexto europeu, por haver dúvidas relativamente à legitimidade desta estratégia. Apesar do movimento generalizado para a harmonização das qualificações, Richards questiona-se sobre se há: currículo mínimo comum em matéria de Turismo e Lazer; conteúdos desse currículo mínimo; controlo sobre os atuais conteúdos; adoção do termo internacional e/ou europeu. Os objetivos educativos nesta matéria são diversos, dependendo sempre do modelo dominante de organização curricular. A pesquisa científica está associada aos objetivos visados pelo ES, enquanto os objetivos mais específicos se prendem com a formação de tendência profissionalizante nos setores turísticos. Os objetivos curriculares valorizam as componentes educativas, no topo do sistema, e as componentes operativas na sua base.

A natureza social e cultural do fenómeno turístico influencia o sistema educativo, bem como a crescente exigência de profissionalização dos recursos humanos, com vista a responder eficazmente ao sistema produtivo. É difícil sintetizar a essência de um currículo e descrever os diferentes conteúdos como obrigatórios ou opcionais (Cooper *et al.*, 1994: 123). Na realidade, a organização de um programa pode centrar-se nas perspetivas económicas dos setores da indústria turística e/ou nos conhecimentos das disciplinas tradicionais que interagem com o sistema turístico. Sanz (1995: 76) refere que o estabelecimento de uma licenciatura em Turismo abrange diversos conteúdos programáticos, com vista à aproximação dos alunos à carreira de Técnicos de Empresas e Atividades Turísticas. A investigação realizada pela OMT (1997: 63) revela as áreas de estudo prioritárias, por nível profissional (tabela 4). A área do Turismo é a preferida, exceto a nível de gestão superior, que é ultrapassada pela área de negócios.

Tabela 4 - Importância da educação e formação

Áreas	Receção	Supervisão	Gestão média	Gestão superior
Negócios	19	30	38	44
Turismo	42	46	44	35
Artes liberais	38	22	15	17
Outras	1	2	2	3

Fonte: OMT (1997: 64)

Os cursos de Turismo têm uma predisposição para a gestão dos negócios ou para as Ciências Sociais. A diversidade de disciplinas no Turismo reflete a amplitude das qualificações académicas e das experiências de trabalho dos educadores (Cooper *et al.*, 1992: 236). Segundo King (1994: 270), as universidades de países em vias de desenvolvimento incluem o Turismo em faculdades de Estudos Empresariais ou de Ciências Sociais. O curso da Universidade do Pacífico Sul requer uma cooperação entre as Ciências Sociais, com a sua perspetiva mais incrédula do desenvolvimento turístico, e os estudos dos negócios turísticos, numa abordagem pragmática às técnicas de prestação do serviço turístico. A falta de consenso em torno do carácter científico das Ciências Sociais não impossibilitou o seu interesse para compreender e explicar os problemas da humanidade. Para a OMT (1995: 11), o turismo é uma área de investigação incluída nessas questões sociais, mas ainda não constitui uma ciência social entendida como corpo metódico. É uma disciplina em desenvolvimento, na qual convergem muitas Ciências Sociais, conferindo-lhe a característica da interdisciplinaridade.

Muitos autores defendem modelos de análise integral do turismo como Gunn (1998: 74-75), para quem a pluralidade dos currículos não inclui a grandeza do fenómeno, muitos evidenciam apenas a indústria do alojamento. As universidades criaram demasiados modelos de organização dos conteúdos curriculares (Gunn, 1992: 266). Churchward *et al.* (2002: 78) analisam a relação da indústria turística com a formação profissional,

com o objetivo de examinar o conteúdo de cada profissão e a sua ligação à oferta de cursos. As áreas de conhecimento valorizadas pelos profissionais são apresentadas na tabela 5, associadas à gestão da indústria, permitindo compreender a dimensão dos negócios turísticos.

Tabela 5 - Áreas de conhecimento requeridas no trabalho

Posição	Variável	Frequência N=153	Posição	Variável	Frequência N=153
1	Marketing	61	9	Tecnologias de Informação Geografia	13 13
2	Recreio e Lazer	50	10	Transportes	7
3	Negócios e Finanças	42	11	Sociologia Psicologia	6 6
4	Economia	27	12	Antropologia	4
5	Gestão de Recursos Humanos	18	13	Agricultura e Desenvolvimento Agrário	3
6	Administração Hoteleira	17	14	Ciência Política Direito	2 2
7	Planeamento Regional e Urbano	15	15	Ecologia	1
8	Educação	14			

Fonte: Churchward *et al.* (2002: 81)

2. Perfil dos cursos superiores em Turismo

De acordo com Paredes (1997: 193), o Ministério Espanhol da Educação e Ciência identificou as competências requeridas aos futuros diplomados, mediante estudo e análise dos processos produtivos. O estabelecimento das qualificações foi possível pela colaboração dos profissionais, que identificaram e definiram as inerentes a cada setor (Paredes, 1995: 83). Para Almeida (2000: 4), este perfil representa um referencial de competências mobilizáveis para cada uma das funções do nosso setor de atividade, composto por saberes-fazer técnicos, por saberes em termos de conhecimento, e por saberes-fazer sociais e relacionais, requeridos para o desempenho de cada função e que globalmente, e cada vez mais, requerem, em comum, e para todas as funções, algumas características de base. Os objetivos prioritários têm de ser definidos e, na sequência da sua enunciação, deve-se pensar o tipo de resposta a dar pelos perfis profissionais, em termos da harmonização no desenvolvimento das qualificações profissionais, a nível da UE.

A formação superior em Turismo registou, desde o seu início em 1986, um acentuado crescimento, quer em termos de oferta de cursos, quer de procura pelos candidatos. Segundo Gonçalves *et al.* (2005: 7-9), pode considerar-se que as competências (tabela 6) a adquirir em qualquer formação superior, nesta área, devem ser adequadas ao grau conferido, e também relacionar-se com: a supervisão de operacionais e/ou responsabilidade pela aplicação e transmissão de um saber pericial especializado de nível médio-superior (1º ciclo); a gestão ou direção de unidades empresariais ou áreas institucionais; e/ou a responsabilidade pela resolução de problemas e pela apresentação de soluções na implementação de tarefas de saber pericial especializado de nível superior, envolvendo reflexão sobre o saber especializado (2º ciclo). Em ambos os ciclos, observa-se a presença de competências gerais de natureza: instrumental e de enquadramento da atividade; interpessoais e de gestão de recursos humanos; e sistémicas e conceptuais; a investigação aprofundada sobre determinado aspeto do conhecimento sectorial, de âmbito geral e/ou aplicada, cujo sucesso se traduz não em competências pré-determinadas e formatadas, mas antes numa elevada qualificação pessoal (3º ciclo).

Tabela 6 - Perfis profissionais

Subáreas	Perfil	Subsistema	Prescritores dos principais atos
Turismo	Técnico de Turismo (generalista)	Universidade e Politécnico	Coordenação e operacionalização de atividades/operações turísticas em instituições públicas e privadas
	Técnico de Turismo (especialista)	Universidade e Politécnico	Conceção, organização e gestão de operações turísticas especializadas
	Guia Intérprete Nacional*	Universidade e Politécnico	Profissional de informação turística capaz de interpretar e comunicar o território turístico e acompanhar turistas em grupo ou individuais
	Guia Intérprete Especialista**	Universidade e Politécnico	Guia Intérprete Nacional especializado em regiões e/ou produtos (ex: Correio de Turismo*, Guia de Arte, Guia do Património Natural, Guia de Museu, etc.)
Hotelaria	Técnico de Gestão Hoteleira*	Universidade e Politécnico	Coordenação e controlo das diferentes áreas funcionais das empresas/unidades de alojamento e direção de unidades de média e pequena dimensão
	Diretor de Hotel*	Universidade e Politécnico	Direção e administração de diferentes tipos de empresas/unidades de alojamento de grande dimensão.
	Técnico de Produção Alimentar em Restauração	Universidade e Politécnico	Gestão da produção alimentar e controlo de qualidade em restauração social ou coletiva
	Gestor de Restauração**	Universidade e Politécnico	Direção e administração de unidades de restauração social ou coletiva
	Chefe de Cozinha***	Universidade e Politécnico	Gestão da produção alimentar em unidades de restauração social de nível superior, utilizando procedimentos e tecnologias conducentes à inovação e à preservação de elevados padrões gastronómicos

Fonte: Gonçalves *et al.* (2005: 6); * Perfil que dá acesso a profissões certificadas; ** Perfil que dá acesso a profissões que deveriam ser certificadas; *** Perfil que dá acesso a profissão que carece de certificação ao nível superior e que já o é ao nível profissional.

O turismo baseia-se num conjunto de atividades de serviços na atual civilização do ócio, entendido como fenómeno complexo que inclui variáveis culturais, económicas, ecológicas, políticas, sociais, tecnológicas, entre outras. As suas diversas definições tendem a refletir as opiniões dos profissionais dos vários setores envolvidos e dos restantes intervenientes na educação turística. Estes pressupostos ajudam a compreender as competências específicas necessárias à formação superior (cf. Gonçalves *et al.*, 2005: 12-17). Para o primeiro ciclo, são definidas como adequadas as competências de natureza mais genérica, enquanto que se preconizam formações mais específicas para o segundo, necessariamente associadas à aquisição de competências a nível da gestão de recursos e produtos, de destinos e mercados, e ainda de outros domínios funcionais.

A Gestão Hoteleira engloba um vasto conjunto de conhecimentos que obriga a diferenciar a formação em pelo menos dois níveis: gestão de topo – direção/administração das empresas ou unidades hoteleiras e, especialmente no caso destas últimas, pelo planeamento, coordenação e controlo das atividades das diferentes áreas funcionais; gestão operacional ou funcional – responsável pelo desenvolvimento e implementação das políticas e planos de ação de cada área/departamento (direção de alojamento, alimentação e bebidas, comercial, que suportem os objetivos estratégicos definidos pela gestão de topo.

A caracterização dos perfis de qualificação das figuras profissionais do setor pretende alcançar alguma normalização na descrição das tarefas realizadas pelas diversas figuras profissionais, procurando-se seguir a sequência lógico-temporal do respetivo processo de trabalho, adotando para todas elas, o mesmo eixo de referência: interface a montante; preparação da produção; produção; interface a jusante”. A nível nacional destacam-se dois estudos

setoriais (INOFOR, 1999; IQF, 2005): Hotelaria em Portugal: Evolução das Qualificações e Diagnóstico das Necessidades de Formação no setor da Hotelaria; Turismo em Portugal: Evolução das Qualificações e Diagnóstico das Necessidades de Formação.

O estudo Perfis Profissionais Prospetivos para o Setor da Hotelaria em Portugal (INOFOR, 1999) sugere que ao nível da gestão de topo (Diretor de Hotel) e da gestão funcional (Diretor de Alojamento e Diretor de Alimentação e Bebidas), os perfis apresentam como requisito preferencial a formação superior na área da Hotelaria, sendo fundamental possuir experiência em alojamentos e em alimentação e bebidas, respetivamente. Os diplomados do primeiro ciclo adquirem as competências necessárias ao desempenho de funções qualificadas a nível de diversas chefias intermédias, em grandes e médias unidades hoteleiras. Podem desempenhar funções de assistente de direção, no caso de PME ou de gestor de micro unidades. Para o segundo ciclo reservam-se as competências exigidas a um diretor de hotel e seus requisitos. Este estudo caracteriza o setor nos domínios da economia, do emprego e da formação, no sentido de sustentar a construção de perfis profissionais e o diagnóstico das necessidades de formação. A evolução do turismo a nível internacional pode refletir-se em Portugal em termos de crescimento da economia, do desenvolvimento das regiões e da dinamização do emprego, entre outros impactos igualmente importantes. É este potencial de crescimento que determina a importância estratégica do Turismo e, mais concretamente, da Hotelaria para Portugal.

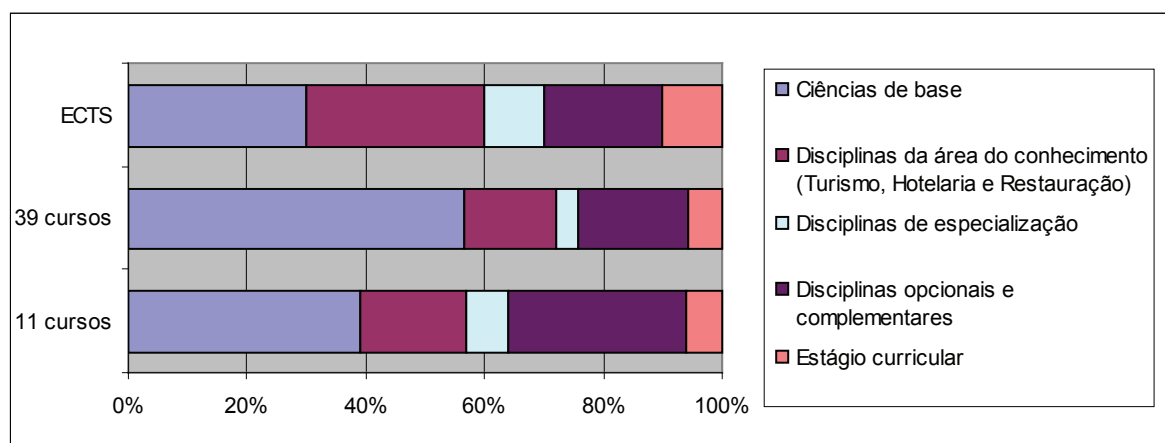
A tendência para formas de alimentação que não privilegiam apenas a saúde, mas que conciliam o prazer e o lazer, o aumento do consumo das refeições fora de casa, a consolidação de novos hábitos alimentares ou a crescente relação de importância do consumo como forma de distinção social, colocam grandes desafios à restauração e à qualificação dos seus recursos humanos. As funções destes profissionais desenvolvem-se a dois níveis: a nível da gestão: planejar, organizar, implementar e controlar ações diretamente relacionadas com a esfera de intervenção das unidades de restauração, com especial destaque para capacidades no domínio dos recursos humanos e comercial – no domínio dos recursos humanos cabe dirigir, animar e coordenar equipas de trabalho, assegurar a gestão do pessoal e participar na formação profissional bem como assegurar o respeito pelas normas de higiene e segurança, e no domínio comercial interessa gerir as relações comerciais e os contratos com os clientes, controlar a evolução das vendas, garantir a satisfação dos clientes e promover as atividades da empresa; a nível da produção: controlar a qualidade da produção alimentar, tendo especial atenção ao cumprimento das Boas Práticas de Fabrico (BPF) e implementação de sistemas do tipo HACCP (Análise de Riscos por Controlo de Pontos Críticos); assegurar os equilíbrios nutricionais e o valor biológico dos alimentos; aplicar novas técnicas de cozinha e produção alimentar, inovando e valorizando as refeições do ponto de vista gastronómico. Neste sentido, os diplomados na área da restauração devem ser capazes de desempenhar cargos de organização, direção e gestão de cozinhas e outras unidades de restauração alimentar (incluindo diferentes tipos tanto a nível da restauração social como coletiva), nomeadamente na produção e confeção, higiene, gastronomia, nutrição e gestão da produção. As competências a adquirir compreendem as funções operacionais (saber-fazer) alargando-se ao domínio da gestão da produção alimentar (saber coordenar) e da conceção (saber criar). Os diplomados do primeiro ciclo deverão adquirir as competências necessárias ao desempenho de funções qualificadas de gestão sectorial, ou de direção em unidades de pequena ou média dimensão. Para o segundo ciclo reservam-se as competências inerentes a dois perfis diferenciados, sendo um vocacionado para a gestão de unidades de produção alimentar e o outro para as artes culinárias.

Hoje, a importância da qualidade esperada como um resultado dos processos educativos e formativos é inquestionável. Porém, a diversidade de práticas curriculares e de ensino tornam mais difícil a análise dos indicadores necessários à avaliação dessa qualidade que, por sua vez, depende de inúmeros fatores. A natureza do serviço educativo e a diversidade dos objetivos, conteúdos, métodos de ensino, entre outros componentes curriculares, tornam esta tarefa num verdadeiro desiderato para os agentes educativos, particularmente os da comunidade académica em Turismo. A análise da qualidade educativa exige refletir-se sobre o desenvolvimento curricular e a investigação em educação, nesta matéria científica.

O desenvolvimento curricular nos cursos de formação inicial de nível VI (1º ciclo do ES) constitui um objeto essencial a analisar neste artigo. Considera-se que se chegou ao auge da necessidade de investigar esta área no ESP, pois é uma matéria académica importante em termos quantitativos e, daí, ter sido uma área escolhida para uma avaliação e acreditação integral pela A3ES no ano letivo 2012-13.

Para Salgado (2007: 390) é necessário ser rigoroso no planeamento curricular, que começa pela definição de princípios com vista à melhor estrutura e, subsequentemente, eficaz implantação de cada curso. Neste sentido, interessa conhecer as diversas áreas científicas que incluem as disciplinas do plano de estudos e, também, saber qual foi o critério que presidiu à escolha das mesmas. Verifica-se que esses pressupostos científicos nem sempre têm sido respeitados, visto que apenas 11 (31,4%) cursos possuem a necessária fundamentação curricular, supondo-se que esta assentou em princípios de organização científica, como seria de esperar. Comparando, contudo, a distribuição da sua percentagem com a prescrita pelo modelo apresentado pelo grupo de trabalho do Turismo, verificam-se algumas discrepâncias. Este grupo pretendeu adequar os cursos do Turismo ao PB, que postula uma formação de licenciatura em seis semestres (180 créditos). E verifica-se que as disciplinas da área do conhecimento e de especialização (cf. Gráfico 1) apresentam um défice de 15%, em relação ao modelo proposto por esse grupo de trabalho. Considerando o universo dos 39 cursos (1684 disciplinas), que funcionaram no ano letivo de 2003/04, constata-se que o défice é maior no respeitante às disciplinas específicas de formação em Turismo (19,4%). Também, as ciências de base têm maior importância nesses 39 cursos (56,4%) se comparadas com o modelo de distribuição percentual de ECTS por áreas (30%). No caso dos 11 cursos verifica-se uma descida para os 39%, aproximando-se do modelo proposto para a reestruturação curricular. Conclui-se que a organização prévia das áreas científicas, a incluir no currículo, conduz a uma solução mais equilibrada para qualquer curso. É uma metodologia indispensável à organização atual dos currículos dos cursos, de acordo com os modelos de organização curricular e, também, com as orientações, quer da tutela do ES, quer dos grupos de trabalho criados para garantir a melhor inserção institucional no PB, que torna mais interativo o espaço europeu neste âmbito educativo.

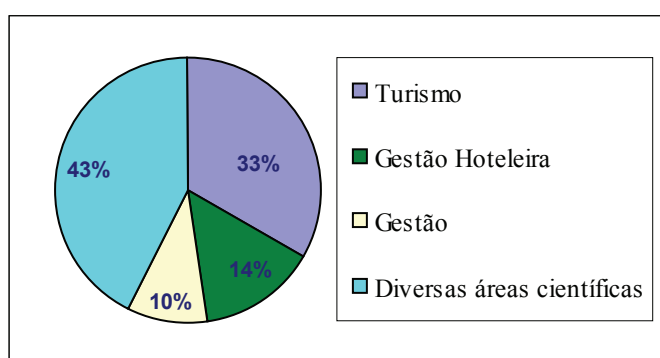
Gráfico 1 - Distribuição das disciplinas e de ECTS por áreas (1º ciclo – licenciatura)



As cinco áreas atrás referidas, sendo de natureza mais genérica, subdividem-se em trinta matérias científicas, no que concerne aos já referenciados 11 cursos (Salgado, 2007: 391). Neles existe uma ampla diversidade nas designações dessas matérias, o que indica, uma vez mais, a excessiva fragmentação dos grupos curriculares que constituem os *curricula* em Turismo. Os dados não foram agregados porque se deseja revelar a verdadeira dimensão da referida diversidade de designações. É uma abundância também confirmada no universo dos 39 cursos. Este diagnóstico revela mais um desafio relevante a resolver pela comunidade científica, em reunião que congregue os responsáveis de curso e, assim, todas as experiências que sejam reveladoras das melhores práticas académicas. Na realidade, é mais um forte argumento em defesa da tese que visa implementar uma sólida estrutura organizacional em rede no ESP do Turismo.

A análise das áreas científicas fundamentais assume uma importância essencial na estrutura do currículo (Salgado, 2007: 392). O gráfico 2 apresenta as áreas detetadas, sendo que Turismo representa 33%, a Gestão Hoteleira 14% e a Gestão 10%. Com apenas um registo, surgem as seguintes áreas científicas: Turismo e Desenvolvimento; Planeamento Turístico; Planeamento de Desenvolvimento Turístico; Línguas, História e Geografia; Línguas; Humanidades; Hotelaria; Gestão de Alimentação e Bebidas; Cultura. A tendência para a diversidade de designações reforça-se também na área nuclear, o que constitui um argumento, pela negativa, sobre a necessidade de promover a organização em rede da formação e investigação em Turismo. Tal permitirá a obtenção de uma maior uniformidade, fundamental para o reconhecimento do Turismo como disciplina académica. A unidade de perspectiva é um objetivo do trabalho de adequação dos cursos, que obriga à definição rigorosa da área científica nuclear em cada um deles, subscrita pela tutela como norma fundamental a ter presente pelas IES.

Gráfico 2 - Áreas científicas consideradas nucleares no currículo



Também se recolheram dados sobre a natureza e orientação dos cursos (Salgado, 2007:395). A cuidada organização científica dos currículos verifica-se apenas em 31,4% dos cursos, onde é possível desvendar alguma desvalorização das disciplinas da área do conhecimento e de especialização em Turismo, em relação ao modelo proposto pelo grupo de trabalho do PB. Contudo, quando a análise abrange o universo de 39 planos de estudos, ela mostra que o défice aumenta consideravelmente. A ampla diversidade das designações nas áreas científicas determina uma excessiva fragmentação das matérias. Por exemplo, a área científica nuclear é referida por somente 60% dos responsáveis e o Turismo recolhe cerca da terça parte das referências. De acordo com esta opção, as razões estão, essencialmente, associadas à natureza do próprio curso (30%). Quando se trata de interpretar o fenómeno turístico, existem atores académicos que sobrevalorizam a vertente económica sobre a social ou vice-versa, situação que se projeta nos cursos. A estrutura do currículo reflete, sempre, a tendência que lhe subjaz. O que se constata é que na orientação curricular predominante as Ciências Empresariais (60%) excedem as Sociais (40%). Porém, a falta de uma centralidade unânime no Turismo (ou numa das suas componentes – ex. Hotelaria) e de uma circunção adequada das áreas científicas que contribuem para o currículo multidisciplinar, compromete os objetivos do ES nesta área. Este estudo só poderá ser realizado no contexto nacional e integrar os responsáveis de curso, que manifestam o interesse e a utilidade de atuar em rede, nomeadamente para resolver o ainda problemático enquadramento científico que conduz à variedade de modelos organizativos do currículo.

A necessidade de normalização curricular e de harmonização de qualificações é reflexo da excessiva diversidade. O currículo mínimo comum garante resultados formativos comparáveis, de modo a responder mais eficazmente aos requisitos profissionais do mercado de emprego. O esquema da normalização das qualificações está relacionado com os perfis padrão nos empregos. A centralidade e a liberdade de organização curricular constituem tendências díspares, com debilidades e potencialidades que continuarão a dividir os especialistas. Os objetivos curriculares assumem uma natureza ampla e complexa e resultam da necessidade de estabelecer metas, com base nos critérios justificativos. Numa análise macro, os objetivos estão associados à compreensão e resolução de problemas do turismo no seu relacionamento com a economia e a sociedade, extensível também à problemática da formação dos profissionais.

3. Avaliação e acreditação da oferta formativa no Turismo

O acompanhamento permanente dos resultados académicos constitui uma tarefa indispensável de quem planifica e coordena as ações formativas. A avaliação é o estudo sistemático e objetivo do planeamento, da implementação e da análise dos resultados, ainda em curso ou obtidos. Assim, os propósitos da avaliação são melhorar a política e as intervenções na educação em Turismo, na assunção que a garantia da qualidade implique um “conjunto de ações planeadas e sistemáticas (consideradas) necessárias para providenciar a confiança adequada que um produto ou serviço irá satisfazer os requisitos dessa qualidade” (Borahan and Ziarati, 2002: 914).

Na atualidade tem-se tornado cada vez mais evidente e importante a necessidade de avaliar a qualidade dos programas de Hotelaria, Turismo e Lazer (Horng, J.-S., Teng, C.-C., & Baum, T. (2009). Concomitantemente Becket and Brookes (2006) referem que a avaliação deve contemplar medidas quantitativas e qualitativas para assegurar consistência entre a qualidade de ensino e os objetivos governamentais. A avaliação e a melhoria da qualidade equacionam atividades que requerem apoio, comunicação e consistência, pois tenta satisfazer as necessidades dos stakeholders, assim como ajuda as escolas a estabelecerem objetivos futuros que possam ir ao encontro das expectativas da indústria.

A seleção dos métodos mais eficazes para avaliar a formação em Turismo deve ser justificada. Fayos-Solá (1995: 17) indica que a metodologia da avaliação deve ser rigorosa. Não é apenas uma questão de encontrar as falhas mas de as especificar num mapa tridimensional (diversidade de setores da atividade turística, variedade de ocupações em cada setor, variedade de elementos institucionais e culturais das regiões turísticas mundiais). Nesta fase do desenvolvimento curricular interessa a análise da qualidade global do processo educativo e a monitorização das fases intermédias, através do estudo dos resultados intercalares. A acreditação e a validação dos currículos são desafios recentes que carecem de maior experimentação. Por exemplo, a empregabilidade registada pode, eventualmente, ser assumida como um indicador do sucesso formativo dos cursos.

Rosa e Sarrico (2008: 380) apontam que “o objetivo da avaliação da qualidade tem vindo a ser deslocado de uma lógica de melhoria da qualidade (do ensino superior) para uma de prestação de contas (das instituições de ensino superior) – o primeiro objetivo sendo essencialmente perseguido por académicos e instituições de ensino superior e o segundo pelos governos”. De facto, a avaliação da qualidade num currículo, mais que uma necessidade fruto de um conjunto de mudanças emergentes no ensino, é um processo de procura crescente de autonomia, de avaliação de diferentes alternativas e graus de exigência por parte não só das IES como, inclusive, por toda a sociedade.

Neste contexto, não é de estranhar que a atenção dos países europeus e da Europa, em si mesma, tenha recaído sobre o desenvolvimento de modelos e sistemas de avaliação da qualidade que apontam claramente para as qualidades extrínsecas do ES, ou seja, das qualidades encontradas nos serviços fornecidos à sociedade pelas IES (Van Vught, 1994).

Douglas Bennett (2001) considera que “a única abordagem válida para avaliar a qualidade do ensino é baseada na mais-valia, ou seja, o que é acrescentado aos estudantes, capacidades ou conhecimentos, como consequência da sua educação numa determinada faculdade ou universidade, ou, simplesmente, a diferença que uma instituição de ensino superior faz na educação de um aluno”.

Nesta conjunção a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) considera a importância do contexto, embora reconheça a dificuldade em conseguir mensurar esta premissa. No modelo proposto relativo aos resultados de aprendizagem dos alunos refere que estes “são um produto compósito das condições de entrada e do meio ambiente no qual a aprendizagem ocorre” (OECD, 2009: 4). Sendo que as “condições de entrada” poderão ser as relativas aos conhecimentos anteriores do aluno, situação socioeconómica, e a componente do “meio ambiente” contemplar os locais onde as aprendizagens se desenvolvem, currículo do curso, metodologias pedagógicas adotadas, comportamentos de aprendizagem dos alunos, entre outras.

A noção de qualidade funciona como um princípio orientador do currículo em Turismo. As características da prestação de serviço influenciam a qualidade total da experiência turística e dependem da formação e qualificação dos recursos humanos; pela profundidade dos contactos entre o cliente, o prestador do serviço e a empresa.

De acordo com Amaral (2012), a abordagem pela melhoria da qualidade torna-se mais apetecível aos académicos, pois permite que tenham uma alternativa compatível com as normas e valores académicos, criando uma ponte com a qualidade, permitindo que intervenções externas intrusivas sob o pretexto de sistemas de auditoria rígidas não sejam implementadas.

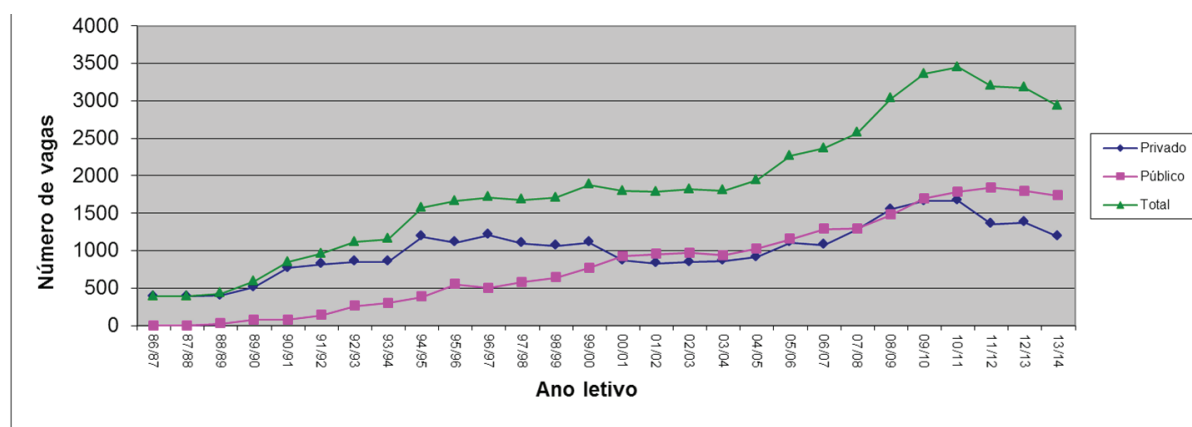
Neste âmbito, e atendendo à égide legal sobre as questões de avaliação e acreditação, surge o Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de agosto que alude no artigo 52.º, que a acreditação de um ciclo de estudos consiste na verificação do preenchimento dos requisitos legais exigidos para a sua criação e funcionamento. A acreditação abrange todos os estabelecimentos de ES e todos os ciclos de estudos conferentes de grau académico, consubstanciando e objetivando, desta forma, um quadro normativo que salvaguarda as premissas e indicadores fundamentais e necessários à acreditação de um ciclo de estudos. Assim levanta-se apenas o véu às importantes e complexas questões relativas à avaliação e acreditação no ES, que continuarão a ser aprofundadas pelos autores.

4. Importância da área da Gestão Turística

No seguimento da análise teórica efetuada nos pontos anteriores e de forma a permitir um contributo reflexivo e um enquadramento do conhecimento da importância da GT no espetro do Turismo no ESP, nos subsistemas universitário e politécnico, quer nos setores público quer privado, abordar-se-ão um conjunto de indicadores que procuram responder a algumas questões estruturantes.

Neste sentido, e fazendo ligação a estudos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito do Turismo (cf. Salgado, 2007), interessa analisar a oferta formativa global dos cursos do 1º ciclo do ESP, pelo que se apresenta no gráfico 3 a oferta de vagas disponibilizadas pelas IES. Estamos em presença de uma série estatística de 28 anos letivos que mostra a evolução e a importância quantitativa desta área científica.

Gráfico 3 – Vagas no ESP na área do Turismo



No âmbito do presente trabalho e tendo por base as nomenclaturas das licenciaturas existentes no ESP considera-se que os cursos no domínio da GT situam-se nas seguintes áreas de estudo da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF; Portaria n.º 256/2005, de 16 de março): 342 - Marketing e Publicidade; 345 - Gestão e Administração; 811 - Hotelaria e Restauração; 812 - Turismo e Lazer, conforme se confirma na tabela 7. Na abertura do ano letivo 2013/14 contabiliza-se um subtotal de 1354 vagas neste subdomínio da GT do total de 2925 da área do Turismo, a que corresponde cerca de 46% dessa oferta do ES. Desde logo podemos compreender

sobre a grande importância que estes cursos assumem nesta oferta formativa nas 4 áreas da CNAEF e nos 2 setores em apreço. Regista-se que apenas 2 universidades privadas (Europeia e Lusófona) oferecem cursos na GT, pelo que o ensino politécnico é predominante.

Tabela 7 – Licenciaturas na área da Gestão Turística

Nome da instituição	Nome do curso	Área de estudo	Vagas
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Marketing Turístico (regime de ensino a distância)	Marketing e Publicidade	20
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Marketing Turístico	Marketing e Publicidade	35
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Gestão de Eventos	Gestão e Administração	27
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Gestão Turística e Hoteleira	Gestão e Administração	50
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Gestão Turística e Hoteleira (regime pós-laboral)	Gestão e Administração	28
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Direcção e Gestão Hoteleira	Gestão e Administração	60
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Direcção e Gestão Hoteleira (regime pós-laboral)	Gestão e Administração	55
Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão	Gestão e Administração Hoteleira	Gestão e Administração	45
Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova	Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração	32
Universidade do Algarve - Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo	Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração	40
Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Turismo e Hotelaria	Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração	44
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - Escola Superior de Gestão	Gestão de Actividades Turísticas	Turismo e Lazer	40
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - Escola Superior de Gestão	Gestão de Actividades Turísticas (regime pós-laboral)	Turismo e Lazer	40
Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova	Gestão Turística	Turismo e Lazer	27
Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	Gestão das Actividades Turísticas (regime pós-laboral)	Turismo e Lazer	75
Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	Gestão das Actividades Turísticas	Turismo e Lazer	36
Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego	Gestão Turística, Cultural e Patrimonial	Turismo e Lazer	23
Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Gestão de Tomar	Gestão Turística e Cultural	Turismo e Lazer	27
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Gestão do Lazer e Animação Turística	Turismo e Lazer	40
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Gestão Turística	Turismo e Lazer	60
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Gestão do Lazer e Animação Turística (regime pós-laboral)	Turismo e Lazer	40
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Gestão Turística (regime pós-laboral)	Turismo e Lazer	45
Instituto Superior Politécnico do Oeste	Gestão de Empresas Turísticas e Hoteleiras	Gestão e Administração	20
Instituto Superior de Administração e Línguas	Organização e Gestão Hoteleira	Gestão e Administração	45
Instituto Superior de Ciências da Administração	Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração	30
Instituto Superior de Educação e Ciências	Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração	30
Instituto Superior de Administração e Gestão	Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração	90
Universidade Europeia	Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração	160
Instituto Superior de Espinho	Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração	35
Universidade Lusófona do Porto	Turismo e Gestão de Empresas Turísticas	Turismo e Lazer	35
Instituto Superior D. Afonso III	Gestão Turística	Turismo e Lazer	20

Numa primeira análise, com base na tabela 8, podemos concluir que dos 70 cursos de 1º ciclo do Turismo 31 (42,3%) enquadram-se na GT, 22 deles são ministrados em IES públicas e 9 em privadas. As vagas no sistema público representam 66% do total de vagas existente na GT no ano de 2013/14, de um total de 1354. Outra observação óbvia é que uma ampla maioria destes cursos está a ser lecionada no subsistema politécnico e em IES públicas.

Tabela 8 - Número de vagas em 2013/2014 da GT

	Setor Público		Setor Privado	
	Nº de cursos	Vagas	Nº de cursos	Vagas
Subsistema Universitário	0	0	2	85
Subsistema Politécnico	22	889	7	380
Total	22	889	9	465

A análise aos currícula indicia que os cursos, em geral, compreendem muitas componentes disciplinares do *core* do corpo de conhecimento da área científica do Turismo nos domínios do Turismo e Lazer, da Hotelaria e Restauração, da Gestão e Administração aplicadas ao Turismo e Hotelaria. Contudo, continua-se a verificar uma diversidade significativa de subáreas científicas e componentes disciplinares, pelo que existe uma diversidade considerável nas designações dos cursos (14 diferentes nas 4 áreas da CNAEF?), sobretudo na área da GT, o que contribui para uma certa confusão e falta de legibilidade e comparabilidade nestas ofertas formativas, que resulta em parte de uma certa confusão da escolha das áreas científicas principais e secundárias das licenciaturas da GT e, conseqüentemente, do enquadramento científico e organização disciplinar das unidades curriculares. Assim, constata-se que 2 cursos públicos enquadram-se em Marketing e Publicidade, 8 em Gestão e Administração (6 públicos e 2 privados); 8 em Hotelaria e Restauração (3 públicos e 5 privados); e 13 no Turismo e Lazer (11 públicos e 2 privados). A já referida diversidade característica no subdomínio da GT levanta-nos um conjunto de questões relevantes às quais procuraremos dar algumas pistas nas conclusões.

Também se analisaram as provas de ingresso necessárias para efetivar a admissão a estes cursos da GT, sendo que se notam alguns desajustes, mormente as diferentes possibilidades disponíveis para os candidatos ingressarem em cursos da mesma subárea científica, pois as provas diferem (nalgumas situações substancialmente) entre IES. Neste contexto surgem provas como Economia, Geografia, Matemática Aplicada às Ciências Sociais, Matemática, Inglês, Português, História e Filosofia.

Numa análise preliminar à 1ª fase de candidatura ao ES em 2013/14 constatamos que houve uma taxa de colocação nos cursos públicos no Turismo de cerca de 72,2%, com 1253 colocados a nível nacional. Destaca-se que em alguns dos 10 cursos em funcionamento pós-laboral houve uma procura diminuta, facto que coloca em dúvida a sua viabilidade futura, porém a taxa de cobertura total neste regime foi de 74,7% resultante do preenchimento total de alguns cursos em áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Por sua vez, no subdomínio da Gestão Turística houve uma taxa de cobertura na colocação de estudantes na ordem dos 72,5%, com 645 colocados, pelo que é um indicador ligeiramente melhor face ao global do Turismo. Nota-se que existem 7 cursos em regime pós laboral neste subdomínio do Turismo, o que permite concluir que seria uma resposta à eventual maior procura da parte dos estudantes, porém 3 deles tiveram neste ano uma procura residual na 1ª fase, enquanto os restantes 4 encheram as vagas disponibilizadas. Os dados quantitativos disponíveis permitem facilmente concluir sobre a urgência de uma reorganização da oferta formativa no ESP no Turismo e que também considere a especificidade dos cursos de perfil mais especialista do subdomínio da GT.

Conclusões

O crescimento do ESP conduziu progressivamente a uma diversidade de cursos na área do Turismo, bem como a diferentes conceções dos currícula no âmbito da GT, facto que coloca atualmente importantes desafios a uma área que representa cerca de 3,8% da oferta de vagas dos cursos superiores de licenciatura. Os estudos realizados pelos autores desta reflexão podem permitir algumas ilações necessárias à melhoria da política educativa a nível nacional, bem como para o trabalho realizado pela A3ES. Esta Agência encontra-se a ultimar decisões sobre a qualidade e o cumprimento dos requisitos legais pela maioria dos cursos superiores na área do Turismo, pois foram avaliados no ano letivo que terminou. Consideramos que o nosso objetivo em estudar o efeito da avaliação e acreditação nesta área científica fica aquém do desejado, pelo que esperamos poder analisar criticamente todos os efeitos dos resultados que vierem a ser publicados brevemente.

Destacamos o trabalho de Gonçalves *et al.* (2005) por ter pretendido servir de base à adequação dos cursos ao PB na área do Turismo. Este trabalho prescrevia que para o primeiro ciclo seriam definidas como adequadas as competências de natureza mais genérica, enquanto que se preconizavam formações mais específicas para o segundo, necessariamente associadas à aquisição de competências a nível da gestão de recursos e produtos, de destinos e mercados, e ainda de outros domínios funcionais. Ou seja, numa análise clara deste enquadramento seria de esperar que os cursos na GT fossem criados preferencialmente a nível de mestrado, contudo verificamos que 42,3% das licenciaturas se encaixam neste perfil mais especializado, sobretudo no ES Politécnico. Assim, mantem-se a questão de assumir se uma licenciatura na área do Turismo deve providenciar uma visão multidisciplinar ou se, por outro lado, uma perspetiva dominante das Ciências Empresariais, como acontece na GT. Esta é a eterna discussão entre o perfil generalista versus o perfil especialista no 1º ciclo. Permitam recordar a tabela 4 em que se indica que a vertente do Negócio se torna mais importante apenas na Gestão Superior enquanto nos outros níveis o core do Turismo é predominante. Assim, pela discussão feita neste artigo permitimo-nos equacionar o interesse da GT a nível do 1º ciclo do ES, pois os perfis profissionais no turismo, na hotelaria e na restauração, que devem estar em concordância com os perfis dos cursos nos vários níveis de ensino, devem ter as respostas adequadas do sistema educativo e formativo nacional.

Podemos considerar que até 2007 tivemos uma realidade de crescimento exponencial no Turismo no ES, bem como noutros níveis escolares. A partir desta etapa verificou-se a adaptação dos cursos aos requisitos inerentes ao PB pelo que se esperou uma certa normalização curricular e modernização pedagógica centrada no aprendente. Chegamos a 2013 entramos na 3ª etapa da avaliação e acreditação de toda a oferta formativa no ES no Turismo, pelo que esperamos que se verifique um esforço considerável na melhoria progressiva da qualidade desses cursos com vista à sua acreditação.

Esta reflexão possui algumas limitações, sobretudo as relativas à atualização das referências bibliográficas, que poderiam incluir trabalhos mais recentes que discutissem as consequências do PB na área científica do Turismo, quer em Portugal, quer noutros países, nos quais se faça uma diferenciação e valorização da subárea da Gestão Turística, de modo a servir de base a um modelo de enquadramento para uma gestão sustentável da oferta formativa existente e daquela que venha a ser criada.

A título de exemplo refere-se a criação do mestrado em Gestão do Turismo do IPCA e do IPP em 2015-16, que assumindo a natureza de um curso de 2º ciclo de vertente profissional, se insere nos ciclos de estudos adaptados ao ensino politécnico. Refira-se ainda que estas IES possuem licenciaturas em Gestão de Atividades Turísticas e, assim, este mestrado visará dar continuidade aos estudos, oferecendo uma resposta aos recém-licenciados das instituições para a continuação da sua formação. Este curso de mestrado em Gestão do Turismo visa também promover a integração do sistema de ensino e investigação destes Institutos, criando uma plataforma de desenvolvimento de projetos de investigação aplicada na área do Turismo.

O aprofundamento deste estudo de caso na região Norte e a análise aprofundada de outros cursos nacionais incluídos nesta subárea da Gestão Turística merece o nosso interesse de pesquisa, bem como a análise de processos análogos de acreditação de cursos desta subárea noutros países, com vista a permitir contribuir para a construção de um modelo que estruture a oferta formativa de ensino superior nas várias subáreas que podemos considerar no Turismo, quer numa organização a nível regional (NUT II) quer na nacional. Também ficámos mais conscientes sobre a necessidade de compreender o perfil profissional pretendido nos 3 ciclos do ES, pelo que se requer uma melhor compreensão e definição do âmbito e dos currícula dos cursos de modo a compreender a natureza e a importância desta subárea da Gestão Turística, bem como o nível mais adequado de aprofundamento tendo por base a dicotomia de uma formação genérica versus especializada.

Bibliografia

- ALMEIDA, A. (2000), *A Requalificação dos Recursos Humanos no Sector do Turismo*, BTL'2000, Lisboa: FIL.
- AMARAL, A. (2012), *Recent Trends in Quality Assurance*, Porto: Paper presented at the A3ES and CIPES Conference.
- BENNETT, D. (2001), Assessing Quality in Higher Education, *Liberal Education*, 87(2), pp. 1-4.
- BECKET, N. a. B., M. (2006), Evaluating Quality Management in University Departments, *Quality Assurance in Education*, 14(2), 123-142.
- BORAHAN, N. G. A. Z., R. (2002), Developing Quality Criteria for Application in the Higher Education Sector in Turkey, *Total Quality Management*, 13(7), 913-926.
- BROTHERTON, B., Woolfenden, G., Himmetoglu, B. (1994), Developing Human Resources for Turkey's Tourism Industry in the 1990s, *Tourism Management*, 15 (2), pp. 109-116.
- COOPER, C., Scales, R., Westlake, J. (1992), The Anatomy of Tourism and Hospitality Educators in the UK, *Tourism Management*, 13 (2), pp. 234-241.
- COOPER, C., Shepherd, R., Westlake, J. (1994), *Tourism and Hospitality Education*, Guildford: University of Surrey.
- COOPER, C., Fletcher, J., Gilbert, D., Wanhill, S. (1998), *Tourism: Principles and Practice*, 2nd Edition, Essex: Longman.
- CHURCHWARD, J., RILEY, M. (2002), Tourism Occupations and Education: An Exploration Study, *International Journal of Tourism Research*, 4 (2), pp. 77-86.
- CUNHA, L. (2003), Licenciatura em Turismo da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, *Revista de Humanidades e Tecnologias*, 9, pp. 77-88.
- Diário da República, Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de agosto, *Regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior*, INCM, 1.ª série-B, N.º 151, pp. 4749 - 4772.
- FAYOS-SOLÁ, E. (1995), *Education and Training in the New Age of Tourism: the Vision of the World Tourism Organization*, RICHARDS, G. (ed.), *European Tourism and Leisure Education: Trends and Prospects*, Tilburg: Tilburg University Press, pp. 3-15
- GONÇALVES, E., et al. (2005), *Implementação do Processo de Bolonha: PGTT*, Lisboa: CCISP.
- GUNN, C. A. (1992), The Need for Multidisciplinary Tourism Education, HAWKINS, D. E., Ritchie, J. R. B. (eds), *World Travel and Tourism Review - Indicators, Trends and Forecasts*, Wallingford: CAB International, 2, pp. 265-271.
- GUNN, C. A. (1998), Issues in Tourism Curricula, *Journal of Travel Research*, 26 (4), pp. 74-77.

- HORNG, J.-S., TENG, C.-C., & BAUM, T. (2009), Evaluating the quality of undergraduate hospitality, tourism and leisure programmes, *Journal of Hospitality, Leisure, Sport and Tourism Education*, 8(1), 37-54.
- IQF (2005), *O Turismo em Portugal: Evolução das Qualificações e Diagnóstico das Necessidades de Formação*, Lisboa: IQF.
- INOFOR (1999), *Hotelaria em Portugal: Evolução das Qualificações e Diagnóstico das Necessidades de Formação*, Lisboa: UNL/FCSH.
- KING, B. (1994), Tourism Higher Education in Island Microstates – The Case of South Pacific, *Tourism Management*, 15 (4), pp. 267-272.
- MACHADO, C. G. (1999), O Estágio Pedagógico na Formação Inicial de Professores: Um Espaço entre a Teoria e a Prática, entre a Idealidade e a Realidade, SPCE (ed.), *Investigar e Formar em Educação*, IV Congresso SPCE, Porto, 2, pp. 49-53.
- OECD (2009), *Analytical Framework for the Contextual Dimension of the AHELO Feasibility Study*, Paris: OECD.
- OMT (1995), *Educando Educadores en Turismo*, Madrid: Instituto de Turismo, Empresa y Sociedad y Universidad Politécnica de Valencia.
- OMT (1997), *An Introduction to Tedqual: a Methodology for Quality in Tourism Education and Training*, Madrid: OMT.
- PAREDES, P. G. (1995), La Formación Profesional Reglada en Hostelería y Turismo, *Estudios Turísticos*, 128, pp. 81-98.
- PAREDES, P. G. (1997), La Formación Profesional en Hostelería y Turismo dentro del Marco de la Reforma del Sistema Educativo en España, OMT (ed.), *El Capital Humano en la Industria Turística del Siglo XXI*, Madrid: OMT, pp. 191-201.
- RICHARDS, G. (1998), A European Network for Tourism Education, *Tourism Management*, 19 (1), pp. 1-4.
- ROSA, M., SARRICO, C. (2008), Qualidade e Acreditação no Ensino Superior: Modelos e Tendências Actuais. *Conselho Nacional de Educação*, pp. 377-402.
- SALGADO, M. A. B. (2007), *Educação e Organização Curricular em Turismo no Ensino Superior Português*, Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.
- SANZ, M. G. (1995), Ponencia de la Federación Española de Escuelas de Turismo, *Estudios Turísticos*, n.º 128, pp. 71-77.
- SMITH, S. L. J. (1989), *Tourism Analysis: A Handbook*, Harlow: Longman.
- VAN VUGHT, F. A. (1994), Intrinsic and Extrinsic Aspects of Quality Assessment in Higher Education, Changing Contexts of Quality Assessment: Recent Trends in West European Higher Education, *Management and Policy in Higher Education*, vol. 20, pp. 31-50.

THE ISLANDS AS TOURIST DESTINATION: BETWEEN THE REALITY AND IMAGINARY

- A BRIEF APPROACH

Adalberto Dias de Carvalho

ISCET

Resumo

As ilhas sempre exerceram um fascínio que se tornou uma força de atração importante. Muitas vezes envoltas em mistério, inspiraram mitos, histórias fantásticas e viagens, sempre, ou quase sempre, entre a realidade e a imaginação. Importa assim refletir sobre o seu potencial turístico, o que implica contudo abordagens cuidadosas acerca da complexidade natural e humana que está presente.

São estes aspetos de perfil antropológico que o presente texto procura suscitar

Palavras-chave: ilhas; turismo; utopia; imaginário.

Abstract

The islands have always exerted a fascination which became a huge force of attraction. Often surrounded by a seductive mystery, they inspired myths, fantastic stories and travels, always or almost always, between reality and the imaginary. Hence its huge tourist potential which deserves, however, careful approaches to the human and natural complexity that constitute them...

Keywords: islands; tourism; utopia; imaginary.

The world has 130 000 islands, all different in terms of characteristics and identities. There are large islands, countries that are islands and islands that form countries. There are small islands that coincide with tiny states, islands that remain as distant colonies from countries that still hold the power. There are densely populated islands, others are almost wild.

If history has made many of them paradises, others have become lands of exile and imprisonment...

But what is an island after all? "A piece of land surrounded by water from all sides," no more, as many of us have learned at school? Or will it be a simultaneously geographic, biological and human complex entity? What is the importance of collective and individual representations of its inhabitants about their own insularity? And what are the representations of the mainland inhabitants regarding the insular nature? What exactly is insularity while an anthropological phenomenon?

"Insularity - as Françoise Péron wrote, *Des îles et des hommes*, p. 239 - if we got to live it perfectly, it would be the best adapted way to man, as it fulfills his incessant and contradictory desire of openness and reflection, in a necessary attempt to search his unity. "The sea as horizon means: projection in the distant future and retraction for what is closer to us. And tourism can and should be enjoyment of the human condition ...

It is curious that, at least in the Latin languages, insularity and isolation have a common origin, which conditions the semantics of the term and of the concept. However, isolation is not necessarily a negative experience as it stimulates the encounter with ourselves. Hence, the islands can represent what every person has and is in the

depths of himself, that is the Human condition . In addition to the intimate encounter, they encourage the direction of the travel: the islander is the one who somehow comes and goes constantly to somewhere. Hence the “need for islands” , as some authors refer...

Thus, tourism whose goal are the islands - small or medium - should take advantage of their idiosyncrasy rather than change them, without further ado, into an object at the service of mass tourism, a procedure that, in time, will ultimately destroy those which are the foundations of their added value. That is, identities can coexist with evolution providing that on its behalf and for the benefits of all, their potential will not be crushed but deepened. There is a wide range of tourists seeking authenticity and wishing to share it, including the authenticity that on the islands is defined by the search for bridges with the rest of the world. We refer to lovers of residential and adventure tourism. But surely these are not the ones who , indifferent to local cultures and societies, look in the Dominican Republic, Cuba or the Balearic just for the sun and beaches merely because they are typically more generous on the islands. With time, even this type of tourism will be threatened due to the progressive destruction of coastlines which impose demolitions and late conversions.

The need to have an insular type so that we can understand what insularity is... Françoise Péron proposes a cultural and anthropological criterion as the first one: Consciousness of insularity, “an island is considered small when every individual who lives here is permanently aware of inhabiting a territory enclosed by the sea.” In these islands, boundaries have a big impact. There may be a late exacerbation of insular consciousness due to the growth on external dependency; there may also be an attenuation of the insular status caused by increased links with the outside world and even by the building of bridges. So the “island dimension is an evolutionary, relative and cultural phenomenon”, “and an insular society is unaware of its insularity” (idem). However, in general, insularity unites more (internal solidarity) than that which separates (in relation to the outside world).

“The perception of Tahiti is both real and virtual, and upon a whole reality interpretations linked to ideologies of an era are designed. This is how perception evolves, constantly being reinterpreted, as moved forward in time and Tahiti image in the nineteenth century conveys colonial prejudices keeping certain stereotypes of the previous century, as it is shown by the travelers’ missionaries’ and settlers’ experience. (...) it is the literary transposition of Tahiti that ensures the continuity of the myth that Bougainville was the creator. Creation, interpretation, transposition are the three components of the European imaginary on Tahiti” .

“Since 1768, when Louis Antoine Bougainville occupies the island of Tahiti he baptizes “Island of New - Zither”. The image one has of Tahiti remains the same: the earthly paradise of one’s dream , based on a number with of clichés: blue water, exuberant “vahinés”.

«The climate mildness, fine sandy beaches, etc. However, reality is different.: unbearable climate - very hot and humid round the year - black sand beaches created by volcanic lava, an overcrowded country. Papeete (the capital) has nothing to show and still continues to be the privileged tourist destination for travel agencies.» (Sonia Faessel, *Visions des Îles: Taïty et l’imaginaire européen*)

Among many others Tuvalu represents a reality of an island, a silent victim of environmental disasters: a sad imaginary which turned to be an even more sad reality... much stronger, precisely, because it is an Island.

Bibliography

PÉRON, Françoise (1993), *Des îles et des hommes*, Rennes, Ed. Ouest-France.

FAESSEL, Sonia (2006), *Visions des îles : Taïty et l’imaginaire européen, du mythe à son exploitation littéraire (XVIIIe-XXe siècles)*, Paris, L’Harmattan